CAPA:

MULHERES E TERRITÓRIO DA CIDADANIA: Qual o nosso lugar??

Participação, desafios e impedimentos

Folha de rosto

Ficha catalográfica - atrás da folha de rosto

SUMÁRIO

NOTA DAS ORGANIZADORAS 05
APRESENTAÇÃO 06
INTRODUÇÃO 08
AUTO-ORGANIZAÇÃO 19
ORGANIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA 58
A PESQUISA, CAMINHOS E RESULTADOS 95
O feminismo Camponês e popular, um dialogo entre feminismo, agroecologia e a realidade camponesa 132
ANEXOS 152

NOTAS DAS ORGANIZADORAS

APRESENTAÇÃO

Essa cartilha busca apresentar uma síntese das atividades realizadas no âmbito do projeto "**Construindo nossa autonomia com organização, formação e acesso às políticas públicas**" financiado a partir do tED xx de 2016 do Programa de Organização Produtiva da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, atual Secretaria Especial do Desenvolvimento Agrário (SEAD).

O projeto "Mulheres rurais nos territórios de cidadania: construindo um novo protagonismo" foi construído pelas camponesas articuladas nacionalmente e apresentado para concorrer a seleção pública pela CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS - CRDH que é uma associação que busca contribuir para construção da autonomia econômica, política e social das camponesas.

O objetivo desse material é multiplicar as experiências trocadas no âmbito do projeto, possibilitando que a cartilha possa chegar a um maior número de camponesas. Ela apresenta um roteiro de discussão que pode ser adaptado a realidade de cada local sendo trabalhado nos diversos Estados brasileiros e no Distrito Federal.

Resumo do projeto:

Título do projeto: Construindo nossa autonomia com organização, formação e acesso às políticas públicas.

O problema a ser enfrentado: O principal problema a ser enfrentado é a dificuldade que as mulheres tem de acesso ao conhecimento das condições que as colocam em situação de dependência em relação a outros membros da família, levando-as a naturalizar sua situação. Desvelar essa realidade, desmitificando a divisão sexual do trabalho no sentido de demonstrar o real valor do trabalho realizado pelas camponesas, potencializa a construção de sua autonomia.

Essa cartilha busca apresentar uma síntese das atividades realizadas no âmbito do projeto Mulheres rurais nos territórios de cidadania: construindo um novo protagonismo" financiado a partir do TED XXX de 2014 do Programa de Organização Produtiva da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, atual Secretaria Especial do Desenvolvimento Agrário (SEAD).

O projeto “Mulheres rurais nos territórios de cidadania: construindo um novo protagonismo” foi construído pelas camponesas articuladas nacionalmente e apresentado para concorrer a seleção pública pela CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS - CRDH que é uma associação que busca contribuir para construção da autonomia econômica, política e social das camponesas.

O objetivo desse material é multiplicar as experiências trocadas no âmbito do projeto, possibilitando que a cartilha possa chegar a um maior número de camponesas. Ela apresenta um roteiro de discussão que pode ser adaptado a realidade de cada local sendo trabalhado nos diversos Estados brasileiros e no Distrito Federal.

Resumo do projeto:

Título do projeto: Construindo nossa autonomia com organização, formação e acesso às políticas públicas.

O problema a ser enfrentado: O principal problema a ser enfrentado é a dificuldade que as mulheres tem de acesso ao conhecimento das condições que as colocam em situação de dependência em relação a outros membros da família, levando-as a naturalizar sua situação. Desvelar essa realidade, desmitificando a divisão sexual do trabalho no sentido de demonstrar o real valor do trabalho realizado pelas camponesas, potencializa a construção de sua autonomia.

PROJETO
MULHERES RURAIS NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: CONSTRUINDO UM NOVO PROTAGONISMO

INTRODUÇÃO

As mulheres representam praticamente a metade da população rural do Brasil e suas atividades produtivas tem sustentado o desenvolvimento econômico rural do país. Contudo, tais atividades não possuem o devido reconhecimento, muitas vezes são entendidas apenas como uma "ajuda" ou como simplesmente uma extensão do trabalho reprodutivo. Por isso, em geral, apesar da sobrecarga de trabalho imposta às mulheres, não existe garantia de renda por sua laboração (Santos, 2012).

A persistência desse tipo de cenário resultou em um esforço na construção de políticas públicas que buscassem reduzir as desigualdades de gênero. Uma dessas tentativas se deu com a criação de espaços nos Ministérios para dar conta dessa demanda, buscando aplicar parte dos recursos especificamente para o contexto das mulheres rurais, com a finalidade de efetivar sua cidadania e promover autonomia econômica através de políticas voltadas para a garantia dos direitos à terra, o apoio à produção e à comercialização, acesso à crédito, entre outras questões.

Nesse interim o Programa Territórios da Cidadania surgiu buscando promover, a partir da integração de ações do Governo Federal, Estadual e Municipal junto com a sociedade civil, a universalização dos programas básicos de cidadania e o desenvolvimento econômico (Brasil, 2008). Contudo, homens e mulheres acessavam esse programa de forma desigual, nesse sentido, havia a necessidade de promover um maior acesso e protagonismo das mulheres dentro dessa política, o que foi sendo construído a partir de uma agenda conjunta entre movimentos sociais e Governo.

Entretanto, nos últimos anos esse desenho institucional foi se modificando, fazendo com que os recursos cada vez mais fossem diminuindo, dificultando as atuações das mulheres. No entanto, os ganhos decorridos não se perderam e a construção do protagonismo das mulheres na luta, resistência e atuação continuam. E perscrutar essas questões constituem nosso objetivo nesse livro.

Entender a construção de um novo protagonismo no âmbito da atuação das mulheres rurais nos Territórios da Cidadania foi um desafio em vários sentidos.

Primeiramente, o fato de o Programa ter diminuído suas atividades a partir dos cortes orçamentários, ocasionados pelo encerramento das atividades do Ministério do Desenvolvimento Agrário, resultou em um esfacelamento de suas atividades, o que produziu obstáculos para nossa coleta de dados, uma vez que tivemos que mapear e analisar as atuações a partir de um recorte retroativo.

Outro desafio enfrentado foi a elaboração de uma pesquisa que buscasse articular uma perspectiva acadêmica, social e política, que abrangesse o cenário encontrado com a mudança de Governo, uma vez que nosso propósito era contribuir com a gestão dos territórios da cidadania, com o intuito de potencializar a participação e a autonomia das mulheres rurais nesses espaços de construção de políticas públicas.

Contudo, apesar das dificuldades encontradas, a possibilidade de desenvolver uma pesquisa produzida por diferentes mulheres (de formações acadêmicas e sociais diversas) para entender a realidade das mulheres no contexto rural se mostrou bastante profícua e promissora.

Nossa pesquisa teve como base os seis Territórios da Cidadania do Rio Grande do Norte (Alto Oeste, Assú-Mossoró, Mato Grande, Potengi, Seridó e Sertão do Apodi), tendo como objetivo principal a preocupação em entender a relação entre a gestão territorial e a atuação das mulheres rurais, identificando os perfis e as características de cada gestão.

Para realização deste empreendimento partimos de três eixos de elaboração de dados: (1) aplicação de questionário para um levantamento inicial dos dados; (2) realização de um Seminário para promover um maior entendimento sobre a temática; e (3) entrevistas com mulheres atuantes nos territórios para delinear de forma mais aprofundada nossas questões de investigação. Tais esforços de pesquisa e sistematização de dados foram construídos a partir da concepção de que o modelo metodológico nasce das circunstâncias (Revel, 1998), por isso, faz-se necessário pensar esta pesquisa como algo que foi sendo construído em diálogo com a realidade e com as teorias que nos ajudaram a identificar e entender este contexto de pesquisa.

Para isso nos baseamos em uma perspectiva materialista histórica (Marx &Engels, ...), que tem como premissa o esforço de partir do concreto, daquilo que está na realidade, mas tendo em vista os processos históricos pertinentes e suas contextualizações dialéticas (Comaroff &Comaroff, 2010). Também partimos de em uma epistemologia feminista, pois entendemos que a crítica feminista provocou uma ruptura epistemológica significativa ao combater as perspectivas universalistas do

conhecimento (Bandeira, 2008), mostrando que estas também são posições políticas, desvelando assim as relações de poder impostas nas relações sociais de sexo (Autoras...)

Tentar abarcar a realidade não é uma tarefa simples, pois a totalidade é complexa e de difícil alcance. Nesse sentido, a pesquisa social precisa, para se tornar um empreendimento realizável, delimitar seu objeto de estudo a partir de alguns recortes sobre a realidade. Tais recortes perpassam três níveis de construção: o temático, o disciplinar e o metodológico, conferindo significado aos dados (Victoria et.al, 2000). Nesse sentido, o recorte metodológico é uma dimensão fundamental nesse processo, uma vez que ele nos auxilia na delimitação e na construção do objeto a ser pesquisado.

O processo de construção metodológica não é uma tarefa fácil e precisa de grande compromisso para ser elaborada de forma coerente com a realidade, buscando dar conta das questões colocadas tanto pelo campo científico, quanto pelo campo empírico, pois, "existe uma relação dialética entre o empírico e a teoria" (SILVA, 2003:12), uma relação que está para além de uma simples aplicação de técnicas e métodos, mas que também envolve questões éticas e de compromisso com quem se deseja estudar.

Para nossa pesquisa essa é uma questão fundante, pois entendemos que precisamos "associar o conhecimento prático produzido (a prática acadêmica) com o uso do espaço público na defesa das populações estudadas (a prática política) " (idem: 10). Se posicionar politicamente é parte do ofício do pesquisador, uma vez que não existe abstenção, pois a não-escolha também é uma posição política. Por isso, descartamos a existência de uma 'neutralidade absoluta' que os pesquisadores, de um modo geral, deveriam assumir, visto que isto é apenas uma ilusão retórica, algo de difícil alcance e que se de fato existisse duvidaríamos de sua utilidade (Jaccod & Mayer, 2008).

Desse modo, o trabalho do pesquisador não pode ser pensado a partir de uma suposta neutralidade e objetividade que as ciências, de um modo geral, deveriam assumir, pois não podemos simplesmente abstrair toda e qualquer subjetividade das relações de pesquisa, uma vez que, "no trabalho de campo o pesquisador se coloca ao mesmo tempo enquanto objeto e sujeito de pesquisa" (idem: 263). Nessa perspectiva a subjetividade está sempre presente, por isso não podemos tomar o "objeto da ciência [como] desvinculado de quaisquer influências extra objeto [pois, isto] é um ideal

inalcançável" (Victoria et al, 2000:30). Sendo assim, buscar a neutralidade é inútil, pois não existem pesquisas neutras, sejam nas áreas sociais ou em qualquer outra. Todo objeto científico contém um grau de subjetividade que é preciso ser considerado. E nesse domínio das pesquisas de campo que envolvem políticas sociais, os atores se posicionam politicamente e é preciso considerar essas posições como parte do universo da pesquisa.

Tendo em vista tal realidade, esta pesquisa se baseia, como dito anteriormente, em uma abordagem materialista, buscando entender as ações a partir da realidade concreta em diálogo com as teorias e práticas políticas que compõem este cenário, visto que este trabalho se propõe a pesquisar a atuação das mulheres objetivando a fomentação de políticas públicas que possam potencializar suas participações na gestão dos territórios.

Desse modo, para realização desta pesquisa concordamos com Howard Becker (2001) sobre as especificidades e vantagens da pesquisa qualitativa, posto que este é o recorte mais adequado para dar conta das nossas questões. A metodologia qualitativa permite uma maior flexibilidade na construção da pesquisa englobando dados heterogêneos e combinando diferentes técnicas de coleta dos dados. Ela também nos ajuda a descrever com profundidade vários aspectos da vida social, trazendo não apenas os dados ordinais para a análise, mas também promovendo a descoberta e análise dos "fatos inconvenientes" que escapam as estatísticas e revelam as intersubjetividades postas (Pires, 2008).

Maria Cecília de Souza Minayo (2017), coloca que a pesquisa qualitativa, nos proporciona uma maior atenção quanto ao processo de construção dos instrumentos e suas aplicações. Por isso é preciso que o pesquisador qualitativo "tenha certeza de que sua presença, sua interlocução, seus estranhamentos e suas indagações passem a ser vivências em intersubjetividade quando estão no campo, gerando um conhecimento empírico que vai muito além daquilo que ele pergunta" (MINAYO, 2017: 9-10). O que para este objeto de pesquisa é de extrema importância, pois muitas vezes é preciso ir além do discurso puro e simples das entrevistas e buscar entender o que está por traz do que foi dito. (Geertz, 1989).

É importante salientar que para uma cobertura adequada do objeto de estudo, muitas vezes, é necessário um pluralismo metodológico. Tal pluralismo deve ser construído a partir da investigação empírica, o que exige uma observação sistemática dos acontecimentos, onde o pesquisador deve buscar entender o que pode estar por

trás dos fatos do cotidiano, rastreando quais as posições dos atores nos contextos, como também suas opiniões (Bauer; et.al, 2005). Dessa forma, nessa pesquisa buscamos não fechar nossa perspectiva metodológica a um único método, a tentativa aqui foi trabalhar as técnicas de pesquisa e metodologias em diálogo com o campo.

Como ponto de partida, realizamos o I Seminário de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Gestão dos Territórios da Cidadania em Caruaru – PE. Contamos com a participação de representações dos nove Estados do Nordeste. Nesse espaço as mulheres se encontraram e trocaram reflexões com base em suas experiências com a política territorial, a partir da realização de oficinas para o compartilhamento das realidades de cada Estado e seus respectivos Territórios. Nosso intuito era conhecer qual o nível de entendimento e participação das mulheres nos espaços do Programa Territórios da Cidadania (PTC) e fazer uma avaliação a partir de um quadro mais amplo do impacto das ações resultantes desta política na vida das mulheres rurais.

Esse primeiro levantamento de exploração da política territorial na construção de um seminário, foi bastante produtivo para o entendimento da realidade do Rio Grande do Norte, pois apesar de estarem presentes mulheres dos diversos Estados do Nordeste, de certa forma, elas compartilham de um contexto semelhante. Nesse sentido, entender os processos para além do nosso recorte, proporciona a constituição de um conhecimento mais relevante, aprofundado e situado em diálogo com o contexto mais abrangente.

Assim, baseado nestas reflexões, nosso estudo buscou sondar o conhecimento das mulheres sobre os territórios a partir da aplicação de um questionário com 19 perguntas que tinham como propósito entender se havia participação das mulheres no PTC e qual era o nível desta participação. O questionário foi aplicado com cerca de 50 mulheres. Entretanto, entendemos que esta é uma ferramenta inicial, que oferece informações superficiais sobre nossa questão de pesquisa, por isso partimos para uma análise mais aprofundada com as mulheres do Rio Grande do Norte, a partir de entrevistas.

É importante salientar que a entrevista enquanto instrumento metodológico também possui suas limitações, pois corremos o risco de cair em uma retórica do discurso enquanto definidor da realidade. Por isso, partimos da concepção de uma entrevista que tenha como base uma perspectiva etnográfica. Contudo, aqui não trazemos a etnografia como apenas método descritivo ou um empreendimento

interpretativo dialógico para captar os significados do mundo social, pelo contrário, entendemos que ela é:

> Um exercício mais de dialética do que de diálogo, ainda que o último seja sempre parte da primeira. Além de conversa, ela impõe a observação da atividade e da interação, tanto formal quanto difusa; dos modos de controle e de constrangimento; do silêncio, assim como da afirmação e do desafio. Ao longo do percurso, os etnógrafos também leem diversos tipos de textos: livros, corpos, construções, às vezes até cidades (Holston, 1989; Comaroff e Comaroff, 1991; ver abaixo); mas devem sempre fornecer contextos aos textos e atribuir valores às equações de poder e significado que estes expressam. Os contextos tampouco estão lá, simplesmente. Também eles precisam ser analiticamente construídos à luz de nossos pressupostos acerca do mundo social. (COMAROFF e COMAROFF, 2010, p. 13 e 14)

Neste sentido, as entrevistas são entendidas como um material dentro de um contexto mais abrangente que envolve também pesquisas documentais e bibliográficas para dar conta do contexto social e histórico. Por conseguinte, nas entrevistas é importante ir além das falas propriamente ditas, dado que, é essencial entender em quais contextos se produzem essas falas e também quais públicos desejam atingir, pois dependendo do público e/ou da situação estes discursos podem se modificar. Assim, torna-se fundamental o mapeamento cuidadoso de dados estatísticos, de pesquisas cientificas, de documentos oficiais, entre outros, para dar conta do cenário e não cair em ilusões retóricas (Bourdieu, 1996).

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semi-estruturado dividido em três blocos temáticos: a gestão do território, a participação política e o acesso as políticas públicas. Cada bloco possuía cerca de 7 perguntas direcionadoras. 22 entrevistas foram aplicadas com as mulheres que participavam dos Territórios da Cidadania do RN.

A partir das entrevistas construímos uma percepção mais localizada e concreta sobre o perfil das mulheres, suas participações políticas, as demandas, acesso e as dificuldades nesse processo, os recursos que chegam e as dificuldades em acessá-los, a questão da autonomia e renda das mulheres do campo, e o legado do PTC.

Os resultados dessa pesquisa produzirão importantes análises que se seguem nos capítulos desse livro e almejamos que subsidiaram processos de construção e fomentação de políticas públicas que potencializem a atuação das mulheres, sua

participação e autonomia na gestão dos territórios, uma vez que entendemos que nossa pesquisa não pode se restringir a produção científica ou acadêmica sobre o tema, mas precisa ter uma inserção na sociedade. Assim, nos inspiramos também na proposta metodológica da pesquisa-ação, que segundo Thiollent (1985):

> É um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. (Thiollent,1985:14)

Assim, nosso intuito com este trabalho é contribuir a partir de uma pesquisa científica para o fortalecimento do protagonismo das mulheres do campo e com isso produzir uma sociedade mais justa e igualitária para nós mulheres.

O projeto de pesquisa, cujo objetivo é verificar se existe significativa participação das mulheres rurais na gestão dos territórios da cidadania e quais são suas características, desenvolverá suas atividades a partir das seguintes metas: a) Realização do Seminário Mulheres Trabalhadoras Rurais e Gestão de Territórios da Cidadania, b) Estudo sobre a participação das mulheres rurais na gestão dos territórios da cidadania do Rio Grande do Norte e c) Divulgação dos resultados.

Escolhemos enquanto proposta metodológica a realização de um primeiro levantamento de exploração da política territorial na construção de um seminário, onde mulheres rurais dos 9 estados do Nordeste, mas que partilham de um mesmo contexto, se encontrarão e trocarão reflexões a partir de sua experiência com a política territorial. Esse encontro será aprofundado na pesquisa que estudará a participação das mulheres rurais nos territórios da cidadania do Rio Grande do Norte.

Como método de pesquisa será utilizado a pesquisa-ação, que segundo Thiollent é: “A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.(Thiollent,1985:14)

Representando quase metade da população rural do Brasil, as mulheres tem inquestionável protagonismo na economia rural do país, sem que isso, necessariamente, tenha resultado em reconhecimento ao trabalho que desenvolvem.

Pelo contrário, em geral, as atividades produtivas das mulheres são tidas como "ajuda", uma mera extensão do trabalho reprodutivo, sem que lhes seja garantida renda alguma, apesar da sobrecarga a que são submetidas. Até o início dos anos 2000, o Estado brasileiro era bastante específico no desenvolvimento de políticas públicas destinadas às mulheres, quase sempre na área de saúde e violência, além da participação em conferências e assinatura de acordos no âmbito da Organização das Nações Unidas. A partir dos anos 2000, o Estado reconheceu a necessidade e assumiu o compromisso de reduzir as desigualdades de gênero, no que envidou esforços diversos, como a criação de institucionalidades de gênero nos órgãos governamentais, até a formulação e implementação de políticas específicas. Marcado por desigualdades que superam as do meio urbano, o meio rural brasileiro também foi beneficiado por esse processo de enfrentamento às desigualdades de gênero, através da criação da Diretoria de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais-DPMRQ, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Desde então, uma nova realidade começou a ser desenhada para as mulheres do campo, com a qualificação de programas existentes e a criação de novas políticas públicas, desenvolvidas em atuação integrada com outros órgãos governamentais, buscando efetivar a cidadania e promover a autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais através de políticas voltadas para a garantia dos direitos à terra, o apoio à produção e à comercialização, acesso ao crédito, entre outros. A implementação das políticas do MDA se dá através da integração de diversos programas com o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios – PRONAT. No caso das mulheres rurais, há dois grandes programas específicos que são desenvolvidos no âmbito do PRONAT: o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais - POPMR e o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR. Com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, através da Diretoria de Políticas Públicas para Mulheres Rurais e no âmbito do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais - POPMR, o projeto aqui apresentado desenvolverá um estudo nos 6 Territórios da Cidadania do Rio Grande do Norte (Alto Oeste, Assu-Mossoró, Mato Grande, Potengi, Seridó e Sertão do Apodi) sobre a relação entre a gestão territorial e as mulheres rurais, identificando o perfil e as características da gestão. Será realizado um Seminário de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Gestão dos Territórios da Cidadania, com representações de todos os nove estados do Nordeste e onde serão refletidas as realidades dos estados e seus respectivos territórios da cidadania. A partir

das reflexões, o estudo deverá aprofundar o que ocorre nos territórios do Rio Grande do Norte. Os resultados desse projeto serão importantes para fomentar políticas públicas que potencializem a participação na gestão dos territórios. O projeto será desenvolvido pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, em parceria com movimento de mulheres trabalhadoras rurais.

Referências

REVEL, Jaques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

VICTORIA, Ceres G.; KNAUTH, Daniela R. & HASSEN, Maria de Nazareth, **A. Pesquisa qualitativa em saúde: Uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo editorial, 2000.

JACCOUD, Mylène & MAYER, Robert. **A observação direta e a pesquisa qualitativa**. In: A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, pp. 43-94, 2008b.

BECKER, Howard S. **The epistemology of qualitative Research. Perspectives and formulations**. Prospect Heights, Il: Waveland, pp. 317-330, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias**. In: Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril. 2017.

PIRES, Álvaro **O Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais**. In: POUPART et al. A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, pp. 43-94, 2008b.

Bauer, Martin W.; Gaskell, George e Allum, Nicholas. 2005. **Qualidade quantidade e interesses do conhecimento - Evitando confusões**. In: Martin W. Bauer e George Gaskell, eds. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, pp. 17-36.

SANTOS, Michela Calaça Alves dos. **Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre a Agroecologia e as questões de gênero**. [Dissertação]. Recife: PPGSS/UFPE, 2012

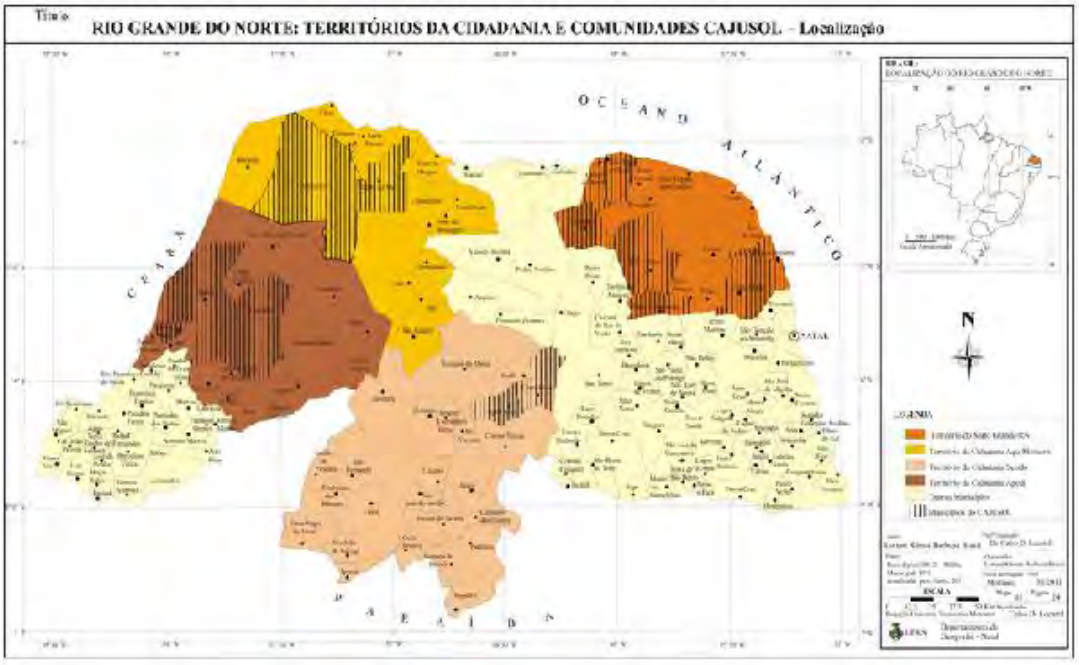
BANDEIRA, Lourdes. **A contribuição da crítica feminista à ciência**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 1, n. 16, p. 207-228, jan./abril 2008.

COMAROFF, Jean & COMAROFF, John. **Etnografia e imaginação histórica**. São Paulo: Revista Proa, nº 2, vol. 01, 2010.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich ...

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: **Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

MAPA DOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA



Mulheres, auto-organização e acesso às políticas públicas

Michela Calaça[1]
Janaiky Pereira de Almeida[2]
Nayara da Silva Araújo[3]

Introdução

1 - A construção da desigualdade entre homens e mulheres

Partimos da ideia que, na sociedade, os elementos naturais, aqueles que são frutos de uma origem biológica, podem ser ressignificados e atualizados a partir da construção humana, que ao construir seus meios de sobrevivência constrói novas formas de se relacionar com a natureza, com a sociedade e consigo mesmo. Ou seja, não são as diferenças biológicas que dão significado às desigualdades construídas entre homens e mulheres, nem entre brancos e negros, são as relações sociais de produção e a superestrutura que ela gera, que se construíram ao longo da história e possibilitaram que hoje a desigualdade seja naturalizada.

Beauvoir (1980) demonstra que, com a finalidade de provar a inferioridade das mulheres, os antifeministas usaram não só a biologia, mas a religião, a filosofia, a psicologia experimental. Ela exemplifica a partir da Grécia clássica, onde para Aristóteles (384-322 a.C.) "A fêmea é fêmea em virtude de uma certa carência de qualidades". Com esses e outros exemplos, Beauvoir (1980, p. 10), no volume I do seu livro mais conhecido, "O segundo sexo", demonstra que a ciências e a religião eram dos homens e a seus interesses serviam. É importante frisar que esses homens pertenciam à classe dominante.

---

[1] Agrônoma (UFERSA), mestre em Serviço Social (UFPE), doutoranda em Ciências Sociais (PPGCS/UFCG), militante feminista do Movimento de mulheres Camponesas - MMC. E-mail: michela.calaca@gamil.com
[2]
[3]

De forma breve, buscaremos na antropologia e na história elementos sobre a construção dessa desigualdade entre os sexos. No período designado por selvageria Paleolítica (Childe, 1981b), as pessoas se alimentavam a partir da caça de animais e da coleta de produtos vegetais, o que, segundo alguns estudos antropológicos, como Murdock e Provost (1973), Gough, (1975), Arcand, (1977), esses citados por Tabet (2014), como também por Reed (2008), essa divisão em caça e coleta era uma divisão baseada no sexo de quem realizava o trabalho.

Nesse sentido, diz Reed (2008):

> Na primeira época, a divisão do trabalho era muito simples. [...] Esta divisão de trabalhos determinava uma diferenciação entre os sexos nos métodos e na maneira de recolher comida. Os homens eram caçadores, ocupação de tempo integral que os mantinha longe de casa ou do acampamento durante períodos muito longos. As mulheres recolhiam os produtos vegetais do campo e das proximidades das habitações. (REED, 2008, p. 54)

Existe entre os autores uma divergência no que tange a análise dessa divisão sexual do trabalho. Os autores citados por Tabet (2014) dizem que essa divisão ocorre naturalmente e que é fruto das diferenças naturais entre homens e mulheres, ou seja, dizem que essa seria uma divisão natural e não uma construção social, o que consequentemente não geraria desigualdades, mas apenas uma forma de complementariedade entre os trabalhos. Tabet (2014), contudo, discorda completamente dessa análise, e seus estudos têm demonstrado que já nesse período as desigualdades começam a se estruturar, e foram aprofundando com o tempo e com os avanços nas construções de ferramentas de trabalho e armas.

> A tese do presente trabalho é de que a divisão do trabalho não é neutra, mas orientada e assimétrica, mesmo nas sociedades ditas igualitárias, que não se trata de uma relação de reciprocidade e complementaridade, mas de dominação; (2014, 107)

Nossa reflexão não se volta para discutir se essa divisão do trabalho, nessa época especifica, se dava de forma natural ou não, mas para demonstrar que, mesmo ela existindo, não significa necessariamente que o trabalho das mulheres fosse um trabalho desvalorizado. O que nos leva a esse pensamento é o fato de que, quando a comida ainda não era plantada, ou seja, não existindo a possibilidade de planejar a obtenção de alimentos e muito menos a estocagem, podemos deduzir que garantir a alimentação era uma atividade de grande importância para a sobrevivência da

"comunidade", e essa garantia era realizada pelo trabalho de coleta, realizado pelas mulheres, já que a caçada, sendo uma luta, provavelmente nem sempre possibilitava voltar com a presa, mas a colheita dos vegetais era garantida, já que, à medida que o tempo passava, melhor se conhecia os lugares onde encontrar comida, quais comidas estavam disponíveis em cada época. Ou seja, é o trabalho realizado pelas mulheres que possibilita o salto histórico que representou a invenção da agricultura.

Nos trabalhos de Childe, como também no de Reed, eles demonstram que, nesse período, foi o trabalho da mulher que possibilitou diversos avanços sociais. Na concepção de Childe (1981b, p. 61), para realização da revolução neolítica as mulheres não só tiveram de descobrir plantas adequadas e métodos apropriados de cultivo, como também inventaram ferramentas especiais para lavrar o solo, secar e armazenar a colheita e transformá-la em alimento, constatação que nos parece mais condizente com a realidade de quem coletava do que de quem era responsável pela caça, o que nos leva a achar que as análises de Tabet (2014) são mais influenciadas pelas desigualdades presentes hoje, na hora de analisar o passado.

Reed (2008) vai nos trazer diversos exemplos de pesquisadores que descobriram em seus trabalhos o papel desempenhado pelas mulheres na passagem do período coletor para o período produtor. Ela cita Tufton Mason, na sua obra "*Women´s share in primitive culture*" – A participação da mulher na cultura primitiva –, traz ainda Alexandre Golden Weiser em "*Anthropology"* – Antropologia – e Engels, com a *Origem da família, propriedade privada e do Estado*, que em sua obra cita vários trabalhos demonstrando o papel fundamental dos trabalhos realizados pelas mulheres no descobrimento da agricultura.

Reed, que caminha na direção oposta a Tabet, após demonstrar a importância do trabalho da mulher nesse período, vai escrever:

> Resumindo, durante um período em que os homens se ocupavam exclusivamente da caça e da guerra, as mulheres desenvolveram a maior parte dos instrumentos, dos conhecimentos e técnicas que estavam na base do progresso social. Da colheita espontânea de frutos, passaram à horticultura rudimentar e depois à agricultura. (REED, 2008 p. 33)

Trazemos esses relatos históricos não na perspectiva de supervalorizar o trabalho da mulher e inferiorizar o masculino, mas na busca de quebrar os preconceitos de gênero, para contribuir com a construção de uma sociedade

emancipada, verdadeiramente civilizada, em que não existirá trabalho inferior, muito menos como nas condições existentes na atualidade, na qual o trabalho torna-se inferior a partir de quem o realiza. Queremos provocar a reflexão sobre a condição de subalternidade delegada às mulheres, como e onde ela se constrói, desmistificando a neutralidade das ciências e da religião.

Engels (2002), baseado nos principais estudos antropológicos de sua época, vai demonstrar que é no surgimento da propriedade privada que ocorre a derrota histórica das mulheres, pois é no surgimento da necessidade do homem de garantir que a herança pertença aos seus descendentes que leva ao aprisionamento das mulheres. "[...] E., quando a propriedade privada se sobrepôs à propriedade coletiva, quando os interesses da transmissão por herança fizeram nascer a preponderância do direito paterno e da monogamia, o matrimônio começou a depender inteiramente de considerações econômicas." (2002, p. 80).

Esse é um elemento importante para discutir a imbricação entre classe, sexo e raça, pois é a propriedade privada dos meios de produção um elemento organizador da sociedade capitalista. Como discute Harvey (2014), ela é uma das contradições fundamentais no capitalismo contemporâneo.

Saffioti, apoiada nos estudos de Marx em O Capital, vai demonstrar que o capitalismo, que nasceu sob a luta por igualdade, irá dar novos contornos à exploração e à submissão das mulheres.

> O processo de acumulação do capital nesta fase não apenas elimina menos trabalho do que a máquina está apta a fazê-lo; elimina, por vezes, o trabalho do chefe da família não porque tenha a nova sociedade subvertido a hierarquia familiar mas porque a tradição de submissão da mulher a tornou um ser fraco do ponto de vista das reivindicações sociais e, portanto, mais passível de exploração. Mesmo quando emprega todos os membros do grupo familiar, a indústria capitalista da fase em questão "distribui entre toda a família o valor da força de trabalho de seu chefe"[4]. (SAFFIOTI, 2013. pp. 69)

É no período de surgimento do capitalismo que muitas das lutas consideradas feministas irão se apresentar na sociedade, como uma pauta coletiva. Sabe-se, como nos apresenta Miguel (2014), que as mulheres sempre lutaram e resistiram aos diversos intentos de dominação, mas, de forma coletiva e mais estruturada, é no

[4] Marx, K. O capital Volume I.

período do surgimento do capitalismo que apareceram as primeiras lutas consideradas feministas. Vamos nos deter a discutir o feminismo a partir desse período.

1.1 - Capitalismo, patriarcado e racismo como organização estruturadora das desigualdades entre homens e mulheres.

Na modernidade, o período que é inaugurado com uma nova forma de organização do trabalho, o capitalismo, traz a ideia de igualdade entre os homens. O contrato pensado para esse período é regido pela lógica de que "todos" nascem livres e iguais. Os autores clássicos dessa nova forma de organizar a sociedade ficaram conhecidos como os contratualistas. Eles desenvolveram teorias extremamente progressistas, se comparadas ao período feudal, que tinham um caráter revolucionário para uma época quando o direito dos reis era divino. No que se refere às mulheres, porém, essas teorias as mantiveram cativas da mesma forma que antes.

A cientista política e professora da Universidade da Califórnia Carole Pateman faz uma profunda reflexão sobre a teoria do contrato, no seu livro "Contrato sexual" (1993), a partir da qual fica claro que o indivíduo dos contratualistas clássicos tinha classe e sexo. Pateman (1993) expõe que o contrato social é uma história de liberdade, e o sexual, uma história de sujeição. E complementa:

> O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato (PATEMAN, 1993, p. 16-17)

Como já dissemos antes, mesmo na revolução francesa, marco histórico da luta burguesa, que lutava por liberdade, igualdade e fraternidade, quiseram após a vitória devolver às mulheres a posição anterior e novamente prendê-las em suas casas, mesmo tendo contado com mulheres na luta. Na visão de Godineau (2003, p. 196 apud SOUZA, 2003), a participação das mulheres na revolução francesa "não é pontual, mas estrutural, embora sendo realizada em posição secundária".

Para Beauvoir (1980) e Alves e Pitanguy (2003 p. 18), a burguesia apega-se à velha moral como forma de preservar a propriedade privada, argumento também trabalhado anteriormente por Engels (2002), sendo que Beauvoir acrescenta que na

classe operária a relação homem/mulher não se dava de forma diferente, pois, para esses, a mulher representava concorrência pelos postos de trabalho, já que estavam acostumadas a salários baixos. Na nossa visão, essa não é a contradição existente no meio da classe trabalhadora. Ela apenas expressa o que é a realidade concreta vivenciada pelas pessoas, que irá determinar sua consciência. Ou seja, o trabalhador, mesmo não pertencendo à classe que se beneficia com a exploração da mulher e dele próprio, geralmente irá reproduzir seus valores.

No capitalismo, a exploração do trabalho das mulheres se coloca em novas bases, pois ele irá agora ter o papel de ampliar a mais-valia, seja na medida em que as mulheres (juntamente com as crianças) receberam salários mais baixos e as piores condições de trabalho, ou, como já mencionamos anteriormente, pelo trabalho gratuito realizado por elas em nome do que seria seu papel natural de cuidadora, que exime o resto da sociedade (Estado, empresas e homens) de se responsabilizar pela reprodução social.

O capitalismo é um sistema de exploração baseado na propriedade privada dos meios e produção, no qual a maioria da sociedade só tem a força de trabalho para vender e uma minoria detém os meios de produção e busca comprar essa força de trabalho pelo menor preço possível. Esse sistema, todavia, é imbricado com mais dois sistemas que se autossustentam, como um tripé que garante a exploração do trabalho. Assim, o capitalismo, o patriarcado e o racismo são base de sustentação uns dos outros.

O patriarcado é um sistema que se baseia na exploração do trabalho (produtivo, reprodutivo, sexual, emocional, etc) das mulheres, pelos homens. O contrato original cria o que chama Adrienne Rich de “lei do direito sexual masculino”. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno (PATEMAN, 1993, p. 17). Isso não torna homens e mulheres inimigos, mas concede privilégios aos homens que, mesmo apropriados por eles de forma apenas parcial, pois quem mais ganha é o Estado e a burguesia, cria uma desigualdade que precisa ser combatida, e isso gera conflitos entre homens e mulheres. É essencial, portanto, percebemos, como coloca Saffioti (2013, p. 73), que “Seria ilusório, todavia, pensar-se que a maior exploração de que é alvo a mulher reverte em benefício do homem.”.

A história dá subordinação, já discutida nesse artigo, pode nos ajudar a compreender os mecanismos nos quais o homem é ao mesmo tempo algoz e vítima. É

através do patriarcado que os homens reivindicam os direitos de acesso sexual e de domínio dos corpos das mulheres. A categoria patriarcado, que para nós é, como coloca Delphy (2009), uma forma social em que os homens detêm o poder. (p.173), pode também ser entendida como coloca Pateman (1993, p. 39): "[...] a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens".

Mesmo existindo questionamentos sobre a pertinência do uso da categoria patriarcado, entendemos que o patriarcado não apenas ainda mantém características visíveis na sociedade moderna, como de forma invisível regula as relações sociais de sexo não apenas no âmbito privado ou da família.

Saffioti (2004) sintetiza o porquê entendemos o patriarcado como um sistema, da seguinte forma:

> 1 – Não se trata de uma relação privada, mas civil; 2 – Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. [...]; 3 – Configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4 – Tem uma base material; 5 – Corporifica-se; 6 – Representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. (SAFFIOTI, 2004, p. 58).

Ou seja, o patriarcado é um sistema, e tem sua base material sustentada na divisão sexual do trabalho e no uso da violência, sendo as suas categorias a expressão corporificada da construção patriarcal.

De acordo com Hirata e Kergoat (2007, p. 596), foi com a tomada de consciência de uma "opressão" específica que o movimento das mulheres teve início, tornando-se então coletivamente "evidente" que uma espantosa massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que é invisível, realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno.

O nascimento de um conceito que trabalhe as diferenças entre a socialização de homens e mulheres através do trabalho é atribuído às pesquisadoras francesas. É na França, sob o impulso do movimento feminista, que, no início dos anos 1970, surgem os primeiros trabalhos que iriam construir as bases do termo: Divisão Sexual do Trabalho. Nesse momento, as pesquisadoras queriam ir além da denúncia, e buscavam repensar o "trabalho" (HIRATA e KERGOAT 2007). Esses estudos se consolidaram na França a partir de duas linhas de pensamento, que são distintas:

> Uma estuda a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. [...] E aqui se chega à segunda acepção, segundo a qual falar em termos de divisão sexual do trabalho é: 1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero. (HIRATA e KERGOAT 2007, p. 596)

A divisão sexual do trabalho representa a base material que expressa as relações sociais de sexo (KERGOAT, 2009). Fruto do patriarcado, é nela e a partir dela que o patriarcado se constrói e consolida as diferenças sociais entre homens e mulheres, fazendo com que simples diferenças sejam entendidas como inferioridade.

> A divisão sexual do trabalho [...] Tem por característica a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.). (KERGOAT, 2009 p. 67; HIRATA E KERGOAT, 2007 p. 599)

Essa divisão, que é social, organiza-se a partir de dois princípios: a separação; que define trabalhos destinados a homens e trabalhos destinados à mulher; e a hierarquização, na qual o trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher.

A divisão sexual do trabalho também sofre influência da divisão da sociedade de classes. Houve um momento em que as mulheres da classe dominante não podiam trabalhar, devendo ser responsáveis pela organização dos trabalhos no lar, mas, para que isso fosse possível, outras mulheres tiveram que deixar suas famílias para realizar tal trabalho, nas casas das classes dominantes. No Brasil esse é um forte resquício da escravidão, pois em sua grande maioria essas mulheres que iam realizar o trabalho doméstico em outras casas eram negras.

Atualmente, as mulheres das classes altas investem nas suas carreiras, externalizando o trabalho doméstico, que geralmente é realizado por outras mulheres, que na escala social encontram-se mais abaixo que a primeira. E nessa realidade ainda se mantém um alto grau de racismo, pois, majoritariamente, essas mulheres que realizam o trabalho doméstico são, em várias regiões do mundo, pertencentes a grupo étnicos/raciais discriminados. Nos países europeus, como a França, um dos países

onde Kergoat e Hirata fazem sua pesquisa, essa realidade de externalização do trabalho doméstico é nova e segundo as autoras serve para apaziguar as tensões entre o casal burguês. No Brasil, como antes, a imensa maioria é de negras, e até 2015 não se contava com leis que lhes dessem direitos como os de outros trabalhadores.

A outra perna desse sistema é o racismo, que é caracterizado pela existência de um grupo de pessoas que é discriminado com base em características que lhes seriam naturais enquanto grupo. O racismo não acontecem apenas com pessoas negras. Na história da colonização, a inferioridade dos grupos colonizados sempre era baseada em características ditas naturais. Ou seja, no racismo.

Aconteceu, por exemplo, na colonização espanhola no país Basco, de brancos explorarem brancos, ainda a partir de uma lógica de superioridade natural. Outra população que sofre com racismo e não é necessariamente ligada à cor da pele é a dos Judeus. Vejamos que guarda uma aproximação direta com o debate de patriarcado, que também atribui à natureza a sua construção de exploração e desigualdade.

Mas é importante frisar que, mesmo entendendo que o racismo é estrutural, pois ele decorre da necessidade de subjugar um povo para explorar ainda mais o seu trabalho, no Brasil (e também em várias partes do mundo) o racismo é majoritariamente sofrido pela população negra.

Callinicos (2000), defendendo que o racismo é uma invenção do desenvolvimento capitalista, faz todo um apanhado histórico para demonstrar que, nos períodos pré-capitalistas, o “rascimo” que existia era de outra ordem, e discute como os interesses de exploração do período de surgimento do capitalismo cria o que hoje chamamos de racismo.

> O racismo como o conhecemos hoje desenvolveu-se durante um período chave no desenvolvimento do capitalismo enquanto modo de produção dominante em escala global - o estabelecimento das plantações coloniais no 'Novo Mundo', durante os séculos 17 e 18, utilizando o trabalho escravo importado da África para produzir bens de consumo como tabaco, açúcar e algodão para o mercado mundial. (CALLINICOS, 2000. p.14)

Como o capitalismo se estabelece a partir da diferença entre a subsunção real e a subsunção formal, em que o discurso da igualdade vem no intuito de esconder a desigualdade real, se impõe a necessidade de justificativas mistificadoras das

desigualdades. Assim se faz com as mulheres, assim se faz com as questões étnico/raciais.

Entendemos o capitalismo, o patriarcado e o racismo como um sistema que tem na exploração do trabalho, seja de uma classe sobre a outra, seja de um sexo sobre o outro, ou de uma etnia/raça sobre outra, elos do mesmo processo de exploração, no qual a dominação é construida para justificar a exploração do trabalho. Assim sendo, só podem ser superados de forma articulada.

2 - Sobre a luta das camponesas

Pensar a luta das mulheres a partir da realidade camponesa é um exercício que nos desafia, pois os registros historigráficos são parcos, mas podemos começar resgatando a luta das mulheres indígenas que na América Latina como um todo lutaram contra os colonizadores. Cada país da América Latina conta história de mulheres lutadoras, mas na maioria das vezes, contam por órgãos não oficiais. No Paraguai, existe a história da índia Juliana[5], que armou uma emboscada contra os colonizadores que abusavam sexualmente das indígenas, mas foi entregue e foi brutalmente assassinada. Outra indígena que lutou contra os colonizadores foi a Bartolona Sisa[6], indígena Inca que nasceu em Cantón de Caracato del Ayllu, em 24 de agosto de 1753, também assassinada pelos espanhóis, mas que hoje dar nome a um maior movimento auto-organizado de camponesas e indígenas da Bolívia, a Confederación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia "Bartolina Sisa" (FNMCB).

No Brasil, não foi diferente, muitas indígenas e negras lutaram contra os opressores, e criaram estratégias de resistência a dominação colonial e dos escravocratas, como exemplo podemos trazer Dandara[7], liderança que fundou o quilombo de Palmares em Alagoas e foi responsável pela libertação e o acolhimento de muitos negros e negras fugidos, seu fim não foi melhor que o de muitas lutadoras, pois jogou-se de uma pedreira ao abismo, para não viver novamente o cativeiro.

---

[5] Sobre a índia Juliana do Paraguai, disponível em: http://siemprelatina.com/latinas_destacadas/la-india-juliana/ acesso em: 03/04/2018

[6] Sobre Bartolina Sisa, disponível em: http://www.lhistoria.com/biografias/bartolina-sisa acesso em: 03/04/2018

[7] Sobre dandara, disponível em: http://www.palmares.gov.br/archives/33387 acesso em: 03/04/2018

A organização das mulheres da classe trabalhadora, aqui entendida de forma ampla, como todas as pessoas que vivem do seu trabalho e não da exploração do trabalho de outro, em partidos, em movimentos sociais de luta pela terra, de luta por direitos, em movimento feministas, mulheres que participaram em guerrilhas para defender seu povo, são todas essas leito histórico das camponesas que hoje constroem o feminismo camponês e popular e nesse item buscaremos apresentar um pouco sua história e lutas no Brasil.

O rural brasileiro é reconhecidamente diverso em biomas, em fauna, flora, mas também o é, em sujeitos que o compõem: trabalhadoras/es rurais, agricultoras/es familiares, acampadas/os, assentadas/os da reforma agrária, povos indígenas, povos de terreiro, ciganas/os, quilombolas, açorianas/os, atingidas/os por barragens, mineradoras e hidrelétricas, extrativistas, seringueiras/os, quebradeiras de coco, populações de fundo e fecho de pasto, faxinalenses, pescadoras/es artesanais, ribeirinhas/os, aquicultoras/es familiares, caiçaras, marisqueiras/os, retireiras/os, geraizeiras/os, vazanteiras/os, pomeranas/os, pantaneiras/os, caatingueiras/os e quilombolas, entre outras identidades, mas para as camponesas organizadas na Via Campesina, independente das expressões de identidade é possível construir uma unidade na diversidade, uma unidade classista em torno da identidade de classe camponesa, sendo essa a lógica utilizada nesse artigo.

No rural brasileiro que é composto por povos das águas, das florestas e do campo é possível perceber que as camponesas são parte destacada na construção da resistência desses povos aos impactos degradadores do agronegócio na vida das comunidades e consequentemente do planeta, mas sua realidade foi e ainda contém muitos desafios no que se refere ao reconhecimento dos seus direitos e a visibilidade do seu trabalho.

O acesso à propriedade da terra é o primeiro elemento para refletirmos sobre a condição das mulheres no meio rural. No mundo, as mulheres são cerca de 50% da população, mas no que se referem à propriedade da terra, dados do Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), citados por Lopes e Butto (2008), indicam que as mulheres têm apenas cerca de 1% das propriedades rurais.

No Brasil, as mulheres representam 49,95% da população e no meio rural são 47,9% (BRASIL/MDA, 2011), no entanto detêm apenas 12,68% da posse da terra, o

que representa 5,5% da área agrícola (OXFAM, 2016)[8]. Ainda que a porcentagem de posse da terra por mulheres seja baixa, ela vem aumentando a partir da Portaria nº 981/2003, que efetivou a Titulação Conjunta Obrigatória para mulheres e homens acessarem a terra pelo programa de reforma agrária. Nele, as mulheres são mais de 50% das beneficiárias, mas fora dele ainda é possível perceber muitas mulheres destituídas da herança dos pais, como se a elas coubessem casar e morar nas terras do marido, situação demonstrada por Deere e León (2002), em estudo sobre a América Latina.

No que se refere a propriedade dos estabelecimentos rurais os homens são responsáveis por 4.519.261 estabelecimentos (87,32% do total), enquanto as mulheres eram responsáveis por 656.228 (12,68% do total) (IBGE, 2009b, Tabela 1.1.2) (NOBRE, 2012).

Outro elemento central para entender a situação vivenciada por elas é a divisão sexual do trabalho, caracterizada pela separação e pela hieraquização dos trabalhos a partir do sexo de quem o realiza. Faz-se a distinção de que uns trabalhos são de mulheres e outros, de homens, e cria-se uma hierarquia entre eles, onde um é melhor ou mais importante que o outro. No rural, também há divisão sexual do trabalho, embora seja ainda mais ilusório, a sociedade age como se ela fosse real no campo, mas as camponesas fazem todos os tipos de trabalho no rural, como trabalharemos melhor a partir do trabalho de SANTOS (2012), o que acontece é que os homens não fazem o trabalho de cuidados, na maioria dos casos, considerado apenas de mulheres.

Os dados levantados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e apresentados na publicação Estatísticas do Meio Rural 2011 (BRASIL/MDA) indicam que 66,4% das mulheres rurais são consideradas trabalhadoras inativas (Gráfico 1). Esse dado revela certa discriminação[9] contra as mulheres rurais, pois indica que o trabalho realizado por elas não é considerado trabalho, e sim ajuda ou mesmo uma atividade natural pelo fato de ser mulher.

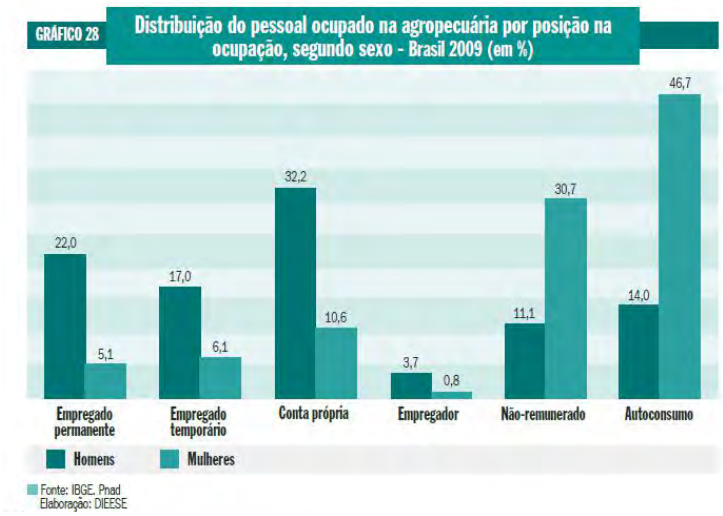
A mesma pesquisa apresenta onde está empregado majoritariamente o trabalho das mulheres rurais.

---

[8] Os dados apresentados pela OXFAM são extraídos do censo agropecuário 2006. Publicação disponível em 05 de janeiro de 2017, no link: www.oxfam.org.br/publicacoes/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural.

[9] Para compreender melhor esse tema ler: MELO; H.P **A invisibilidade do trabalho feminino nas estatísticas,** disponível em:
http://www.ibge.gov.br/confest_e_confege/pesquisa_trabalhos/CD/mesas_redondas/232-1.doc

Gráfico 1. Distribuição por ocupação na agropecuária, segundo o sexo.



Fonte: Estatísticas meio rural 2011. BRASIL/MDA, 2011.

O gráfico acima nos possibilita trazer a discussão sobre o termo "ajuda" como outra categoria para entender o trabalho na vida das camponesas. O trabalho por elas realizado é reconhecido nas comunidades, e às vezes por elas mesmas, apenas como ***ajuda***. No entanto, cabe refletir sobre o sentido dessa palavra como forma de desvalorização do trabalho realizado por elas. Na pesquisa realizada por SANTOS (2012), foram entrevistadas 33 camponesas de três territórios do estado da Paraíba com questões sobre qual o trabalho das mulheres no rural. As entrevistadas falaram sobre os tipos de trabalho realizados no campo, por exemplo:

> 1) Ana[10]*: "a mulher na agricultura trabalha, trabalha assim na enxada, no roçado, às vezes, trabalha em casa, fazendo as obrigações da pessoa"*; 2) Maria: *"Eu tiro leite, boto ração, fazia tudo, agora não, que a gente tá mais velha tem que poupar um pouco, quando eu me cansei de arrancar calvão de baixo da terra, eu fiz, tudo no mundo eu fazia, o que tinha na roça eu fazia, mas eu não deixo de plantar meus plantio não*"; 3) Joana: "*meu pai sempre trabalhou e botava agente pra trabalhar em roça né, a gente alimpava muito, plantava, catava, o que tocava pra ele, apanhei muito algodão também, muito algodão*." (CALAÇA, 2012. p. 89-90)

No estudo as mulheres sempre se referiam a algum trabalho que, onde elas vivem, era considerado trabalho de homem. No entanto, percebe-se que essa categorização variava entre as comunidades. De forma geral, as mulheres rurais da Paraíba exerciam todos os trabalhos do campo, o que possivelmente não deve ser diferente em outros estados.

---

[10] Foram adotados nomes fictícios para preservar a identidade das mulheres.

Da mesma forma, podemos perceber uma divisão sexual, com a categorização do trabalho em "leve ou pesado", usando como parâmetro quem o realiza. Segundo demonstra Paulilo (1987), "*Trabalho leve não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é "leve" se pode ser realizado por mulheres e crianças*."

Diante desses elementos, constata-se a necessidade de se compreender o real significado e valor do trabalho das mulheres rurais, uma vez que elas também são responsáveis pelo trabalho realizado no roçado (produção tida como principal da família), e que muitas vezes apenas os homens levam o crédito pelo feito. Como se no roçado elas só ajudassem. SANTOS (2012) demonstrou a importância desse trabalho realizado pelas mulheres nos relatos sobre as cobranças que recebiam dos maridos quando não chegavam cedo ao trabalho na roça.

As camponesas não apenas fazem todo tipo de trabalho, como na maioria das realidades são responsáveis pela segurança alimentar da família e pela geração de renda. Embora a produção seja considerada pouca, ocorre continuamente, não apenas em safras, pois é realizada nos arredores de casa, a partir do beneficiamento dos produtos, da produção de doces, biscoitos, bolos, óleos e outros produtos alimentícios, e também artesanatos. Geralmente o objetivo dessa produção é o autoconsumo e o atendimento de pequenas demandas do dia a dia.

Para o Estado brasileiro, até pouco tempo atrás, esses elementos eram invisíveis. Foi a organização das camponesas trouxe à tona a necessidade de as políticas públicas enxergarem e valorizarem seus trabalhos.

As camponesas se organizam a bastante tempo como já dissemos antes, elas estão em inúmeros movimentos que luta por melhores condições de vida no campo, mas queremos apresentar a organização delas quando elas buscam direitos que lhes era negados pelo fato de serem mulheres.

A compreensão das camponesas sobre sua condição na sociedade fez com que, nos anos 80 (início da abertura democrática no Brasil), as mulheres rurais passassem a discutir a necessidade de novas formas de organização onde fossem vistas como trabalhadoras, e não mais como ajudantes ou apenas esposas de alguém. Assim, nasceu a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que reuniu diversos coletivos de camponesas organizadas em diferentes unidades da Federação, parte dessas organizações estaduais irão dar origem aos dois maiores

movimentos de camponesas do Brasil, o Movimento de mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

A primeira reivindicação das mulheres rurais brasileiras para o Estado foi o reconhecimento dos direitos previdenciários na Constituição de 1988. Depois seguiram em luta pela regulamentação de cada direito. Em 1991, as mulheres rurais passaram a ter direito à aposentadoria rural; em 1992, ao auxílio de acidente de trabalho; e em 1994, ao salário maternidade. A cada conquista se percebia que ainda existiam muitas ausências do Estado. Em 1997, a ANMTR iniciou a campanha "Nenhuma Trabalhadora Sem Documentos", pois mesmo com a conquista dos direitos em lei muitas mulheres não conseguiam acessá-los por não terem documentos básicos, como certidão de nascimento, identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF).

Nessa mesma linha de dar visibilidade ao trabalho e às demandas das mulheres rurais, aconteceu em 2000 a primeira Marcha das Margaridas, com uma segunda edição em 2003, passando a ser uma atividade realizada pelas mulheres trabalhadoras rurais a cada quatro anos, na luta por políticas públicas para as mulheres rurais. A última, realizada em Brasília, em 2015, contou com a participação de aproximadamente 100 mil mulheres rurais de todo o País.

As camponesas se auto-organizam por direitos e também a partir dos seus trabalhos cotidiano, e isso nos permite perceber uma ligação muito forte com a produção. Nos casos estudados por SANTOS (2012), como também por PALUDO (2009); SILIPRANDI, (2009), foi observado que alguns grupos de mulheres começam a sair de casa e participar de reuniões e coletivos a partir da produção. São grupos formados para fabricar doces, queijos, biscoitos e outros produtos com o objetivo de comercialização. O trabalho com as camponesas realizado por Ongs e movimentos sociais usam também a metodologia dos intercâmbios para troca de experiência, onde as mulheres de uma propriedade vão visitar outras comunidades, o que também valoriza o trabalho das que recebem a visita. Outra origem da organização de mulheres encontrada na pesquisa tem início no incentivo à participação das mulheres na discussão sobre plantas medicinais.

Todas essas formas de organizar o trabalho com as mulheres, em um primeiro olhar, parecem reforçar o lugar da mulher como cuidadora e responsável pelo conjunto de atividades domésticas. No entanto, em uma análise mais apurada, conclui-se o contrário: as camponesas se organizam a partir do seu cotidiano e o resignificam, demonstrando que o que elas fazem é trabalho e gera renda monetária e

não monetária. A partir daí percebem a importância de se organizarem com outras mulheres e se reconhecem como sujeitas de suas histórias.

O Feminismo Camponês e Popular

As camponesas latino-americanas articuladas na Coordenação Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC)[11], organização que desde seus primórdios reune as camponesas das diversas organizações campesinas que a compõem para construir suas estratégias de intervenção nos seus espaços mistos, como também para buscar pautar a organização com suas demandas coletivas. Essas camponesas são mulheres indígenas, agricultoras, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, extrativistas, entre outras identidades. É a partir de se reconhecerem umas nas outras, se entenderem como lutadoras do povo, que constroem a soberania alimentar baseada na agroecologia como modo de vida, que percebem-se feministas mas necessitam discutir que feminismo é esse, dentro das inúmeras formas do feminismo se apresentar hoje. Assim nasce a ideia do feminismo camponês e popular que carrega dentro dele as identidades coletivas e as lutas dessas camponesas.

É a partir de 2010 que essa categoria começa a ser usada, quando também se intensificam os debates nas organizações sobre o que o feminismo significa para elas. As organizações de mulheres que estão na CLOC[12] têm histórias muito semelhantes. São mulheres camponesas que começam a se organizar no período de redemocratização na América Latina, a partir de pautas ligadas ao acesso à terra, ao respeito aos povos do campo, das florestas e das águas, à soberania alimentar, ao enfrentamento ao agronegócio, à valorização da vida das mulheres e da natureza. Para alguns, nossas pautas não eram pautas feministas, e, em alguns casos, nem mesmo para essas organizações de mulheres, se reconhecíamos assim, afinal, o feminismo, por vezes, pareceu algo distante. Discutiam em seus movimentos no máximo a partir da ideia de Gênero e Classe.

---

[11] A CLOC é uma articulação de movimentos sociais ligados a pauta rural, que nasceu por volta dos anos 1990 e é composta por 84 organizações de 21 países da América Latina e Caribe.) A CLOC é a principal e maior organização de camponeses da América Latina e Caribe e faz parte de La Via Campesina Internacional.

[12] Movimento de Mulheres Camponesas, ANAMURI, CONAMURI, Bertolinas, entre outras.

Em 2004, quando ocorre a nacionalização do MMC no Brasil, como fruto das lutas e estudos realizados, o MMC já se denomina como feminista, pois ficava cada vez mais evidente que o debate de gênero não dava mais conta de enfrentar os desafios da construção da igualdade. Sendo assim, a primeira organização da CLOC que se denominou feminista.

A partir de 2010, o MMC, junto com as outras organizações da CLOC, tem buscado construir coletivamente o conteúdo teórico/político do Feminismo Camponês e Popular. Ainda está dando os primeiros passos dessa que deve ser uma construção de tempo e fôlego, pois precisa contemplar a diversidade que representa a categoria camponesa na CLOC.

Mas já se parte de pontos comuns: O feminismo camponês e popular parte do entendimento que a sociedade está dividida em classes sociais e que esse feminismo se coloca na luta de classes junto à classe trabalhadora, como parte dela; O seu inimigo é o capitalismo, o patriarcado e o racismo, que no campo tem sua expressão no agro e hidronegócio; As lutas se dão contra o patriarcado que violenta o corpo e território das mulheres e invisibiliza seu trabalho; O Feminismo Camponês e Popular tem, na valorização do projeto de agricultura camponesa e agroecológica, um elemento central; Sendo esse feminismo fruto da diversidade de sujeitos que compõem o campesinato, e assim é necessariamente, se apresenta como uma construção coletiva; É luta e organização das camponesas; Tem organização de base, se constrói e se pauta pela vida das mulheres do campo, das florestas e das águas; Tem na luta pela produção dos alimentos saudáveis outro elemento central; Se alimenta dos debates das plantas medicinais e das sementes crioulas como parte do enfrentamento à mercantilização da natureza, proposta pelo capitalismo. Todas essas lutas são lutas travadas por mulheres e possibilitam melhorar a vida das mulheres, mas não só: melhora a vida do planeta. Ou seja, o que está se dizendo é que o Feminismo Camponês e Popular é antes de tudo dar nome à luta que mulheres do campo, das florestas e das águas fazem há muito tempo, e que esse luta é feminista.

3. Auto-organização e luta das mulheres

O Movimento de mulheres como movimento social possui a característica de ser uma ação coletiva para a transformação social, orientada por princípios valorativos comuns, contudo, com formas organizativas diferenciadas. Tal movimento

tem se constituído como espaço de contestação as relações sociais de exploração e dominação vivenciada pelas mulheres na sociedade patriarcal e capitalista. No diálogo sobre o feminismo, de forma mais ampla, este é também uma linha de conhecimento que analisa criticamente o mundo e a situação das mulheres, assim como, uma atitude pessoal diante da vida (SILVA; CAMURÇA, 2010).

Como forma de enfrentamento as situações de desigualdades vivenciadas pelas mulheres estas vêm se articulando em diferentes espaços a partir de suas particularidades. Assim temos casos de mulheres organizadas tanto em grupos de bairros, lutando por melhorias locais, quanto no interior de partidos políticos e sindicatos, disputando projetos de sociedade e buscando o reconhecimento de suas atuações. Soma-se também a participação das mulheres em organizações próprias, grupos autônomos e nos espaços governamentais.

Nesse sentido, reconhecemos tanto a pluralidade de mulheres no interior do movimento – negras, brancas, lésbicas, camponesas, indígenas, quilombolas. Também evidenciamos a diferença entre as mulheres no que se refere à escolaridade e as condições de vida a partir da classe social em que estão inseridas, assim como as estratificações sociais no interior destas.

O surgimento do movimento feminista tem acompanhado a conjuntura e o tempo histórico de cada continente ou país. Na América Latina, apesar da existência de ações de mulheres em décadas anteriores[13], o nascimento e reconhecimento de tal movimento como sujeito coletivo no campo dos movimentos sociais se situa em um processo de resistência as ditaduras militares vivenciadas na maioria dos países deste continente durante as décadas de 1970-80. Tais movimentos tiveram sua consolidação na década de 1990.

Reafirmamos que ao situar este período, não estamos negando as lutas particulares que existiam em tempos anteriores, mas, tão somente, delineando um contexto histórico que também culminou com a criação de articulações nacionais e internacionais na luta pelos direitos das mulheres. Nenhum sujeito coletivo se cria isoladamente, no sentido de uma visão endógena e autodeterminada. O surgimento de

---

[13] Carmela Jeria, trabalhadora tipógrafa, diretora do periódico *La Alborada*, primeiro periódico de trabalhadora feminista, que apareceu no Chile entre os anos 1905 e 1907, já escrevia neste período: "[…] y digamos también a tanto luchador del mejoramiento social e intelectual del pueblo que toda la libertad que anhelan será un fantasma mientras la mitad del género humano viva en humillante esclavitud". Citamos também a luta das mulheres no movimento sufragista, considerado como a primeira onda do feminismo.

tais sujeitos se gesta na dinâmica das relações sociais que permeiam a sociedade capitalista e a formação social histórica particular.

Corroboramos com Bogo (2011, p.31) que "os processos de transformação social de qualquer natureza, independente das fronteiras geográficas, se configuram por ondas"[14], mesmo que expressem particularidades diferenciadas a partir das próprias experiências individuais e coletivas dos sujeitos que atuam em tais processos, assim como das relações políticas e econômicas que as envolvem.

Esta realidade em comum se interpõe desde a invasão da América Latina e a transformação desta em colônias dos países europeus, com características impostas do que se denominou como processo de civilização. Assim, a cultura e as relações sociais locais se mesclaram com o predomínio da ideologia dominante dos colonizadores. Como aponta Lugones em seu trabalho sobre o feminismo descolonial.

> Começando com a colonização das Américas e do Caribe, se impôs uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano sobre os colonizados a serviço do homem ocidental. Estava acompanhada por outras distinções hierárquicas, entre elas entre homens e mulheres. Esta distinção se converteu na marca do humano e da civilização. Somente os civilizados eram homens e mulheres. Os povos indígenas das Américas e os africanos escravizados se classificavam como não humanos em sua espécie – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem moderno europeu, burguês, colonial, se converteu em sujeito/agente, apto para governar, para a vida pública, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. (...). A imposição destas categorias dicotômicas ficou entrelaçada com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas[15]. (LUGONES, 2011, p. 106).

Tais reflexões estão presentes na diversidade de pensamento do movimento feminista e se expressa no interior das Articulações, Encontros e Seminários. Diferenciando-se assim, em suas particularidades, do feminismo europeu e

---

[14] O autor caracteriza essas ondas exemplificando o fato de que em pouco mais de uma década (1810-1824) os países da América Latina conquistaram a emancipação do colonialismo, assim como a onda de golpes militares que surpreendeu os países do continente na segunda metade do século XX.

[15] Comenzando con la colonización de las Américas y del Caribe, se impuso una distinción dicotómica, jerárquica entre humano y no humano sobre los colonizados al servicio del hombre occidental. Estaba acompañada por otras distinciones jerárquicas, entre ellas entre hombres y mujeres. Esta distinción se convirtió en la marca de lo humano y de la civilización. Sólo los civilizados eran hombres y mujeres. Los pueblos indígenas de las Américas y los africanos esclavizados se clasificaban como no humanos en su especie —como animales, incontrolablemente sexuales y salvajes. El hombre moderno europeo, burgués, colonial, se convirtió en sujeto/agente, apto para gobernar, para la vida pública, un ser de civilización, heterosexual, cristiano, un ser de mente y razón. […]. La imposición de estas categorías dicotómicas quedó entretejida con la historicidad de las relaciones, incluyendo las relaciones íntimas.

norte-americano, desde sua primeira edição em Bogotá, Colômbia, em 1981, os Encontros Feministas Latinoamericano e Caribenhos têm se constituído como espaços privilegiados de reflexão, intercâmbios e de formulação de estratégias para a atuação do movimento feminista na região. Tais intercâmbios apontam a busca de entendimentos coletivos de luta e formas de intervenção, o que envolve, consequentemente, a formação e direcionamento teórico-político de tais ações. Como aponta Gurgel (2004)

> Para os propósitos de autonomia e singularidade, o movimento desenvolveu mecanismos de operacionalização de suas ações e espaços de intercambio e reflexão coletiva de sua política no continente. A realização dos Encontros Latinoamericanos é uma indicação da amplitude desta questão. (GURGEL, 2004, p.103).

No caso latinoamericano, surgiu à iniciativa de criar a Articulação Feminista Mercosur[16] em 2000, a qual tem propiciado aproximações entre organizações de mulheres na América Latina com o propósito de fortalecer os grupos de mulheres organizadas nestes países e seu intercambio. No âmbito da academia e dos estudos acerca do feminismo, apontamos a criação de núcleos de pesquisa e estudos, observatórios sobre a desigualdade das mulheres neste território[17], assim como a realização de Encontros nacionais e internacionais – como sede nos países latinoamericanos que centram seus debates na análise da situação das mulheres na sociedade patriarcal e capitalista.

Ao situar os grupos de estudos e os debates desenvolvidos nos Encontros como elementos importantes para a constituição e o fortalecimento do movimento feminista na América Latina, estamos de acordo com o pensamento de Castellanos (2011) quando afirma que "Uma aproximação teórica não só pode influenciar politicamente na medida em que provoque ou alimente eventos coletivos, mas também influencia para fortalecer e legitimar os esforços políticos, e para orientar as reivindicações que se pautam ou as alianças que se formarão[18]." (CASTELLANOS,

---

[16] Os países que compõem a Articulação são: Argentina, Brasil, Bolivia, Colômbia, Paraguai, Perú e Uruguai.

[17] Citamos como exemplo o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, criado em 1983 na Universidade Federal da Bahia, Brasil; o "Instituto Interdisciplinário de Estudios de Género" (1997), na Universidade de Buenos Aires, Argentina; o "Programa de Estudios de Género, Mujer y Desarrollo (1994), na Universidade Nacional da Colômbia; os "Estudios de la Mujer" (anos 70), na Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México, entre outros.

[18] Un planteamiento teórico no sólo puede influir políticamente en la medida en que provoque o alimente eventos colectivos, sino también influye para dar solidez y legitimidad a los esfuerzos

2011, p. 127).

Continuando com o enfoque do movimento feminista neste continente, apontamos o campo da luta pelos direitos sexuais e reprodutivos com a criação, em 1984, da Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas. Situamos também a instituição do dia 28 de setembro como o Dia pela descriminalização do aborto na América Latina e no Caribe, criado durante o V Encontro Feminista Latinoamericano e do Caribe em 1990, e a delimitação do dia 25 de julho como o Dia da Mulher Afro-latino-Americana e Caribenha, criado durante o II Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Caribenhas, em São Domingo, República Dominicana em 1992.

Tomando como referência estes elementos de similitudes é que se fala de um feminismo latinoamericano; pelo reconhecimento, através destes espaços, de situações comuns que nos afetam de forma geral.

> Por último, ainda considerando os elementos semelhantes na origem do movimento de mulheres na América Latina, outros fatores de surgimento, contexto e evolução têm incidido no desenvolvimento de uma pluralidade de enfoques e características em seu interior, de modo que não podemos falar de um movimento de mulheres monolítico e totalmente homogêneo, mas, destacar sua enorme diversidade[19]. (MENDIA & GUZMÁN, 2009, p. 2).

Assim, ao mencionarmos o feminismo estamos nos referindo a um sujeito coletivo com organicidade e diversidade. A categoria mulheres nos une como grupo que tem, na sociedade patriarcal e capitalista, muitas semelhanças nas relações de opressão e exploração. Porém, também reconhecemos a diversidade que esta categoria engloba, diferenciando-se de acordo com o pertencimento de classe, raça, etnia, identidade afetivo-sexual e geração.

Desta forma, há mulheres negras que não se sentem incluídas nos espaços do movimento feminista mais geral e constroem, portanto, suas próprias organizações, as quais se somam ao movimento, mas com algumas bandeiras específicas. Encontra-se também o "feminismo lésbico", que tem como uma de suas principais bandeiras a luta

---

políticos, y también para orientar las reivindicaciones que se perseguirán, o las alianzas que se formarán.

[19] Por último, aun teniendo en cuenta los elementos similares en el origen del movimiento de mujeres en América Latina, otros factores de surgimiento, contexto y evolución han incidido en el desarrollo de una pluralidad de enfoques y características en su interior, de modo que no puede hablarse de un movimiento de mujeres monolítico y totalmente homogéneo sino que conviene destacar su enorme diversidad.

de enfrentamento ao padrão da heterossexualidade compulsória. Alguns grupos assumem a postura lésbica como uma decisão política frente à opressão masculina[20].

Há também as feministas que se consideram como autônomas e que não estão vinculadas a nenhum grupo específico, mas que atuam em articulações feministas mais gerais e por meio do enfrentamento as relações patriarcais de gênero nos espaços profissionais de trabalho, na elaboração de reflexões teóricas, nas relações familiares, entre outras.

No entanto, apesar das desigualdades de classe, raça, etnia e das diferenças geracionais, de escolaridade ou das relações afetivo-sexuais que imprimem particularidades distintas às mulheres, o sistema patriarcal alcança a todas, mesmo que de forma diferenciada. Tal conotação permite estabelecer uma identidade comum entre as mulheres. Esta identidade é o que constitui o feminismo como sujeito político.

> O feminismo, como sujeito político, se faz somente através das mulheres e de sua movimentação. É imprescindível termos um NÓS MULHERES, a partir do qual é possível analisar o contexto, identificar as contradições, fixar objetivos para esta movimentação. Sem este "nós mulheres" não há como o feminismo seguir sendo um sujeito político com força transformadora. (CAMURÇA, 2007, p.16).

Neste sentido, o feminismo, como movimento, é um sujeito coletivo que representa a luta das mulheres, ainda que nem todas reconheçam a importância de tais lutas e do que estas significam na busca de suas autonomias. Como movimento social, o movimento feminista possui princípios organizativos e direcionamento político que se reflete em suas estratégias de atuação.

Da mesma forma que o feminismo se constitui como movimento coletivo e diverso, suas estratégias de atuação e suas bandeiras de luta também se diversificam. De acordo com períodos históricos e conjunturais[21], a ação e a formação feminista,

---

[20]Ver Castellanos (2011).

[21] Entendemos ações conjunturais como aquelas que podem acontecer em contextos específicos, como a luta pelo acesso a água e outros recursos ou políticas públicas específicas, ainda que alguma delas possam ter uma conotação mais permanente em países distintos. O que as diferencia das bandeiras históricas é que estas últimas permanecem como reivindicação do movimento feminista desde sua constituição como o enfrentamento ao patriarcado e a luta de enfrentamento a violência contra as mulheres. Outras lutas históricas deixaram de ser a partir da conquista de suas reivindicações como o sufrágio universal.

assim como o estabelecimento de suas estratégias se modificam para atender as situações concretas que as mulheres vivenciam.

No Chile, nos últimos anos (2010-14) as mulheres tem denunciado o feminicídio neste país, de diversas maneiras, tanto via mobilizações nas ruas, como por meio de denúncias nos meios de comunicação. Na América Latina, desde 2012, catorze países já aprovaram leis que tipificam o feminicídio: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Venezuela e recentemente, em 2015, o Brasil.

Outras estratégias de atuações têm sido as batucadas feministas, presentes em muitas mobilizações, que utilizam o teatro e a música como uma maneira de resistência a cultura patriarcal. Exemplificamos também, nas mobilizações de ruas, os protestos por meio da pintura e exposição do próprio corpo.

Mesmo com o reconhecimento da diversidade e da particularidade de cada país, apontaremos aqui atuações que são comuns no desenvolvimento da ação feminista na América Latina. Algumas bandeiras de luta permanecem centrais tanto na ação política como na formulação de conhecimentos que desnaturalizem o ideário conservador de como as mulheres são vistas na sociedade. Expressamos, como exemplo, a problemática da violência contra as mulheres e a luta pela legalização do aborto, tomando como referência a defesa do pertencimento do corpo por meio do slogan “meu corpo, meu território”.

Atualmente este é um tema que vem sendo posicionado na agenda do feminismo sobre novas análises e atuações. Soma-se a atualidade do debate acerca dos direitos das trabalhadoras domésticas, as atingidas por barragem, as que vivem em situação de rua e em periferias, as mulheres indígenas, as camponesas, as sem terra, o tráfico de mulheres e o modo de atuação nas instâncias governamentais. De acordo com Cisne (2013) no que se refere à inserção das mulheres em distintos espaços de atuação.

> A participação em um grupo organizado, no caso, de um movimento social de mulheres, possibilita o avanço da consciência de uma rebeldia ou indignação ainda desordenadas – no sentido de não ter uma direção política para o enfrentamento da condição que provoca tais sentimentos, uma vez que não se crer na perspectiva de transformar sua situação – para o processo de organização política coletiva, quando a perspectiva da possibilidade da transformação é estabelecida. (CISNE, 2013, p.304).

Esta realidade se põe como determinante na luta das mulheres por igualdades salariais, assim como, por melhorias nas condições de trabalho e garantias de direitos trabalhistas. Há também a luta contra o fundamentalismo religioso que é um dos níveis de sustentação do ideário da mulher como mãe e submissa. Uma expressão desta luta é o slogan "Tua boca é fundamental contra o fundamentalismo".

Tal fundamentalismo é naturalizado e propagado em diferentes instâncias da sociedade, assim como as relações patriarcais que o fundamentam. Por estarem inseridos no cotidiano das relações sociais, nem mesmo as mulheres estão isentas destes processos, o que dificulta o fortalecimento de suas articulações políticas.

Desta forma, o processo de naturalização das relações patriarcais de gênero é incorporado pelas mulheres, de tal modo que nem todas tenham a possibilidade de despertar a consciência a respeito de sua condição de exploração e desigualdade na sociedade. Para além dos desafios cotidianos as mulheres também se confrontam com os desafios de reconhecimento de seus próprios espaços autônomos de organização. Como aponta Mora

> Os desafios do feminismo são múltiplos porque na luta por ser reconhecido como ator político, o movimento tem frente a si o mundo de hierarquias, onde o fato de ser lugar de articulação de diferentes reivindicações – mas partindo do fato de ser criado por mulheres – tem entre seus deveres, obrigações o debate e a ação para afrontar os velhos preconceitos e os que se tem gestado ao passo do desenvolvimento do movimento mesmo, mas sobretudo, o que tem sido reforçado pelos meios de comunicação, pelo Estado, pela religião, pelo mercado, pelas instituições educativas e agora em um ambiente de militarização aberta ou dissimulada, está também a necessidade imperante de analisar em profundidade os sistemas democráticos da região[22]. (MORA, 2009, p. 76).

Em relação às violações nos sistemas democráticos da região, apontamos um tema que o movimento feminista expressou em suas bandeiras: "Nem guerra que nos destrua, nem paz que nos oprima[23]". Exemplo desta resistência é a *Ruta Pacífica de*

---

[22] Los desafíos del feminismo son múltiples porque en la lucha por ser reconocido como actor político, el movimiento tiene frente a sí un mundo de jerarquías donde el hecho de ser lugar de articulación de diferentes vindicaciones —pero partiendo de ser creado por mujeres— tiene entre sus cometidos el debate y la acción para afrontar los viejos prejuicios y los que se han venido gestando al paso del desarrollo del movimiento mismo, pero sobre todo, los que han sido reforzados por los medios de comunicación, por el Estado, por la religión, por el mercado, por las instituciones educativas y ahora en un ambiente de militarización abierta o disimulada, está también la necesidad imperante de analizar en profundidad los sistemas democráticos de la región.

[23] Ni guerra que nos destruya, ni paz que nos oprima.

Las Mujeres na Colômbia, que conforme apresenta em sua página na internet, se define como

> Um movimento feminista que trabalha pela tramitação negociada do conflito armado na Colômbia, pela visibilidade dos efeitos da guerra na vida das mulheres e pela exigência dos direitos a Verdade, a Justiça, a Reparação e a reconstrução da memória histórica individual e coletiva para a Não Repetição[24].

Na Argentina, a Associação das Madres de Plaza de Mayo, organizada durante a ditadura de Videla (1976-81) permanece até a atualidade. Esta associação tem como pauta a reivindicação frente o ocultamento dos desaparecidos e lutam pelo julgamento dos responsáveis dos crimes cometidos durante este período histórico[25].

No Brasil, nos últimos anos, com o crescimento do fundamentalismo religioso e conservadorismo político no Parlamento e nas diversas instituições da sociedade, temos a formação de grupos que atuam com o objetivo de coibir o avanço dos direitos das mulheres, principalmente no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos. Esta realidade não se distingue da maioria dos países da América Latina, que, por mais que tenham estabelecido governos com aspectos mais populares, não criaram leis para permitir o aborto legalizado. Somente o Uruguay, em 2012, a partir de muitas lutas do movimento feminista, aprovou a lei de descriminalização do aborto, sendo o primeiro país da América do Sul e o terceiro país da América Latina, depois de Cuba, Guyana[26].

No campo político de atuação e enfrentamentos, de acordo com Mora (2009, p. 78) "falar dos desafios do movimento feminista na América Latina implica mencionar pelo menos duas considerações: a) no capitalismo nenhum sujeito se emancipa e b) não existe um só feminismo, aí radica sua complexidade teórico-política[27]".

---

[24] Un movimiento feminista que trabaja por la tramitación negociada del conflicto armado en Colombia, por la visibilización de los efectos de la guerra en la vida de las mujeres y por la exigibilidad de los derechos a la Verdad, la Justicia, la Reparación y la reconstrucción de la memoria histórica individual y colectiva para la No Repetición . Esta informação se encontra em: http://www.rutapacifica.org.co/.

[25] Para maiores informação ver: http://www.madres.org/.

[26] Na Cidade do México o aborto também é descriminalizado, mas não faz parte do país em toda sua dimensão.

[27] "hablar de los desafíos del movimiento feminista en América Latina implica mencionar por lo menos dos consideraciones: a) en el capitalismo ningún sujeto se emancipa y b) no existe un solo feminismo, ahí radica su complejidad teórico-política".

2.1 - "As mulheres são como as águas, crescem quando se juntam.": luta das mulheres pelo acesso as políticas públicas

Luta das mulheres por políticas públicas

As políticas públicas como conquistas da classe

O movimento feminista tem como pauta de luta a superação das desigualdades vivenciadas pelas mulheres na sociedade. Como forma de viabilização desta pauta, articula ações de enfrentamento através de mobilizações de rua, incidência em meios de comunicação, atos de rebeldia contra o sistema, ocupações de terra, greves de fome, denúncias públicas, são algumas entre diferentes estratégias que buscam tornar visível a situação de exploração e dominação vivenciada pelas mulheres.

Tal visibilidade tem como propósito tanto levar reflexões para a sociedade sobre o sistema no qual está alicerçado as relações sociais, quanto exigir do Estado a garantia de políticas públicas para uma vivência mais igualitária e com mais liberdade para as mulheres nos diferentes espaços da sociedade.

Neste sentido, de acordo com períodos históricos e conjunturais a ação e a formação feminista, assim como o estabelecimento de suas estratégias, se modificam para atender a demanda posta por situações concretas vivenciadas pelas mulheres. No que se refere à luta por direitos, a defesa do acesso às políticas públicas é uma das estratégias do movimento feminista para tentar garantir condições mínimas para a vida das mulheres nos âmbitos de trabalho, educação, saúde, enfrentamento a violência, moradia, acesso a previdência, entre outros. No entanto, é importante destacar que as reivindicações do Movimento feminista[28] ultrapassam a garantia dos direitos de legalidade no Estado.

A luta das mulheres de forma mais geral é a luta pelo fim do patriarcado e do sistema econômico de exploração do trabalho, ou seja o fim do capitalismo. Este direcionamento pode ser demonstrado em algumas das bandeiras, como, por exemplo,

[28] Estamos nos referindo a vertente do Movimento Feminista marxista que tem como horizonte a construção de uma sociedade anti-patriarcal e anti-capitalista. Mas que para isso também luta por melhores condições de vida hoje.

a de que: *Queremos mudar o mundo para mudar a vida das mulheres*", ou *Queremos transformar o mundo pelo feminismo*[29].

> Na perspectiva feminista que busca uma transformação das relações de gênero associada a uma luta por justiça social, a igualdade e a liberdade são pensadas em termos mais radicais, no sentido de que a conquista de direitos é uma dimensão fundamental, mas não é a única em torno da qual se deve agir. Por outro lado, a passagem de direitos formais para direitos substantivos exige transformações nas estruturas materiais e simbólicas que sustentam a organização da vida social. (ÁVILA, 2001, p.19)

Neste sistema, em que predomina uma falsa democracia e uma falsa concepção de liberdade atrelada a ideia de "cidadania" é impossível pensar em uma real liberdade dos sujeitos. "A igualação abstrata de todos os indivíduos perante a lei impede, de fato, que no plano do direito as desigualdades sociais se expressem como tais" (DIAS, 1997, p.35).

A igualdade de direitos cidadãos apesar de ser um fator de grande importância na sociedade desigual em que vivemos, não traz consigo o principio de liberdade humana, uma vez que os direitos são colocados não de forma livre para os indivíduos, mas apenas como uma "liberdade individual".

É sob este sistema que a conquista dos direitos, pelas mulheres, é vista como limitação do poder masculino, colocando para a sociedade a ideia de que as mulheres estão querendo ocupar o lugar dos homens, gerando uma competição e disputa ao invés de socialização e ampliação de participação e inserção nas diversas instâncias.

No sistema de relações patriarcais, articulado ao capitalismo, a liberdade das mulheres é limitada e cerceada desde a infância, tanto pela imposição de normas de comportamento, quanto pelo estabelecimento de espaços diferenciados para homens e mulheres, destinando a estas últimas a responsabilidade com o trabalho doméstico. Atrelado a isto, uma forma extrema de cerceamento da liberdade das mulheres é a violência. Situação que ainda é presente na vida de muitas mulheres brasileiras.

Desta forma, mesmo reconhecendo os limites da democracia e que a cidadania burguesa não é igualitária, nem livre, acreditamos que a igualação de direitos é o mínimo parâmetro para o estabelecimento de relações menos desiguais e

---

[29] Slogans presente nos princípios da Marcha Mundial de Mulheres e na Articulação de Mulheres Brasileiras.

"excludentes". É sob esta perspectiva que o movimento feminista vem traçando sua trajetória na luta por políticas públicas.

Do período de constituinte aos dias atuais algumas das reivindicações continuam presentes, mesmo depois de quase 25 anos. Exemplo desta permanência é a luta pela igualdade de direitos e salários entre homens e mulheres, a reivindicação por creches e a garantia da efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos. Este fato demonstra os limites para consolidação de uma sociedade "democrática e justa".

Algumas bandeiras de luta permanecem como centrais tanto na ação política, como na formulação de conhecimentos que desnaturalizem o ideário conservador de como as mulheres são vistas na sociedade. Soma-se ainda, a atualidade do debate acerca do direito das trabalhadoras domésticas, as atingidas por barragens, às moradoras de rua e de periferias, as mulheres indígenas, as "prostitutas" e ao modo de atuação nas instâncias de governo.

Barsted (1994) expressa como o reconhecimento da importância da luta das mulheres resultou na criação de diversos órgãos públicos, programas governamentais e iniciativas voltadas para as mulheres no período de 1983 a 1993 a exemplo

> do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), elaborado em 1983 e incorporado formalmente à estrutura do INAMPS em 1986; o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado em 1985, definindo um amplo campo de atuação interministerial, junto ao movimento de mulheres, Poder Legislativo, Poder Judiciário, governos estaduais e mídia; os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher, criados a partir de 1983; as Delegacias de Atendimento às Mulheres vítimas de violência, criadas a partir de 1985; os abrigos, centros de orientação jurídica à mulher vítima de violência e os cursos sobre direitos da mulher em academias de polícia, criados a partir de 1985; a mudança legislativa constante na Constituição Federal, de 1988, Constituições Estaduais de 1989 e Leis Orgânicas Municipais, de 1990. (BARSTED, 1994, p. 43-44).

No entanto, a autora explicita que "esse reconhecimento de uma problemática social das mulheres brasileiras não significou, necessariamente, que as iniciativas acima mencionadas correspondessem às expectativas do movimento de mulheres". Portanto, expressamos, em concordância com Barsted (1994) que apesar do contínuo avanço da luta das mulheres por políticas públicas e de conquistas como a criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres em 2003, do estabelecimento da Lei Maria da Penha em 2006 e da tipificação do crime de feminicídio em 2015 tais

políticas não representam ainda mudanças estruturais da condição do ser mulher na sociedade brasileira.

Expressão permanente da falta de proteção do Estado às mulheres e da permanência das relações de exploração, desigualdades e dominação são os números de feminicídios. De acordo com o Atlas da Violência 2017, em 2015, 4.621 mulheres foram assassinadas no Brasil.

Em relação às diversas dimensões das violências contra as mulheres o disque 180 apresentou em seu relatório anual de 2016 que do total de atendimentos de 2016, 12,38% (140.350) corresponderam a relatos de violência. Dentre os relatos, 50,70% se referiram à violência física; 31,80%, violência psicológica; 6,01%, violência moral; 1,86%, violência patrimonial; 5,05%, violência sexual; 4,35%, cárcere privado; e 0,23%, tráfico de pessoas. Em comparação com o ano de 2015, a Central de Atendimento à Mulher constatou que no tocante aos relatos de violência houve um aumento de 54% nos registros de cárcere privado, com a média de 16,7 registros/dia e de 121% nos casos de estupro, com média de 16,51 relatos/dia.

Ao considerar a violência física como uma das expressões da dominação do patriarcado na vida das mulheres também explicitamos que a ausência de políticas públicas no campo da saúde, educação, segurança, transporte, etc, também é uma forma de violência pela negação de direitos básicos necessários ao bem estar físico e mental, principalmente das mulheres.

Sobre a participação política das mulheres na luta por seus direitos e no enfrentamento as determinações das relações sociais de exploração e dominação esta é dificultada por diversas situações. A própria forma de ordenamento da sociedade patriarcal e capitalista com a exploração do trabalho e o aumento da pauperização se coloca como um elemento de sobrecarga para as mulheres. Na particularidade destas últimas, as duplas jornadas de trabalho vivenciadas pelas mesmas no ambiente doméstico acarreta uma apropriação de seus tempos, tanto para o cuidar de si, quanto para sua participação nos espaços políticos. Concordamos aqui com Guillaumin (2005, p.26), quando a mesma aponta que

> El tiempo es apropiado explícitamente en el 'contrato' de matrimonio dado que no hay ninguna medida de este tiempo, ninguna limitación a su empleo, ni bajo la forma de horarios como es el caso en los contratos de trabajo clásicos, ya sean salariales o no, ni bajo la forma de medición monetaria del trabajo de la esposa. (p.26)

No que se refere à divisão sexual do trabalho e a implicação desta na vida das mulheres a autora além de apontar a apropriação do tempo das mulheres, aponta outro elemento que se refere à apropriação da individualidade das mesmas. Este ponto entra dentro do debate sobre projeto individual e projeto coletivo. Neste sentido, as mulheres, muitas vezes, abandonam seus projetos individuais em prol de um projeto considerado coletivo familiar. Para a autora

> Sus gestos [dos familiares], sus acciones mantienen a la madre-esposa-hija-cuñada bajo su esfera de influencia. Cada uno de los gestos de estos individuos está lleno de sentido para ella y modifica su propia vida a cada instante: una necesidad, una caída, una solicitud, una acrobacia, una partida, un sufrimiento, la obligan a cambiar de actividad, a intervenir, a preocuparse por lo que hay que hacer inmediatamente, en unos minutos, a tal hora, esta noche, antes de tal hora, antes de partir, antes que x venga. Cada segundo de su tiempo ella es absorbida por otras individualidades, apartada por otras actividades de la que estaba realizando en el momento. (GUILLLAUMIN, 2005, p. 36-37)

Esta realidade se põe como determinante na luta das mulheres por igualdades salariais, assim como por melhorias nas suas condições de trabalho e garantias trabalhistas. A situação de sobrecarga de trabalho no âmbito doméstico é reforçada pela falta de investimento do Estado em políticas públicas, o que sobrecarrega a responsabilidade das mulheres como cuidadoras, pela ausência de creches, asilos e ineficiência dos outros serviços básicos como as políticas de saúde e educação. Essa situação da mulher cuidadora com o ideário de negação de si, em prol dos outros é reforçado em todas as instâncias ideológicas da sociedade.

Dessa forma, o processo de consciência das mulheres, no reconhecimento de sua situação, como sujeito explorada é dificultado pelas condições concretas que lhes são postas em sua própria expressão do ser mulher na sociedade. Nesse sentido, a participação no movimento feminista já é fruto de um processo anterior e contínuo de visualização de si e das outras.

Concordamos com Gurgel (2004, p.19) de que “como possibilidade histórica o sujeito se constrói e reconstrói-se. Nesse sentido, a experiência das mulheres não é apenas elaboração discursiva do sujeito, mas sua realização na práxis social”. Reafirmando este pensamento, Cisne (2013, p.275) nos traz a reflexão de que:

> Quando falamos, portanto, em consciência militante feminista, referimo-nos primeiramente, a percepção da mulher como sujeito individual, o que exige a ruptura com as mais variadas formas de apropriação e alienações dela decorrentes, especialmente, a ruptura com a naturalização da subalternidade que lhe é socialmente atribuída. Apenas assim, podemos chegar a dimensão coletiva da consciência militante que, para nós, é expressa na formação de movimentos de mulheres.

Tal reflexão nos remete ao entendimento de uma das dimensões do feminismo, como uma atitude pessoal diante da vida. Dessa forma, o movimento feminista expressa uma consciência individual e coletiva das mulheres e a partir desta uma vontade de transformação das estruturas que sustentam o sistema de dominação e exploração.

3 - Desafios para fortalecimento das políticas públicas como direito.

As políticas sociais estão interligadas a forma de ordenamento político e econômico da sociedade, portanto, seus lineamentos seguem as mudanças societárias nacionais expressas pelas transformações capitalistas tanto a nível nacional quanto pelas interferências do movimento internacional. As mudanças também seguem um fluxo originário da correlação de forças entre as classes sociais. Neste sentido, é importante observar as dimensões políticas, sociais e econômicas que englobam as mudanças nas políticas sociais.

> O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007 p.64).

Para as mulheres, o acesso às políticas sociais além de tardio ainda veio e é acompanhado por uma claro direcionamento marcado pela divisão sexual do trabalho, pela responsabilização das mulheres pelos cuidados da família e pela condição das mesmas apenas como “beneficiárias passivas de políticas assistenciais” (AMB, 2009).

O clientelismo e o populismo característicos da constituição do modus operandi da política brasileira tem como resultado, ainda na atualidade, a falta de consciência da população sobre seus direitos. As políticas sociais são acessadas por esta população como uma dimensão de favor e caridade. Esta condição, característica

da formação social brasileira, se interpõe como um desafio no próprio reconhecimento das mulheres no acesso as políticas públicas.

Soma-se a este desafio, a ausência de políticas públicas mais amplas que contemplem a garantia dos direitos da população de forma permanente sem a quebra da oferta de serviços. A escolha estatal por Programas e Projetos governamentais em detrimento do estabelecimento da política pública já expressa em si o viés personalista do Estado na condução da administração da oferta de serviços a população.

Na particularidade da vida das mulheres mesmo o acesso a questões básicas referente ao planejamento familiar e cuidados com a saúde são intermediados pela dimensão assistencialista, apesar de ser as mulheres as principais cuidadoras e as responsáveis pela prestação de serviços na ausência do Estado.

> A partir do neoliberalismo, emergem novas formas de relação Estado versus mulheres. De um lado, nós mulheres passamos a ser mobilizadas por diversos agentes sociais como força de trabalho voluntária para implementação de políticas sociais focalizadas e compensatórias realizadas a baixo custo. De outro, os governos retrocedem nas políticas de emprego e nas políticas sociais, aprofundando a carga de trabalho das mulheres e bloqueando avanços no campo da autonomia econômica. (AMB, 2009, p. 10).

Temos assim três determinações centrais na relação das mulheres no acesso as políticas públicas como direito: 1 – A estrutura político-ideológica que reforça na sociedade brasileira a dimensão assistencial, fragmentada e descontinuada da prestação de serviços, 2 – a carga histórica atribuída às mulheres no seu papel de cuidadoras o que faz com que assumam vários serviços de responsabilidades do Estado; 3 – A distância entre a definição dos direitos e sua implementação o que dificulta a compreensão da política em sua totalidade.

Assim, reconhecemos em concordância com Behring e Santos (2009. p.279) que “o direito quando se objetiva tanto por meio das lutas, como dos institutos jurídicos-políticos, sofre as determinações societárias. Assim, não há como autonomizá-lo dos interesses do capital nas diferentes conjunturas”.

Conclusões:

Referências Bibliográficas

ALVES E PITANGUY; Branca M e Jacqueline. O que é feminismo? São Paulo. Brasiliense. 2003. (Coleção Primeiros Passos)

AMB. Articulando a luta feminista nas políticas públicas: desafios para ação do movimento na implementação das políticas. Brasília: Articulação de Mulheres Brasileiras, 2009

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho, Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo. Boitempo, 1999.

ASSUNÇÃO, D. A precarização tem rosto de mulher: A luta das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da USP. São Paulo. ISKRA. 2013.

ASSUNÇÃO, D. Feminismo e Marxismo - Conferência na Paraíba: Feminismo e marxismo. In. D'ATRI, A. e ASSUNÇÃO, D. (org) Feminismo e Marxismo. São Paulo: ISKRA; 2017.

ÁVILA, Maria Betânia (org). Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo, 2001.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido: Mulheres e Políticas Públicas no Brasil 1983-1993. In: Revista Estudos Feministas, Ano 2, 1994.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. 2ed. Volume 1 - Fatos e mitos. Rio de Janeiro. Nova fronteira. 1980

Bebel, Auguste, La historia de la mujer es la historia de su opresión In: La mujer y el comunismo. p. 45). disponível em: http://archivo.juventudes.org/textos/Varios%20autores/LA_MUJER_Y_EL_COMUNISMO.pdf acessado em 27 de fevereiro de 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007 (Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 2).

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Morais. Questão social e direitos. In: Serviço Social e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BOGO, Ademar. Organização política e política de quadros. São Paulo: expressão popular, 2011.

BORDO, Susan. A feminista como o Outro. Estudos Feministas. Ano 8. I semestre Florianopólis - SC. 2000.

BUARQUE, Cristina. Introdução ao feminismo. IN: Caderno de textos gênero e trabalho. Iole Macedo Vanin e Terezinha Gonçalves (Organizadoras). - Salvador: REDOR, 2006.

CALLINICOS, A. Capitalismo e Racismo foi traduzida de Race and Class, Bookmarks, Londres, janeiro de 1993. Setembro, 2000. Disponível em: http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudepopnegra/ALEX%20CALLINICOS_Capitalismo%20e%20Racismo.pdf acessado em 01 de março de 2018

CAMURÇA, Silvia. Nós mulheres e nossa experiência em comum. In: Cadernos de crítica feminista. Ano I, N.0, 2007.

CASTELLANOS, Gabriela. El Feminismo Lésbico Dentro de la Teoría Política Feminista. In: Crítica Contemporánea. Revista de Teoría Politica, Nº1 Nov. 2011 - ISSN 1688-7840, 2011

CERQUEIRA [et al]. Atlas da violência 2017. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2017.

CHILDE, V. Gordon. A evolução cultural do homem. 5ª.Ed. ZARAH. Rio de Janeiro.

_____. O que aconteceu na História. 5ª.Ed. ZARAH. Rio de Janeiro. 1981b.

CISNE, Mirla. Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil. Tese de doutorado em Serviço Social defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

DAVIS, A. mulheres, raça e classe. São Paulo. Boitempo. 2016

DELPHY. Christine. Verbete PATRIARCADO (teoria do). In: HIRATA [et al], Dicionário Critico do Feminismo. UNESP. São Paulo. 2009

DIAS, Edmundo Fernandes. A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização. Textos Didáticos. n°29. São Paulo: IFCM/UNICAMP, 1997.

DIEESE, Caderno de negociação. Número 4 - Fevereiro/março. São Paulo. 2018

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do estado. Centauro. São Paulo. 2002.

GOLDMAN, W. Mulher, Estado e Revolução. Política familiar e vida social soviéticas 1917-1936. São Paulo. Boitempo. 2014

GONZÁLEZ; Ana Isabel Álvarez. As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres. São Paulo. Expressão Popular: SOF – Sempreviva Organização Feminista. 2010. p. 205.

GOUGES, Olympe de. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852 acessado em outubro de 2017

GUILLAUMIN, Colette. Práctica del poder e idea de naturaleza. In: CURIEL, Ochy;

FALQUET, Jules. (comp.). El patriarcado al desnudo: tres feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.

GURGEL, Telma. Feminismo e liberdade: seu sujeito total e tardio na América Latina. Paraíba: UFPB, 2004 (Tese de doutorado em sociologia).

_____. FEMINISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: reivindicações coletivas e luta anticapitalista no Rio Grande do Norte. Publicado no CD do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPSS. 2008. (disponibilizado por e-mail pela autora).

HARVEY, D. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo. Boitempo. 2014

HIRATA e KERGOAT, Helena; Danièle. Novas Configurações da divisão sexual do

HIRATA, Helena & KERGOAT, Danièle. (1993), "A classe trabalhadora tem dois sexos". Estudos Feministas. 2 (3): 93-100, Florianópolis. 1994.

KERGOAT, Daniéle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In. Dicionário crítico do feminismo / Helena Hirata [Et al] (orgs.). São Paulo: UNESP, 2009. p 67

KRAMER, H. & SPRENGER, J. O Martelo das feiticeiras: malleus maleficarum. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos. 2011.

LENIN, V.I. Sobre a emancipação da mulher. São Paulo. Alfa Omega. 1980

LOWY, Ilana. "Ciências e gênero". In: Hirata, H. et al., Dicionário crítico do feminismo. São Paulo, Editora da Unesp, pp. 40-44. (2009)

LUGONES, María.Hacia un feminismo descolonial. In: La manzana de la discordia. Julio - Diciembre, Año 2011, Vol. 6, No. 2: 105-119, 2011.

MARUANI, M., HIRATA, H. & LOMBARDI, M. R. Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais. IN: Oliveira Costa et al. (orgs.). Rio de Janeiro, fgv, 2008, pp. 69-87.

MARX, K. Para a crítica a economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. São Paulo. Abril cultural, 1982.

_____O capital. Livro I. Volume I. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008.

MARX, Karl & ENGELS, F. A ideologia Alemã. São Paulo: Expressão. 2009

MENDIA, Irantzu; GUZMÁN, Glória. (2009). El movimento de mujeres em América Latina. In: Boletín de recursos de información nº 19. Centro de Documentación HEGOA. Octubre.

MIGUEL. Ana de. Los feminismos a través de la historia In Creatividad Feminista recibido a través de Modemmujer. Disponível em http://www.mujeresenred.net/anademiguel.html, acesso em 07/09/2014.

MORA, María Elena Hernández. Indicios de una reflexión política. In: Cotidiano Mujer; Articulación Feminista Mercosur. Desafíos Feministas en América Latina: la mirada de las jóvenes. Montevideo: Imprenta Rojo, 2009.

MORAIS, Maria L. Q. As origens do feminismo marxista (e a revolução de 1917). In.: Margem esquerda. N 28. São Paulo. Setembro. 2017

NOBRE, M. Censo Agropecuário 2006 − Brasil: uma análise de gênero. In. As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do Sul / Andrea Butto, Isolda Dantas, Karla Hora [organizadoras]. ─ 1. ed. ─ Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. 220p

PALUDO, Conceição. MULHERES resistência e luta em defesa da vida. São Leopoldo: CEBI, 2009.

PATEMAN, Carole. O contrato Sexual. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1993

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. Revista Ciência Hoje, nº 28 1987.

REED, Evelyn. Sexo contra sexo ou classe contra classe. Sundermann, São Paulo. 2008

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. FEMINISMO, GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: desafios para fortalecer a luta por emancipação. In: Rev. Políticas Públicas, número especial, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. A mulher na sociedade de classe: mito e realidade. São Paulo. Expressão Popular. 2013.

_____. B. Gênero, Patriarcado e Violência. Perseu Abramo, São Paulo 2004.

Santos, M. K. A. C. dos. (2012). Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre a agroecologia e as questões de gênero. Dissertação (Mestrado em serviço social). Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

SILIPRANDI, Emma. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Paulo Petersen (org) – Rio de Janeiro. AS-PTA, 2009.

_____. Urbanas e rurais A vida que se tem, a vida que se quer. In. A mulher brasileira nos espaços públicos e privados. Gustavo Venturi, Marisol Recamám e Suely de Oliveira, organizadores – 1 ed – Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2004.

_____. Mulheres e agroecologia : a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar / Emma Siliprandi; orientadora Laura Duarte ; co-orientadora Alicia Puleo. – UNB. Brasilia. 2009.

_____. Agroecologia, Agricultura Familiar e Mulheres Rurais. Rev. Bras. Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007

SILVA, Carmem; CAMURÇA, Silvia. (2010). Feminismo e movimento de mulheres. Recife: Edições SOS Corpo.

SNPM. Ligue 180: Balanço anual, 2016.

SOUZA, Itamar. A mulher e a revolução francesa: participação e frustração. Revista da FARN, Natal, v.2, n.2, p. 111-124 , jan./jul. 2003.

TABET, P. Mãos, instrumentos e armas. In: O patriarcado desvendado: teoria de três feministas materialista. FERREIRA, V. ÁVILA, B. FALQUET, J. ABREU, M. (Org.) Recife. 2014
trabalho. Caderno de Pesquisa, V. 37, N, p. 595-609. Set/dez, 2007. Disponível em:

TRISTAN, F. União Operária. São Paulo. Perseu Abramo. 2016
www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah acessado em: maio/2011.

ZETKIN, C. Lenin y la cuestión sexual IN: La historia de la mujer es la historia de su opresión In: La mujer y el comunismo. p. 97). disponível em: http://archivo.juventudes.org/textos/Varios%20autores/LA_MUJER_Y_EL_COMUNISMO.pdf acessado em 27 de fevereiro de 2018.

Organização e constituição política dos Territórios da Cidadania: desafios para a participação das mulheres nos processos de gestão das políticas territoriais.

Itamara Almeida[30]

Ana Luiza P. Dantas[31]

Maria de Fátima R.Gondim[32]

INTRODUÇÃO

Com o fim da segunda guerra mundial entrou em pauta internacional o debate sobre o desenvolvimento econômico ocasionado pela percepção dos desequilíbrios econômicos e sociais causadores das desigualdades "regionais".

Este debate teve como principal consequência à adoção de políticas públicas que definiram modelos de desenvolvimento econômico, com a finalidade de contribuir para minimizar as diferenças econômicas existentes entre os países e suas respectivas regiões.

Não obstante, o esforço vem sendo presenciado com o surgimento de novas formas de pensar e de entender o mundo e seu desenvolvimento, numa perspectiva mais viável, ou seja, um desenvolvimento mais harmônico; considerando as inter-relações existentes entre a sociedade e o ambiente, eficiente do ponto de vista econômico e socialmente mais justo. O que nos dias atuais vem sendo denominado de desenvolvimento sustentável, que respeite o tripé sociedade-ambiente-economia, envolvendo a participação e interlocução de toda sociedade do campo e das cidades.

A construção histórica dessa participação e interlocução revela conflitos (interesses distintos, espaços de disputa constituídos, exclusão de segmentos importantes nesse contexto, entre outros).

Esse processo dialético aponta a urgência na adoção de novos paradigmas e revela o quão necessário se faz debater e implementar modelos de desenvolvimento alternativos, pensados a partir das lógicas, dos saberes, das experiências locais e endógenas; pois a história não linear tem demonstrado nas práticas, o insucesso daqueles que vem sendo replicados.

As ações do Estado direcionaram para um modelo nacional organizado

---

[30] Estagiária de campo do projeto "Mulheres rurais: construindo um novo protagonismo"
[31] Assistente Social (UERN), militante do levante popular da Juventude
[32] Cientista Social (UERN), mestre em xxxxx

baseado fatores exógenos, sob a hipótese de que cada firma e produtor operam individualmente sob as mesmas condições de eficiência técnica. Na região Nordeste, o planejamento do desenvolvimento ficou atribuído à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a qual estabeleceu políticas regionais com incentivos do Estado almejando reduzir a desigualdade entre a região Nordeste e a região Centro-Sul do país.

Nesse contexto, é possível observar que o insucesso está relacionado à introdução de modelos pré-concebidos que não consideravam as dimensões territoriais econômicas, ambientais, sociais, culturais, históricas e políticas, que convergem para integralização e fortalecimento de elementos territoriais que se constituem como estratégias para o desenvolvimento rural.

No âmbito rural, surgem modelos frutos dos debates e vivências que vislumbram a necessidade de superar entraves históricos que dificultam o desenvolvimento, tendo nas políticas públicas um mecanismo de incentivo de fundamental importância para o seu sucesso.

Todavia, cabe lembrar que, a essência do desenvolvimento rural encontra-se ligada a uma forma de reivindicação da organização territorial apoiando-se na revalorização do espaço rural e de sua geografia como uma unidade de gestão que permite integrar uma realidade econômica multissetorial e dimensões políticas, sociais, culturais e ambientais que vem construindo uma institucionalidade dinâmica e complexa, que oferece possibilidades de resposta às falências apresentadas pelo desenvolvimento rural nas últimas décadas como afirmam Perico e Ribeiro (2005).

Para o meio rural, as ações de desenvolvimento planejadas e implementadas foram orientadas, mais nos anos 1980, para transformar áreas potenciais da economia agrícola em *pólos* "modernos" de crescimento econômico, acionados verticalmente por grandes empresas de fora da região.

As estratégias abordadas (quase que massivamente) por essas empresas eram de apresentar ou sobrepor modelos culturais, sociais e econômicos que postergavam o desenvolvimento de espaços nos territórios e implicam na disseminação de novos problemas, o que demonstra a contra-mão da abordagem defendida por anteriormente por Perico e Ribeiro (2005).

Uma década após, a partir dos anos 1990, forças externas do livre mercado sugerem com uma menor intervenção do Estado através do ajuste macroeconômico e,

com isto, o modelo *nacional* exógeno entra em crise dando início a uma reestruturação para um novo contexto de mercado globalmente regulado. Esses espaços globais influenciam permanentemente o desenvolvimento dos territórios.

Segundo Santos (2005), passar a existir para a sociedade como um todo e suas relações sociais no "mundo da vida" uma problemática ao examinar a dialética entre espaço e território na era da mundialização do espaço geográfico, na tentativa de estabelecer um sistema universal em toda parte, onde o território a as identidades passam a ser categorias fluídas a serviço da economia e do mercado, regido pelas relações de um mundo técnico e científico altamente globalizado e competitivo.

Contrário a esse contexto, surge à tendência que sinaliza para a defesa de uma nova ênfase, agora baseada em modelos endógenos, tendo em vista a necessidade de bases mais horizontais e descentralizadas e do incentivo às instituições e aos atores locais.

Evidencia-se nesse processo de desenvolvimento endógeno, o retorno dos territórios, ligado, principalmente, pelos nós, redes e horizontalidades que buscam retomar o "acontecer simultâneo" nos atores locais, como ocorre no Território da Cidadania Açu-Mossoró[33], onde agricultores, pescadores, apicultores, extrativistas buscam constituir redes de informações, articulações e comercialização para fortalecer suas relações e identidades, caminhando, desta forma, para a obtenção de estratégias conjuntas que poderão potencializar a consolidação do desenvolvimento no território. (GONDIM, 2014)

São processos como este, que ocorrem com maior ou menor intensidade, a depender das estruturas de poder, que irão refletir nas dinâmicas de empoderamento sócio-políticas e da capacidade de construir coalizações, dentro e fora da base territorial para que seu desenvolvimento seja oportunizado numa perspectiva concreta com as articulações que lá existem.

---

[33] O território Açu-Mossoró está situado na Região Oeste do Rio Grande do Norte. É um espaço de intervenção político-institucional antiga (apresenta um histórico de mais de quatro décadas). É composto pelos municípios de Areia Branca, Baraúna, Grossos, Serra do Mel e Mossoró, enquanto o núcleo do Vale do Açu compreende os municípios de Assu, Alto do Rodrigues, Carnaubais, Itajá, Ipanguaçu, São Rafael, Pendências e Porto do Mangue. Em fevereiro de 2008 passa a ser território da cidadania com a ampliação da política territorial via Programa Territórios da Cidadania, que é uma estratégia de desenvolvimento regional desenvolvida pelo Governo Federal em parceria com estados, municípios e a sociedade civil (GONDIM,2014).

Ao considerar a relevância dessas reflexões, para o alcance dos objetivos e do avanço na operacionalização dos planos e ações que interagem com o desenvolvimento de políticas públicas com ênfase no desenvolvimento territorial, é imprescindível que a tessitura desses processos resulte no esforço coletivo entre as instâncias municipal, estadual e federal e claro, na participação da gestão social dos atores locais no ciclo que define, elabora, implanta e monitora a eficácia e a eficiência das ações de nos respectivos territórios.

A frequência destas inquietações nos convida a analisar como tem se configurado o tecido organizativo político e operativo nesses ambientes, espaços territoriais. Uma vez que estes tem se constituído, historicamente, como espaços permanentes de conflitos acerca da definição das atividades que serão contempladas com as ações das políticas públicas territoriais e como, a relação entre as esferas municipais, estaduais, federais e dos atores sociais locais tem conseguido ou não, avançar na consolidação da organização política territorial com o intuito de fortalecer a integralização das ações do conjunto de políticas públicas sobre um determinado território.

Assim, a questão central é: como as políticas públicas vem historicamente sendo pensadas e implementadas e, quais resultados na reconfiguração política e auto-organizativa através da estratégia que foi adotada pelo Governo Federal via Programa Territórios da Cidadania (década de 2000)? A hipótese é a de que as políticas públicas territoriais foram fundamentais para as estratégias de fortalecimento dos espaços de gestão políticos e sociais existentes nos territórios, contribuindo com o resgate das culturas, experiências e saberes endógenos, priorizando os costumes locais; implementando ações que se contrapunham aos modelos "pré-concebidos" anteriormente utilizados como receita para um vasto conjunto de politicas públicas.

Porém, o seu alcance mostrou-se deficiente e insuficiente para definir uma dinâmica sustentável na reconfiguração política dos territórios como estratégia para superação dos desafios identificados. Com essa realidade torna-se necessário pensar alternativas em que o Estado e instituições tornem os territórios capazes de se mobilizar, se organizar e estabelecer mecanismos com condições de mediar às políticas públicas e transformá-las em instrumentos de desenvolvimento autônomo e sustentável.

Com base no exposto, para melhor compreensão o trabalho foi estruturado em seções, a saber: na seção 2 apresenta-se a abordagem que norteia o estudo,

enfatizam-se as políticas públicas adotadas pelo Estado brasileiro para impulsionar o desenvolvimento rural sustentável nos territórios, a mudança do paradigma na elaboração dessas políticas no sentido de orientar a organização de espaços políticos mais democrático-participativos, com vistas a fomentar e fortalecer as estruturas da participação e gestão social e o diálogo entre os atores que convivem no ambiente territorial; na seção 3 é apresentado procedimento metodológico realizado; na seção 4 são apresentados os resultados e a discussão da pesquisa; e, por fim, na seção 5, são realizadas breves considerações sobre as temáticas ora tratadas.

POLÍTICAS PÚBLICAS: MUDANÇA DE PARADIGMAS

No Brasil, nas últimas décadas do século XX, o debate que envolve o tema das políticas públicas tem angariado discussões no âmbito acadêmico. Este tema sempre esteve associado ao planejamento e ao Estado Nacional durante boa parte no último século. Entretanto, o Estado Nacional entrou em agonia em quase todo o mundo ocidental (STEINBERGER, 2006; SANTOS 1985).

A perda de importância do Estado, do planejamento e das políticas públicas podem ser explicadas como consequências da globalização e do neoliberalismo; ao mesmo tempo, relaciona-se essa perda com o ainda recente estigma da ditadura militar (1964-1985), quando ocorreu uma excessiva centralização de poder e controle nas mãos de um Estado Nacional que praticamente se restringiu ao Poder Executivo Federal, o que ocasionou uma dupla influência, externa e interna, presente na discussão do tema.

Observa-se, porém, que a partir de meados da década 1970 e, mais especificamente durante a década de 1980, novos critérios de julgamento e avaliação que envolvem as políticas públicas - e o que poderia ser definido como desenvolvimento, tais como a noções de sustentabilidade ambiental e qualidade de vida - passam a vigorar (SCHNEIDER, 2004). São mudanças significativas em curso e, na década de 1990 com mais ênfase.

Para Gondim (2014), embora timidamente, nota-se nas duas primeiras décadas que sucedem o século XXI, que a realidade brasileira apontava para um esforço em retomar esse debate numa perspectiva que conduza a “ação comunicativa” entre os atores que participam do “mundo vivido”, conforme expressão de Habermas (1990), passando assim, por um processo de conscientização da “razão comunicativa”,

sendo que esta era orientada para o entendimento mútuo sobre algo; nesse caso, especificamente, o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil:

> Neste cenário, ganham destaque iniciativas como a descentralização das políticas públicas; a valorização da participação dos atores da sociedade civil, especificamente ONGs e os próprios beneficiários; a redefinição do papel das instituições; e cresce a importância das esferas infranacionais do poder público, notadamente as prefeituras locais e os atores da sociedade civil (SCHNEIDER, 2004, p. 102).

Todavia, é válido ressaltar que, nas mudanças significativas, o poder, ou melhor, a disputa pelo poder é uma relação social que envolve vários atores sociais com projetos e interesses por vezes comuns, outros diferenciados e até contraditórios. Esse mesmo poder tem sido determinante e recorrente no histórico das políticas públicas brasileiras. Para tanto, é permanente a necessidade de mediação social e institucional, espaços de organização social e política que promovam o debate e o equilíbrio entre os atores sociais e assim, minimamente os consenso sejam obtidos.

Importante não se deixar levar pelos obstáculos (porém necessários para fomentar o diálogo e consensos) que emanam nas relações de poder e, que estas, sejam superadas com o intuito de legitimar as políticas públicas nos territórios. Afinal, a mudança no paradigma deve começar pela desconstrução de conceitos de politicas públicas para o desenvolvimento enraizados em projetos, ações, obras, entre outros, vultosos aos cofres públicos e fadados ao abandono, não conclusão, insucesso.

Conforme Feijó (2005), as políticas públicas se traduzem no seu processo de elaboração, implantação e, sobretudo, em seus resultados e meios que o poder público nas esferas municipal, estadual e federal buscam para viabilizar as mais variadas formas de acesso e exercício à cidadania. Esse processo envolve a distribuição e redistribuição de poder, e tem ainda, como um dos pontos principais, mitigar o conflito social nos processos de decisão e o equilíbrio na repartição dos custos e benefícios sociais.

Todavia, notoriamente, os obstáculos enfrentados ao longo do macro processo do desenvolvimento rural no Brasil têm contribuído para fomentar a reflexão sobre a necessidade iminente de mudanças na matriz de planejamento das ações políticas, voltadas ao combate da pobreza rural e das desigualdades sociais e regionais que ainda persistem no heterogêneo meio rural. (DELGADO; LEITE, 2011).

Fatores como concepção política e ideológica, estrutura de Estado e o modelo de desenvolvimento exercem grande influência sobre as formulações das políticas

públicas, chegando a definir, em determinadas circunstâncias, tanto o seu caráter como o seu conteúdo. Nesse contexto de mudanças e influências, a abordagem da problemática de desenvolvimento territorial justifica-se na mudança de referencial que orientará o transcurso brasileiro das políticas públicas nas últimas décadas (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

Romper com conceitos estabelecidos ao longo de décadas e abordar novos olhares para o meio rural e suas heterogeneidades, construir bases para um novo paradigma é pensar em resultados à longo prazo. Assim as políticas públicas para obterem algum sucesso dentre os objetivos constitucionais almejados, devem seguir. Nesse sentido, estas, mais do que gerenciar o presente, devem identificar mecanismos que possibilitem construir o futuro com maior equidade política, econômica e social.

No âmbito rural, a busca desses novos paradigmas tem revelado a urgência sobre o debate da aplicação de modelos de desenvolvimento (ou seria crescimento) econômico alternativos, em virtude do insucesso daqueles que vem sendo adotados anteriormente.

> No Brasil, a abordagem territorial vem ganhando rápido interesse, especialmente no âmbito dos planejadores e formuladores de políticas públicas, haja vista a criação de uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e uma significativa simpatia dos outros órgãos governamentais em torno de potencialidades normativos do novo aporte (SCHNEIDER, 2004, p. 99).

Com essas experiências, surgem modelos que vislumbram a necessidade de superar os entraves regionais que dificultam o desenvolvimento, tendo nas políticas públicas territoriais um mecanismo de incentivo cuja importância é fundamental para o seu sucesso, levando as estratégias de desenvolvimento territorial na década de 1990 a serem incorporadas às políticas públicas federais.

Schneider (2009) afirma que é nesse contexto que o território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação de políticas públicas. A recém- criada Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) assume uma definição de política chamada a transformar profundamente a orientação e gestão da política pública do desenvolvimento rural. Os territórios rurais são considerados conjuntos de municípios agrupados a partir de características comuns, proximidade geográfica e coesão social. (BRASIL, 2009).

Destarte, os territórios, na abordagem trabalhada pela SDT enfatizam alguns pressupostos comuns, entre os quais: a) o rural não se resume ao agrícola; b) a escala

municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento e a escala estadual é excessivamente ampla; c) a necessidade de descentralização das políticas públicas; d) o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições, estabelecendo iniciativas que impulsionam o desenvolvimento endógeno e participativo.

Gondim (2014) ressalta que, o Brasil, ao rever sua estratégia de intervenção via políticas públicas, diante de várias experiências acumuladas - algumas exitosas, outras nem tanto - acenava para um novo aporte da abordagem territorial das políticas públicas e, para tanto, buscou na fonte adotada em 1991 pela União Europeia (UE) chamada de "Programa LEADER", que significa "Ligações entre Ações de Desenvolvimento das Economias Rurais"[34], cuja marca inovadora foi seu viés territorial em oposição ao caráter marcadamente setorial dos investimentos tradicionalmente destinados às áreas rurais.

A exemplo das experiências de desenvolvimento rural no Brasil, a história das várias abordagens relacionadas a este experimentadas pelos países que compõem a UE antes de 1990 eram tipicamente setoriais:

> Eram abordagens "de cima para baixo" e comportavam regimes de apoio decididos a nível regional ou nacional. Os agentes locais nem sempre eram encorajados a adquirir as competências necessárias para se tornarem os aquitectos do futuro das suas próprias zonas (COMISSÃO EUROPEIA, 2006, p.6).

A semelhança estabelecida entre as duas abordagens está no desafio de superar o caráter centralizador e instrumental das políticas, as disparidades entre as regiões e, no caso brasileiro, também entre os municípios que integram os territórios.

Ao se reportarem ao paradigma brasileiro, embora a perspectiva territorial das políticas públicas seja um fenômeno relativamente novo e crescente em nosso país (remete ao ano de 2003), Delgado e Leite (2011) advogam que a mesma está dando lugar a um ativo processo de definição de programas inovadores de distintas procedências.

---

[34] Como seu nome sugere, trata-se mais de um método de mobilizar e incentivar o desenvolvimento nas comunidades rurais locais, do que um conjunto fixo de medidas a implementar, baseando-se em iniciativas e competências locais, promovendo a aquisição do saber-fazer no domínio do desenvolvimento integrado e divulgando esse saber-fazer a outras zonas rurais (COMISSÃO EUROPEIA, 2006).

Essa abordagem tem levado o Brasil, em especial, a ser ativo e inovador na criação de estratégias e caminhos do desenvolvimento, tornando-se referência obrigatória aos países da América Latina para o implemento de estruturas políticas que proporcionem a integração de estratégias a partir de lições já vivenciadas e aprendidas:

> [...] no caso brasileiro o debate atual sobre o desenvolvimento rural, e recentemente sobre o desenvolvimento territorial, fundamenta-se, entre outros aspectos, na observação da persistência interligada da pobreza rural e da desigualdade social e regional, e enquadra-se na discussão mais ampla sobre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade [...] (delgado; leite, 2011, p. 88).

Em meio à necessidade de superar antigos entraves que impedem a operacionalização do conjunto de políticas públicas, a abordagem territorial de desenvolvimento no Brasil tem se apoiado na revalorização do espaço rural e de sua geografia como uma unidade de gestão.

Nesses termos, a política brasileira de desenvolvimento territorial aplicada ao setor rural, a cargo da SDT e vinculada ao MDA acumulou um significativo conjunto de casos (mais de 160 territórios), possibilitando um tratamento mais acurado dos limites e alcances dessa experiência de intervenção pública. Com efeito, o Pronat, também conhecido como Territórios Rurais de Identidade, está no cerne da formação da própria SDT, ocorrida em 2003, durante o início do primeiro governo Lula (DELGADO; LEITE, 2011)[35].

Embora o Pronat tenha buscado redirecionar a agenda do Estado na implementação de programas e ações de desenvolvimento territorial rural, alguns territórios ainda apresentavam altos índices de pobreza rural e tinham um cenário economicamente fragilizado; com isso, necessitavam de uma atenção emergencial, com ações ainda mais articuladas. Assim, surge, em 2008, com a proposta de uma integração conjunta de ações interministerial, o Programa Territórios da Cidadania[36]:

---

[35] Este programa passou a operar de forma regulamentada em julho de 2005, quando obteve sua chancela formal por intermédio da Portaria n° 5, de 18/7/2005. Esta portaria, emitida pela SDT, reconhece a seleção, alteração e administração de Territórios Rurais e garante suporte legal para os Territórios da Cidadania (TC), programa adicional que começou a ser efetivamente executado em 2008.

[36] O Programa Territórios da Cidadania é uma das ações destinadas a reduzir as desigualdades propostas pela Agenda Social do Governo Federal. Seu objetivo é a "*superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável*". Especificamente, o programa visa a promoção da inclusão produtiva das populações pobres dos territórios, mediante o planejamento e integração de políticas públicas. Também se propõe a ampliar a participação social e garantir a universalização dos programas básicos de cidadania. O

> [...] tem o mesmo referencial conceitual dos Territórios Rurais sendo amparado também pela mesma portaria, mas com uma gestão bem mais complexa. Resumidamente, foi do conjunto de Territórios Rurais que o governo, em geral, selecionou os Territórios da Cidadania. A prioridade era atender territórios que apresentassem baixo acesso a serviços básicos, índices de estagnação na geração de renda e carência de políticas integradas e sustentáveis para autonomia econômica de médio prazo (DELGADO; LEITE, 2011, p.94).

Em termos práticos, para o sucesso e efetivação dessa proposta, foram constituídos os colegiados territoriais[37], compostos por representantes das três esferas de governo e da sociedade em cada território com os seguintes objetivos: i) divulgar as ações do programa; ii) identificar demandas locais para o órgão gestor priorizar o atendimento (de acordo com critérios, sistemas de gestão preestabelecidos, especificidades legais e instâncias de participação existentes; iii) promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais; iv) contribuir com sugestões para qualificação e integração de ações; v) sistematizar as contribuições para o Plano Territorial de Ações Integradas; vi) exercer o controle social do programa (DELGADO; LEITE, 2011).

Por conseguinte, os desafios fomentados no decorrer da implementação das ações via territórios nos convidam a refletir até onde estas iniciativas governamentais de constituição de espaços públicos de estímulo à participação e promoção social, representaram importante novidade diante da trajetória histórica das políticas aplicadas ao meio rural brasileiro.

Tais reflexões, segundo Freitas, et al., (2010) merecem ser estudadas para que estes instrumentos democráticos e participativos possam ser aprimorados e para que a implantação desses espaços no nível territorial constitua-se num tecido social estratégico para a prática da política de gestão social, organização política e de governança territorial.

Nessa direção, o paradigma proposto com o desenvolvimento das políticas públicas via territórios, embora tenha sido uma iniciativa desenvolvida por pouco mais de uma década, diante de suas propostas e desafios a médio e longo prazo; nos

---

programa abrangia, até o final de 2008, 60 territórios, mas foi ampliado para 120 Territórios da Cidadania em 2009.

[37] Para mais informações, consultar o livro: Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil – Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 14, 2011.

leva a suscitar duas possíveis questões de caráter fundamental para o seu sucesso: como está desenhado o processo de gestão social das políticas públicas de desenvolvimento rural na abordagem territorial? Quais desafios que deverão ser superados pelos atores sociais neste processo?

Neste sentido, tais inquietações apontam para a necessidade de corroborar com o fortalecimento da participação dos sujeitos, a constituição e manutenção das estruturas de governança social, esperando desta forma, iniciar o processo de coesão social entre os envolvidos no espaço do colegiado territorial[38].

Por essa razão, o colegiado pode ser compreendido como um espaço político e uma arena de conflitos. Segundo Nunes, Silva, Gondim et al. (2011), isso faz questionar qual deve ser o papel dos espaços locais e regionais em um período de intensas transformações no meio rural, e de como seus representantes têm se esforçado para o estabelecimento de características como a dimensão territorial, a interação com as instâncias municipais, estaduais e federal e os objetivos e projetos capazes de promover o desenvolvimento integrado.

Desta feita, é imprescindível a integração entre os diversos atores/agentes e de suas diferentes propostas com o objetivo de promover e fortalecer coesão social com vistas à construção de um projeto político de desenvolvimento rural sustentável.

A importância desse debate nos convida a analisar como tem se configurado os ambientes que promovem o exercício da participação e gestão social em um espaço de permanentes conflitos acerca da definição das atividades que serão contempladas com as ações das políticas públicas e transformá-las em instrumentos de desenvolvimento territorial.

Este trabalho faz parte do projeto: Mulheres Trabalhadoras Rurais nos Territórios da Cidadania: construindo um novo protagonismo, financiado pela Secretária Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - SEAD, edital 11/2016.

Como procedimento metodológico foi realizado uma coleta de dados primários, por meio da aplicação de 240 questionários, junto a mulheres trabalhadoras rurais dos 9 (nove) Estados do Nordeste durante o Seminário "As Mulheres Rurais e

---

[38] Os Colegiados Territoriais são responsáveis por identificar as demandas locais para os órgãos gestores priorizarem o atendimento; promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais; contribuir com sugestões para a qualificação e a integração de ações; exercer o controle social do Pronat; e dar ampla divulgação às ações do Programa.

a Agroecologia”[39], com objetivo de obter informações sobre o funcionamento dos territórios da cidadania nos respectivos Estados.

Foi realizada também, revisão bibliográfica sobre o tema políticas públicas de desenvolvimento dos territórios rurais, com o objetivo de conhecer o histórico da formulação e da ações via políticas públicas para o desenvolvimento rural a partir da perspectiva territorial; as mudanças no paradigma que historicamente vinha sendo introduzido para promover o desenvolvimento e fortalecimento das atividades do meio rural, como esse debate entre os “modelos” exógenos e endógenos ocasionou conflitos políticos, sociais, culturais, ambientais e econômicos ao negar a perspectiva das experiências e saberes locais e, não menos pertinente, como a adoção de um novo paradigma de pensar e implementar as políticas públicas para o campo com foco nos territórios oportunizou a construção e o fortalecimento de mecanismos de participação e gestão social nos espaços de organização politica territorial.

Ademais, realizou-se uma pesquisa documental a partir da consulta a relatórios e de alguns territórios da cidadania do Rio Grande do Norte, a citar, o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território Açu-Mossoró e Sertão do Apodi (RN). A análise dos referidos documentos se deu no sentido de extrair elementos que pudessem subsidiar a reflexão acerca da participação social na gestão territorial.

Com as mudanças ocasionadas na década de 1990 no ciclo das politicas públicas brasileiras para o meio rural, percebe-se a assertiva escolha em apoiar e fortalecer os espaços deliberativos de participação e gestão social com o envolvimento de setores do campo sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, federações de trabalhadores e trabalhadoras rurais, associações rurais, colônias de pescadores, grupos de mulheres entidades de assessoria técnica rural, empresas públicas de assessoria técnica, entidades de assessoria feminista, órgãos da administração pública municipal, estadual e federal com ações para o campo, entre outros.

A SDT/MDA (a época indutoras desse processo), assumem a função de apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa nos territórios rurais e a implementação e integração de políticas públicas.

---

[39] Evento realizado através do Projeto Mulheres Trabalhadoras Rurais nos Territórios da Cidadania: construindo um novo protagonismo no município de Caruaru/PE, período de 08 a 11 de agosto de 2017.

Para Canielo et al., (2012) , este novo modelo de gestão implica na ruptura das concepções e práticas de gestões centralizadoras e pouco participativas que ainda são a marca da administração pública.

Como visto, o processo de gestão colegiado permite que o território seja conduzido pelas decisões e ações que favoreçam o processo de desenvolvimento territorial sustentável a partir da ação conjunta e concertada dos atores e instituições que visam dar os rumos mais adequados ao território, considerando suas potencialidades e vulnerabilidades.

Entretanto, resta saber se esse ambiente de gestão participativa colegiada proporciona aos envolvidos, de fato, construir um debate equitativo que respeite as falas dos mais variados segmentos, entre estes, as mulheres camponesas, pescadoras, artesãs, entre outras. Oportunizando o entendimento sobre a importância no entendimento, incidência e reivindicação de suas propostas nas ações via políticas territoriais.

Não obstante, como já ressaltado anteriormente, esses espaços deliberativos revelam a diversidade da sociedade e como somos permeados por interesses distintos, os transformamos em arenas de confluências, mas também de conflitos.

Com relação aos conflitos e confluências, a pesquisa realizada junto a mulheres que participavam das reuniões nos seus respectivos territórios[40] pelo projeto Mulheres Trabalhadoras Rurais nos Territórios da Cidadania: construindo um novo protagonismo nos cinco Territórios da Cidadania do Rio Grande do Norte, revelou a participação das mulheres ocorre de maneira heterogênea dependendo do território, alguns têm maior participação, já em outros a participação destas ocorre de maneira mais tímida.

Como por exemplo, a pesquisa nos trouxe que no território do Apodi a maioria das pessoas que participavam eram mulheres, em contra partida no Alto Oeste a maioria da participação era de homens. Porém mesmo que de forma pequena as mulheres participavam do programa.

O que foi possível analisar também nessa pesquisa é que as mulheres participavam do comitê e da câmara temática de mulheres. Os outros espaços de decisão a participação das mulheres ainda era muito pequena, o que impossibilitava

[40] A pesquisa ocorreu nos territórios da cidadania: Açu/Mossoró, Sertão do Apoido, Alto Oeste, Seridó e Mato Grande.

que estas de uma forma geral participassem mais dos espaços de decisão e de outros comitês tão importantes quanto o voltado especificamente para mulheres.

Foi-nos posto também pelas mulheres que foram entrevistas que existe a dificuldade de motivar as mulheres a participarem dos espaços públicos e políticos, visto que estas foram ensinadas pela sociedade a permanecerem nos espaços privados da casa e do lar e mais ainda que os espaços políticos tinham que ser ocupados pelos homens.

A baixa autoestima das mulheres em se sentirem capacitadas e capazes de participarem desses espaços de decisão também apareceu como obstáculo. Isto provocado pelo machismo e pela misoginia que inferiorizam e reforçam cotidianamente o ódio as mulheres.

Porém, mesmo com todas essas dificuldades das mulheres se reconhecerem como fortes, capazes e protagonistas do processo, esse paradigma está começando a mudar mesmo a passos lentos, visto que as mulheres estão iniciando a percepção de que são fortes e capazes, inclusive pela rotina diária que constroem, principalmente no campo. Já que são elas que majoritamente cuidam da casa, dos filhos e da agricultura, resultando assim em jornadas duplas e até triplas de trabalho.

Outro ponto a ser destacado é que não é consenso na percepção das mulheres entrevistas a existência de cotas que possibilitassem a elas à participação nos espaços no programa, mesmo sendo algo preconizado pela SDT que os territórios que tivessem mais participação de mulheres e mais projetos voltados a estas teriam mais recursos.

Alguns territórios como Potengi elencou que não existiam cotas e como consequência disto a participação das mulheres era mínima. Isso pelos motivos já expostos acima e pela dificuldade de politizar as mulheres. Já no território do Mato Grande foi elencado que existiam cotas para mulheres e a partir disso foi possível "brigar" de igual para igual com homens por espaços de participação.

Entretanto ainda com relação ao Mato Grande nos foi dito que mesmo com as cotas a participação nos espaços de decisão era mojoritariamente masculina, inclusive na questão das falas no colegiado, segundo o que foi dito nas entrevistas eram os homens que tinham mais voz.

Nesse sentido, se precisa trabalhar junto com o que já foi exposto acima (machismo, misoginia, baixa autoestima) a questão da autonomia das mulheres para

que elas possam ser protagonistas de suas vidas e dos espaços de poder e de decisão política.

Podemos afirmar também que o Programa Territórios da Cidadania teve papel fundamental no incentivo à participação das mulheres do campo na construção das políticas públicas e nos espaços políticos de poder. Mesmo ainda pequena essa participação foi importantíssimas nesse processo de enfrentamento das dificuldades das mulheres se porem nos espaços públicos.

A partir disso podemos analisar que na nossa sociedade, pelos interesses por vezes controversos existentes, as políticas públicas voltadas para as chamadas "minorias" como as mulheres, os (as) LGBTs, os (as) negros (as) entre outros acabam que sendo silenciadas e deixadas de lado, principalmente quando esses sujeitos não estão participando ativamente da construção e fiscalização das políticas públicas que atingirão diretamente suas vidas.

Essa não participação pode acontecer por diversos motivos como a falta de informação necessária, falta de acesso a esses locais tanto no tocante à distância (principalmente se tratando dos (as) trabalhadores (as) rurais) como no tocante a ter oportunidade de participar desses espaços.

Desse modo, analisando o Programa Território da Cidadania e a participação especificamente das mulheres rurais nos comitês e colegiados podemos compreender através de respostas dadas nos questionários aplicados no seminário citado na metodologia deste artigo que a participação e organização das mulheres nos espaços do programa proporcionam mais força e facilidade para que estas possam demandar e acessar as políticas públicas. Embora isso não seja de forma homogênea, visto que muitas mulheres ainda não conseguem chegar a esses espaços deliberativos.

Isso ocorre também, pois vivemos em uma sociedade machista que não aceita que a mulher possa participar efetivamente dos espaços públicos e políticos. Seja porque são impedidas por suas famílias, seja por questões financeiras de acessar tais espaços, por falta de informação e etc.

Por fim, apesar dos obstáculos encontrados para a participação das mulheres rurais nesses espaços, não podemos descartar a importância do Programa Territórios da cidadania nesse processo de demandar políticas públicas para estas.

As políticas Públicas no Brasil sofreram na década de 1990 influências inegáveis do neoliberalismo (através principalmente do consenso de Washington) que começou a ser implementado no país com mais ênfase nesse período, trazendo assim uma

desrreponsabilização do Estado perante as políticas públicas e procurando responsabilizar a sociedade civil pela viabilização dos direitos sociais.

Nesse sentido, Ortega (2014) nos mostra que se observaram as experiências europeias e a partir dai foram sendo criadas políticas de desenvolvimento territorial na América Latina, assim como no Brasil com o intuito de minimizar as desigualdades regionais, porém com orientações tipicamente neoliberais.

Entretanto, existiram peculiaridades na criação e implementação destas, na América Latina, pois ainda segundo Ortega (2014, p. 04)

> Ao contrário do que ocorreu na União Europeia, [...] [aconteceu] na prática, uma desobrigação do Estado junto a esses territórios, uma vez que induziam aqueles arranjos e a eles outorgava a responsabilidade pelo diagnóstico de sua realidade, identificação e elaboração de projetos e sua gestão. Assim, com base em seu capital social, esperava-se que, de maneira autônoma e endógena, a sociedade construísse um processo de desenvolvimento virtuoso. Ao Estado, além de induzir a constituição dos arranjos sócioprodutivos para uma gestão concertada dos projetos territoriais, caberia implementar políticas compensatórias focalizadas, em substituição às políticas universais típicas das políticas de bem-estar social

A rigor, podemos analisar que a ótica neoliberal na gestão das políticas públicas interrompeu a jornada que havia sido construída depois da ditadura militar no Brasil, inviabilizando a implementação de maneira universal dos direitos sociais conquistados a duras penas na constituição federal de 1988 que também beneficiaria os territórios rurais.

Entretanto em meio a tantas dificuldades podemos compreender que as políticas com enfoque no território trouxeram experiências bastante ricas para o meio rural, pois neste aspecto olhou se para o campo com uma nova visão, tentando superar as ideias de que este é atrasado e que o melhor é que as pessoas migrem para as grandes cidades, pois lá existe desenvolvimento. Esse pensamento errôneo por muito tempo também impossibilitou a criação e implementação de políticas públicas para esse setor da sociedade.

Com a participação da população que lá reside construiu-se políticas públicas mais assertivas, visto que iria surgir a partir das necessidades concretas desses sujeitos. E nesse sentido foi criado o programa territórios da cidadania. Para tanto Ortega (2014, p.13) ainda nos conta que:

> Os Territórios da Cidadania (TCs) constituem-se em um dos eixos de ação do governo federal com vistas à redução da

> pobreza e das desigualdades. Assim, por meio desse programa, pretende-se superar a pobreza rural aplicando a estratégia do desenvolvimento territorial para a geração de emprego e renda.

No contexto acima, o Programa Territórios da Cidadania tem esse caráter de contribuir com a participação da sociedade na criação, implementação e fiscalização das políticas públicas, através de comitês gestores para debater questões específicas como políticas para mulheres, juventude, assim também como temáticas ligadas à comercialização de produtos, entre outros. E também como espaços deliberativos existem os colegiados, espaços em que diversos setores da sociedade se reúnem para deliberar as decisões voltadas para as políticas públicas no campo.

Nesses espaços, é importante ressaltar que, da forma como a sociedade é diversa e permeada por interesses distintos, eles também os são, transformando-se em arenas de confluências, mas também de conflitos.

A partir disso podemos analisar que na nossa sociedade, pelos interesses por vezes controversos existentes, as políticas públicas voltadas para as chamadas "minorias" como as mulheres, os (as) LGBTs, os (as) negros (as) entre outros acabam que sendo silenciadas e deixadas de lado, principalmente quando esses sujeitos não estão participando ativamente da construção e fiscalização das políticas públicas que atingiram diretamente suas vidas.

Essa não participação pode acontecer por diversos motivos como a falta de informação necessária, falta de acesso a esses locais tanto no tocante à distância (principalmente se tratando dos (as) trabalhadores (as) rurais) como no tocante a ter oportunidade de participar desses espaços.

Desse modo, analisando o Programa Território da Cidadania e a participação especificamente das mulheres rurais nos comitês e colegiados podemos compreender através de respostas dadas nos questionários aplicados no seminário citado na metodologia deste artigo que a participação e organização das mulheres nos espaços do programa proporcionam mais força e facilidade para que estas possam demandar e acessar as políticas públicas. Embora isso não seja de forma homogênea, visto que muitas mulheres ainda não conseguem chegar a esses espaços deliberativos.

Isso ocorre também, pois vivemos em uma sociedade machista que não aceita que a mulher possa participar efetivamente dos espaços públicos e políticos. Seja porque

são impedidas por suas famílias, seja por questões financeiras de acessar tais espaços, por falta de informação e etc.

Por fim, apesar dos obstáculos encontrados para a participação das mulheres rurais nesses espaços, não podemos descartar a importância do Programa Territórios da cidadania nesse processo de demandar políticas públicas para estas.

1. Açu-Mossoró - RN

- **Características geográficas:**

O Território da Cidadania Açu-Mossoró localiza-se no Noroeste do Estado do Rio Grande do Norte, abrange uma área de 7.974 Km². Na extensão de sua área, o Território Açu-Mossoró é banhado por duas bacias hidrográficas, a Leste pela Bacia Piranhas-Açu e a Oeste pela Bacia Apodi Mossoró que se destacam pela sua extensão, correspondendo a 60,1% do território estadual, e pela importância econômica através do desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias.

- **População urbana e rural:**

O Território Açu-Mossoró agrega uma população total de 455.521 habitantes. Sendo que 368.552 habitantes encontram-se na zona urbana totalizando 80,91% do percentual. Já na zona rural tem-se 86.969 habitantes totalizando 19,09% do percentual.

- **Quais municípios pertencem ao território:**

É constituído por quatorze municípios. São eles: Assú, Areia Branca, Alto do Rodrigues, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Mossoró, Itajá, Ipanguaçu, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, Serra do Mel e Tibau.

- **Culturas que produzem:**

A economia do Território Açu-Mossoró esta distribuída em grandes eixos econômicos, como a produção petrolífera, fruticultura, a indústria salineira, entre outros. Na agricultura irrigada, a principal atividade, Fruticultura, destaca-se a

produção de Manga, Banana e Melão, esta última como a cultura de maior expressão, em que já foram registrados volumes significativos exportados.

Em relação às lavouras permanentes no Território Açu-Mossoró, destaca-se as principais culturas, cajucultura com finalidade de beneficiamento da amêndoa (castanha de caju) como também a cultura da banana, manga e mamão. Tem se também as Lavouras Temporárias, destaca-se a cultura do Feijão, Melancia, Melão e Milho (em grão).

Tal território apresenta na sua identidade, características singulares e marcantes como: a intensificação de perímetros irrigados para produção de frutas e pólo ceramista no Vale do Açu e a concentração de apicultores, cajucultores e caprinovinocultores no Oeste Potiguar, o que faz com que nesta área tenha se maior predominância da agricultura familiar.

Já a pecuária, em 2006, foi à atividade produtiva com maior destaque no Território Açu-Mossoró, abrangendo 3.362 estabelecimentos rurais, correspondendo 8% do total do Estado.

A bovinocultura mista é, no Colegiado Territorial, tida como a cadeia produtiva prioritária, possuindo 56.267 cabeças, aplicada em cerca de 26% dos estabelecimentos rurais. Quanto à finalidade do rebanho, observa-se o predomínio da pecuária leiteira, que responde por cerca de 20% do plantel bovino.

Já Ovinocapinocultura, no Território Açu-Mossoró, apresenta se como a segunda atividade pecuária mais promissora. A atividade é empregada por 3.822 estabelecimentos rurais, abrangendo 91.871 cabeças. Detalhando, o rebanho caprino conta com 37.484 cabeças e 1.686 de ovinos.

Neste território tem-se também a pesca marítima e de águas continentais, bem como a aquicultura. Estas atividades vêm tendo uma significativa participação na economia do Rio Grande do Norte, bem como no Território Açu-Mossoró.

E por últimos tem-se também a Cadeia Produtiva da Apicultura tratando-se de mais um potencial do Território Açu-Mossoró. O produto mais comercializado de origem apícola, e do mel de abelha, no Território Açu-Mossoró, em 2009, produziu 128.685 quilos, comercializado em mercados municipais, estaduais e instituições. Além do mel, a apicultura proporciona a produção de outros produtos, produzidos em menor escala, porem de alto valor nutricional e melhor agregação de valor, como a cera apícola, pólen, própolis, geléia real, apitoxina (veneno da abelha).

- **Censo agropecuário:**

A Estrutura Fundiária do Território Açu-Mossoró, de acordo com dados do Censo Agropecuário 2006, contava com 6.771 estabelecimentos rurais com uma área de 464.274 hectares.Os estabelecimentos da agricultura familiar são predominantes no Território em relação aos estabelecimentos patronais, apresenta uma proporção de 3:1 para a agricultura familiar. Apresentando mais expressivo no município de Grossos com 100% dos seus estabelecimentos da agricultura familiar.

Por outro lado, osmunicípios de Alto do Rodrigues e Porto do Mangue, possuem maiorconcentração de estabelecimentos da agricultura patronal, com 45% e 42%, respectivamente.Quanto à condição legal das terras, em 2006, está condicionada ao tipo de estabelecimento agrícola. Destas 68% são próprias representando 88,14% do total da área do Território. Outro perfil que registra concentração de estabelecimentos são as moradias sem titulação definitiva, com aproximadamente 20,44%. Neste perfil, os estabelecimentos foram implantados e assistidos porem não foram legalizados pelos órgãos competentes, como INCRA e SEARA.

Em relação à representatividade de gênero, observou-se que apenas 20% das mulheres estão presentes nos estabelecimento agrícolas, predominando a participação ativa do homem no meio rural. Fato deve-se à falta de oportunidade de geração de emprego e renda para a mulher no campo, tendo que buscar outras atividades na zona urbana, como serviços de faxineira, costureira, cabeleireiro, entre outras.

- **Se tem algo sobre mulheres na participação dos territórios:**

2. Alto Oeste - RN

- **Características geográficas:**

O Território é composto por 30 municípios e localiza-se na ao Sudoeste do Estado e limita-se ao Norte com a Chapada do Apodi, ao Oeste com o Estado do Ceará e ao Sul e Leste com o Estado da Paraíba. Abrange uma área de 4.115,10 km².

O território do Alto Oeste Potiguar é banhado pela bacia hidrográfica Apodi Mossoró como a 2ª bacia hidrográfica estadual em termos de extensão com

14.276 km² correspondendo a cerca de 26,8% do território estadual e a 1ª em número de municípios que banha 52 ao todo.

- **População urbana e rural:**

O Território Alto Oeste agrega uma população total de 196.291habitantes. Sendo que 127.158 habitantes encontram-se na zona urbana totalizando 64,78% do percentual. Já na zona rural tem-se 69.133 habitantes totalizando 35,22% do percentual.

- **Quais municípios pertencem ao território:**

O território denominado Alto Oeste tem trinta municípios. São eles: Água Nova, Alexandria, Almino Afonso, Antonio Martins, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Francisco Dantas, Frutuoso Gomes, João Dias, José da Penha, Luis Gomes, Lucrecia, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Pau dos Ferros, Paraná, Pilões, Portalegre, Riacho da Cruz, Rafael Fernandes, Riacho de Santana, São Francisco do Oeste, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Tenente Ananias, Taboleiro Grande, Venha Ver e Viçosa.

- **Culturas que produzem:**

A dinâmica econômica local encontrou na sua trajetória, ao longo dos últimos anos, alguns respaldos em segmentos distintos. Nos últimos anos, esse conjunto de atividades econômicas regionais sofreu transformação.

O Território apresenta uma experiência de agricultura irrigada no Perímetro de Pau dos Ferros. Administrado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) irrigando no período de julho a dezembro de 2009 a cultura de feijão.

A fruticultura de sequeiro não pode ser considerada como uma atividade econômica de peso. Entretanto é cultivada na maior parte dos municípios do Território cujos excedentes são comercializados na própria região. As principais culturas são: caju, banana, pinha, graviola, cajá, cajarana, manga, goiaba, entre outros.

A atividade agrícola do Território resume-se na utilização das terras do Alto Oeste para os cultivos temporários e culturas agrícolas permanentes. As

características das atividades agrícolas dão-se em função do autoconsumo das famílias enraizadas nesta parte do Semiárido, limitados aos fenômenos climáticos da região.

Como destaque das lavouras no Alto Oeste tem predominância do plantio de milho nos cultivos estacionais seguido pelo feijão. Nas Lavouras permanentes, o destaque fica para a Castanha de Caju com o beneficiamento artesanal da mesma e extraindo a amêndoa, como atividade permanente de forma extrativa da Caatinga, configurando o principal produto da Sociobiodiversidade, mesmo tendo ainda outras fruteiras nativas na região.

A bovinocultura consiste em uma das principais atividades desenvolvidas no Território. Conta com um efetivo bovino de 113.496 cabeças, seguido do ovino com 60.234 e caprino com 32.780 cabeças. Segundo dados do Censo Agropecuário, IBGE – 2006, a produção leiteira anual do Território foi de 22.235.000 litros de leite o que corresponde a 11,72% da produção do Estado do Rio Grande do Norte.

A produção de leite é utilizada em sua maioria
para o próprio consumo familiar, fabricação de queijos de coalho e manteiga, manteiga e comercialização do excedente junto a laticínios que atuam no território. Já ovinocaprinocultura apresenta um total de 93.014 cabeças, utilizada na produção de carne, pois a atividade leiteira nesse segmento é praticamente inexistente. Quanto ao rebanho suíno conta com um efetivo de 20.152 cabeças e a avicultura com um total de 359.659 cabeças, de acordo com o Censo Agropecuário, IBGE - 2006.

Nos últimos anos, surgiu no Território outro seguimento produtivo e sustentável no Território do Alto Oeste, a Piscicultura conforme atesta o número de pescadores declarado pelo Censo Agropecuário (2006), indicando uma atividade que se faz uso da lâmina d'água nos reservatórios existentes no Alto Oeste Potiguar, com destaque para 11 açudes existentes no território.

A apicultura está entre as novas atividades econômicas surgidas na economia do Território, e merece destaque especial, já que vem sendo praticada em todos os municípios do território do Alto Oeste Potiguar.

No território do Alto Oeste Potiguar as atividades agroindustriais são bastante limitadas, ocorrendo de forma mais organizada no município de Portalegre através da Associação dos Produtores Rurais de Portalegre – APRUP, que esmaga o caju e exporta para o seu beneficiamento em sucos, polpas e derivados, como também o beneficiamento da castanha para comercialização.

Em Martins através de um empreendimento particular fabrica-se polpa de frutas como: caju, cajarana, acerola, tamarindo, graviola, manga, goiaba adquiridas no próprio território como também em outras regiões.

De expressão menor, com foco municipal, principalmente para o mercado institucional como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) existe fabricação de polpa nos municípios de Pau dos Ferros, Encanto, Dr. Severiano, São Miguel e Frutuoso Gomes, todos com frutas como: caju, cajarana, cajá, goiaba, manga, graviola, etc... No município de Alexandria existe um empreendimento particular de beneficiamento de milho com a fabricação de pamonha, que é comercializado em vários municípios do território, a matéria prima é adquirida no próprio território como também no vale
do Açu.

- **Censo agropecuário:**

O Território do Alto Oeste Potiguar caracteriza-se pela existência de 18.122 estabelecimentos, com pequenos e médios estabelecimentos agropecuários, apresentando uma área média de 30,41%, de acordo com o censo agropecuário 2006.

Com relação à condição legal das terras a grande maioria são propriedades oriundas de compra ou herança sendo que as terras adquiridas por herança 48,20% são ligeiramente superiores às adquiridas por compra, 45,41 %, o que garante que a posse das terras tem sido ao longo das gerações repassadas aos membros familiares. Segundo o Censo Agropecuário/IBGE - 2006, o total de estabelecimentos é de 18.122, sendo 389 arrendados, 2.876 em forma de parceria e 1.258 de estabelecimentos ocupados.

O programa governamental com atuação no Território para aquisição de terras para agricultores é o Programa Nacional de Credito Fundiário executado no estado pela SEARA. No âmbito do território são 32 imóveis adquiridos que atendem aproximadamente 200 famílias distribuídas em duas linhas de financiamento o Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR) que dá suporte a famílias organizadas em associações comunitárias e a linha Consolidação da Agricultura Familiar–CAF que fornece de forma individual ou coletiva.

Outra característica bastante forte no Território é a presença masculina como dirigente dos estabelecimentos agropecuários. Segundo o censo agropecuário

2006, 89,64% dos dirigentes dos estabelecimentos são homens contra apenas 10,36% de mulheres. No que se refere ao local de residência desses dirigentes constata-se que 71,02% residem no próprio estabelecimento enquanto que 16,37 % residem na zona urbana do município e 9,86 residem na zona rural.

- **Se tem algo sobre mulheres na participação dos territórios:**

Foram encontradas algumas atividades e projetos desenvolvidos pelo centro feminista 8 de março nesse território. Como o projeto Mulheres nos territórios da cidadania: articulação, participação e acesso às políticas públicas. Que foi desenvolvido a partir de 2015 tanto em territórios do Ceará como no RN. E no RN um dos territórios desenvolvidos foi no Alto Oeste na comunidade do Rio Novo que pertence ao município de Apodi. O projeto tinha como objetivo geral ampliar e fortalecer a participação das mulheres rurais na gestão social dos territórios e no acesso às políticas públicas de inclusão produtiva.

3. Mato Grande – RN

- **Características geográficas:**

O Território do Mato Grande abrange uma área de 5.986,20 Km². Ocupando uma importante área do território estadual. Está inserido no contexto do semiárido norteriograndense, assim como muitas regiões nordestinas. A escassez e irregularidades das chuvas se constituem em fator limitante para o seu desenvolvimento, e a constatação de grande parte de sua superfície ser geologicamente sedimentar, com relevo plano e drenagem insignificante, dificulta ou impossibilita a acumulação da água de superfície.

No contexto de sua geografia, está circundado, ao Norte, pelo Oceano Atlântico, formando uma faixa litorânea que envolve 08 (oito) municípios; a Leste, pelo Território Terras dos Potiguaras, que tem como pólo de influência a Área Metropolitana de Natal. Limita-se à Oeste, com o Território Sertão Central Cabugi e Litoral Norte; e, ao Sul, com o Território do Potengi.

- **População urbana e rural:**

O Mato Grande agrega uma população total de 224.107 habitantes. Sendo que 109.589 habitantes encontram-se na zona urbana totalizando 48,90% do percentual. Já na zona rural tem-se 114.518 habitantes totalizando 51,10% do percentual.

- **Quais municípios pertencem ao território:**

Segundo o Sistema de Informações territoriais (SIT) são 15municipios no território Mato Grande sendo eles: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu, Touros e Parazinho. Já segundo o Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável (PTDRS) são 16 acrescentando a cidade de Jardim de Angicos.

- **Culturas que produzem:**

As atividades de maior expressão no Território do Mato Grande são a agricultura de sequeiro, pecuária mista, apicultura, pesca e aqüicultura e turismo. Com relação a agricultura de sequeiro, de acordo com o Censo Agropecuário 2006, as lavouras temporárias de maior destaque foram: mandioca, feijão e milho, representando cerca de 43,82% de toda a produção do Território.

No que se refere às culturas da lavoura permanente, destacou-se no Território do Mato Grande a cajucultura com a finalidade de beneficiamento do fruto (castanha de caju) assim como coco da baía, com finalidade agroindustrial para produção de leite de coco e industrialização do coco desidratado e cultura da banana.

Nesse território também se produz Sinal, mesmo não sendo o maior produtor do país. A produção de sisal no Território Mato Grande se apresenta nos municípios de Jardim de Angicos, João Câmara, Parazinho, Pedra Grande, Pureza e Touros. Em relação à fruticultura, destacam-se quanto à lavoura temporária a cultura do abacaxi, a cana de açúcar e a mandioca, além de outras, com menor representatividade no Território como algodão herbáceo, batata doce, feijão, melancia, melão, milho e tomate.

Já com relação a pecuária a bovinocultura registrou em 2006, 92.173 cabeças, representando 9,12% do total do Estado. O mais expressivo rebanho bovino do território encontra-se nos municípios de Ceará Mirim com um efetivo de 14.245 cabeças, seguido de Taipu com 12.980 e João Câmara com 12.717 cabeças.

O efetivo de bovinos destaca-se por gerar maior rendimento econômico em curto prazo, seja no beneficiamento do leite para a produção do queijo ou doce, ou até mesmo o leite "in natura" e o abate de animais para a comercialização da carne.

Já a caprinovinocultura é uma atividade econômica de perfil marcadamente rural bastante difundida no Território. Segundo IBGE, o Território registra um rebanho de caprino e ovino da ordem de 49.455 cabeças, concentrando esta atividade nos municípios de João Câmara (8.700), Jardim de Angicos (5.011) e Touros (4.980) cabeças.

No Território destacou-se também a avicultura com 29,29% em relação ao total. Embora a avicultura apresente na região um número de animais expressivo, representa menor poder aquisitivo do que as demais criações, como suíno, bovino, caprino e ovino. Os municípios de Ceará Mirim e Touros registram 55% do número total de galináceos.

A pesca artesanal marítima no Território Mato Grande é uma tradicional atividade econômica, presente em 08 municípios costeiros com 13 colônias de pescadores, sendo 11 localizadas no litoral. No Estado do Rio Grande do Norte, existem 30.447 pescadores,

deste número, 8.192 se encontram no Território do Mato Grande com registro no Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, representando 27% dos pescadores do Estado. Observou-se também que a participação da mulher nas atividades pesqueira foi de 38% do total dos pescadores. Como cultura alternativa no território do mato grande se apresenta com potencial a cultura de girassol.

- **Censo agropecuário:**

A Estrutura Fundiária do Território Mato Grande se diferencia de acordo com as atividades econômicas da área, alternando em pequenas, médias e grandes propriedades. Segundo dados do Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Ciências (IBGE, 2006), contava com 8.397 estabelecimentos rurais, com uma área de 273.509 hectares, representando 9,27% da área total do Estado.

Quanto à condição legal das terras, segundo os dados do IBGE (Censo Agropecuário 2006), está condicionada ao tipo de estabelecimento agrícola. Destes 64,27% são próprios. Vale ressaltar que os estabelecimentos com assentados sem titulação da terra representavam 22,91% do total. Na condição de arrendatários, 0,73% e 1,25% eram estabelecimentos de parceiros. A proporção média do Território é de 03 pessoas por estabelecimento.

Em relação ao número total de pessoas, à representatividade quanto ao sexo representa apenas 39% de mulheres, predominando a participação do homem no meio rural. Um dos fatores determinantes do diferencial em relação ao sexo masculino pode ser a falta de oportunidade de geração de emprego e renda para a mulher no campo,
oportunizando estas a buscarem outras atividades na zona urbana.

- **Se tem algo sobre mulheres na participação dos territórios:**

Para fomentar a participação das mulheres no território da cidadania foi criado o comitê de mulheres no território do Mato Grande. Segundo o Folder Politicas para as mulheres no território da Cidadania o comitê foi pensado a partir das necessidades concretas das mulheres auxiliando na formação de grupos e de projetos de geração de renda e foi criado em agosto de 2009.

Segundo o PDTRS observou-se a presença do projeto Pronaf Mulher que caracterizando se como crédito especial de investimento, relacionados com projetos específicos de interesse das esposas ou companheiras dos agricultores familiares, sempre que o projeto técnico ou a proposta contemplar atividades agregadoras de
renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar, observadas as condições previstas para os Grupos “C”, “D” e “E”, limitado a um crédito em cada grupo, independentemente dos tetos de investimentos já concedidos a unidade familiar.

Existia também a coordenação de Mulheres que atuava nas áreas de gênero, no fortalecimento das organizações de mulheres nas diversas regiões do Estado e da participação destas nas ações do Movimento Sindical e nas instâncias de deliberação da FETARN e dos Sindicatos. Coordena a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, instância de apoio ao trabalho da FETARN nas relações sociais de gênero.

4. Potengi – RN

Características geográficas:

O Território Potengi está localizado na Zona Homogênea do Agreste Potiguar, Estado do Rio Grande do Norte, em pleno semiárido; possui uma área de 2.757,78 km² e apresenta uma variedade de micro-climas e paisagens, onde se sobressai a caatinga, em meio a uma relativa riqueza biológica e endemismo e a diferença de solos e relevos, o que permite uma diversidade de atividades econômicas, com predominância do setor agropecuário. A precipitação pluvial está distribuída de forma desigual ao longo do ano variando entre uma máxima de 1.570 mm e uma mínima de 350 mm. O período de chuvas localiza-se entre janeiro e julho. A umidade relativa do ar situa-se em torno de 75%.

O Território é cortado pela Bacia Potengi, na qual o Rio Potengi e seus afluentes Jundiaí, Pedra Preta, Camaragibe e o Riacho Pedra Branca banham os municípios de Santa Maria, Ielmo Marinho, São Paulo do Potengi, São Pedro, Bom Jesus e Senador Eloi de Souza. A Bacia do Rio Ceará- Mirim banha apenas o município de Riachuelo. Em Ielmo Marinho está localizada a bacia doce, tendo como rio principal o Rio Doce e seus afluentes, os Rios Guagiru e o Riacho do Mudo.

- **População urbana e rural:**

Potengi agrega uma população total de 79.799 habitantes. Sendo que 42.972 habitantes encontram-se na zona urbana totalizando 53,72% do percentual. Já na zona rural tem-se 36.823 habitantes totalizando 46,28% do percentual.

- **Quais municípios pertencem ao território:**

Barcelona, Bom Jesus, Ielmo Marinho, Lagoa de Velhos, Riachuelo, Ruy Barbosa, Santa Maria, São Paulo do Potengi, São Pedro, São Tomé e Senador Eloi de Souza.

Dentre eles, São Tomé detém a maior área territorial com 31% do total do Território, enquanto a menor área está com Lagoa de Velhos que detêm 4%.

- **Culturas que produzem:**

A economia no setor rural do Território Potengi segue praticamente o contexto das demais regiões, apresentando-se como um complexo de pecuária extensiva e agricultura, ainda, de baixo rendimento e valor agregado. Do ponto de vista das famílias do campo, a atividade mais importante é a agrícola; do ponto de vista do proprietário das terras, é a pecuária. As atividades de destaque econômico no Território Potengi ficam por conta da cajucultura (aproveitamento da amêndoa), apicultura, produção de alimentos e com maior ênfase, a pecuária mista aliada com a caprinovinocultura.

A agricultura do Território ainda é, basicamente, uma agricultura de sequeiro, com o plantio de feijão, milho e mandioca. Dentre os principais problemas enfrentados pelos agricultores, um dos maiores é a perda das safras provocada pelas estiagens. E, quando a safra é considerada satisfatória, os preços, principalmente do feijão, sofrem quedas significativas em virtude da grande produção, provocando desequilíbrios entre os preços recebidos e os custos de produção, e, consequentemente, queda na competitividade da lavoura.

Os volumes de produção encontrados no abacaxi e cana de açúcar, são específicos do município de Ielmo Marinho que, juntamente com o município de Touros, são líderes na produção do abacaxi. Entre 2004 e 2008, dentre as áreas que reduziram o plantio está a cultura do feijão, milho e algodão. Já as culturas da mandioca, fava, e sorgo, tiveram uma ampliação substancial.

Percebe-se no gráfico comparativo abaixo, redução na área plantada e ampliação do volume colhido, concluindo-se que houve ampliação na produtividade agrícola. A maior parte das lavouras dispostas no quadro tem produção de sequeiro e sua comercialização é feita nas feiras livres, diretamente pelo produtor ou por atravessadores. No caso do abacaxi, a existência de larga produção e mercado institucional que absorva, condiciona a entrega de praticamente 100% dessa produção nas mãos de atravessadores que lucram com o trabalho maior. A produção de raízes, como a macaxeira e a batata-doce não tem produção expressiva. Sua comercialização é absorvida pelo mercado local, através das feiras livres e

supermercados. Têm grande importância nutritiva e simbólica, pois são presença constante no cardápio regional. As principais áreas plantadas com lavouras temporárias no Território são desenvolvidas em sua maioria, tomando por base a agricultura familiar.

A produção de castanha de caju, coco da baía e manga foram as mais representativas das culturas permanentes do território e responderam por 96% de toda a área plantada em 2008. O município de Ielmo Marinho, pela sua disponibilidade hídrica nas grandes áreas de assentamento, tem sido destaque na maioria das culturas permanentes, relacionadas no quadro. Com exceção do coco da baía e da banana, os demais produtos tiveram suas áreas ampliadas substancialmente no intervalo de 2004 e 2008, segundo o IBGE, com maior destaque para a manga.

Quanto aos produtores das lavouras permanentes, praticamente todo seu resultado tem origem na Agricultura Familiar. Sua comercialização, quando não absorvida pelo mercado local, é vendida nas feiras de municípios vizinhos, como Macaíba e Ceará Mirim. No que diz respeito à produção da castanha no Território Potengi, esta alcançou 416 toneladas em 2008.

Censo agropecuário:

Segundo o Censo Agropecuário, em 2006 havia no Território Potengi 5.891 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 233.753 hectares. Apesar da desapropriação de 26 mil hectares para fins de reforma agrária no Território Potengi, 63% da área total dos imóveis estão concentrados por apenas 3,6% dos estabelecimentos rurais. Ao se analisar pelo número de estabelecimentos, cerca de 93,1% deles estão enquadrados como agricultura familiar (sob a ótica da lei 11.326/2006), predominando massivamente a participação da categoria na produção e economia territorial. Ao destacar a importância da agricultura familiar no Território, entretanto, estes estabelecimentos detêm apenas 25,6% da área total dos imóveis rurais. Embora com gradativa melhora no quadro, as políticas e ações de acesso à terra têm se demonstrado bastante lentas, persistindo o quadro de concentração de áreas e impedindo a implementação de um modelo sustentável e solidário de desenvolvimento.

Quanto à exploração dos estabelecimentos segundo a atividade econômica, mesmo predominando as matas e florestas, a pecuária permanece ocupando a maior parte das áreas dos estabelecimentos do Território com 37%. A produção mista, ou

seja, a ocupação com a exploração de lavoura e pecuária, é resultado da organização típica da região, onde se combinam criação e culturas.

Quanto à condição legal das terras, de um total de 3865 estabelecimentos rurais, 65% deles são próprios, 12,6% são enquadrados como sem titulação definitiva, 4,6% são considerados arrendatários, 3,5% parceiros e 14,3% parceiros. Os números referentes aos sem títulos remetem à necessidade de ampliação do Programa de Regularização Fundiária iniciado pelo Governo do Estado, como forma de melhor qualificar os produtores no acesso aos programas ofertados. Uma precária regularização fundiária dificulta o acesso às políticas públicas e, principalmente às políticas de crédito necessárias para viabilizem o aperfeiçoamento da agricultura familiar.

As áreas de Assentamentos no Território Potengi são relativamente novas, ou seja, constituídas a partir de 1998. Uma das mais recentes, localizada no município de São Paulo do Potengi, o Assentamento Passagem do Juazeiro com 264 famílias, tem configuração marcada pela história das demais áreas. Ao completar 10 anos de sua existência, a famílias assentadas ainda não foram assistidas pelo crédito para investimento. A ausência de um processo de seleção eficaz, metodologia de integração e convivência coletiva, capacidade operacional do órgão responsável e a ineficiente e burocrática política de assistência técnica, dificulta a consolidação do processo de inserção e construção sustentável econômica e social dos agricultores beneficiários.

O Território Potengi construiu a dinâmica das desapropriações, sem movimentos de ocupações, comuns ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. O Pólo Sindical Potengi1 , atuou com levantamento das áreas devolutas e/ou que apresentavam situações de ausência de produtividade suficientes para respaldar o processo construção futura de área de Assentamento, cobrando iniciativa do órgão responsável em relação às áreas apontadas com suas respectivas áreas e situações produtivas. Procedimento que culminou com a constituição da maioria das áreas hoje existentes no Território, que totalizam 908 famílias acessando cerca de 25 mil hectares de terras, antes improdutivas.

Com uma política de apoio à Reforma Agrária executiva pelo INCRA, a Secretaria de Estado de Apoio a Reforma Agrária – SEARA/RN, disponibilizou linhas de financiamentos para aquisição de terras dispostas à venda, não enquadradas nos critérios de desapropriação do INCRA. Desta forma cerca de 359 famílias

acessaram ao crédito, passando a serem possuidoras legítimas de uma área próxima a 5 mil hectares, distribuídos no Território, em 25 áreas de assentamentos, localizadas em 4 municípios (Senador Eloi de Souza, São Pedro, São Paulo do Potengi e Ielmo Marinho). No território, são 33 Assentamentos beneficiando 1.267 famílias, que ocupam uma área de 26.165 hectares. A localização das áreas de assentamentos, de acordo com o órgão responsável.

Esta nova metodologia alternativa de aquisição de terras pelos agricultores familiares, quando acessadas pela linha específica de Combate a Pobreza Rural – CPR, torna reembolsável apenas os recursos destinados ao pagamento do imóvel. Os recursos destinados aos investimentos, que são liberados juntamente com o título do imóvel, não são reembolsáveis. Existem ainda no Território, quatro acampamentos monitorados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, localizados nos municípios de São Tomé, Lagoa de Velhos, São Paulo do Potengi e Ielmo Marinho. Ambos alcançam, em média, mais de 300 famílias.

Se tem algo sobre mulheres na participação dos territórios:

5. Seridó – RN

- **Características geográficas:**

Situado em plena área semiárida, o Seridó Potiguar possui uma composição de 25 municípios que totalizam uma superfície de 10.796,62 km², o que corresponde a um percentual de 20,45% do referido Estado. Nesse território vivem 289.239 habitantes, dos quais 215.239 se encontram nos centros urbanos e 74.005 na zona rural (IBGE, 2007). O fato do Seridó potiguar estar situado em pleno domínio do clima semiárido, nos leva a identificar uma série de indicadores ambientais, que são responsáveis pelas características geo-ambientais deste espaço.

Constata-se uma predominância de solos rasos, pedregosos e pouco produtivos que em grande parte são recobertos pela vegetação de Caatinga; as precipitações registradas neste espaço são irregulares e mal distribuídas espacialmente e temporalmente, o que acaba comprometendo a disponibilidade hídrica, devido a ocorrência de anos estios.

No entanto, é necessário referendar que dentro dos domínios do clima, semiárido o qual está submetido o Seridó Potiguar, existem algumas particularidades climáticas como é o caso da Serra de Sant'Ana, considerada como área de exceção

climática da hinterlândia semiárida do Nordeste. Este espaço caracterizado como Serras Unidas, distingue-se em virtude da altitude e da quantidade de chuvas que incidem sobre essas formações geológicas, que apresentam um clima peculiar, cujas precipitações podem alcançar de 800 a 1.500 mm anuais e as temperaturas no período chuvoso podem variar entre 18 a 20º C. (CARVALHO, 2006). Neste contexto o clima semiárido apresenta algumas peculiaridades que ocorrem em função da geomorfologia existente neste espaço, pois o relevo é um fator preponderante que influi diretamente nas condições climáticas da região, pois o mesmo contribui para o surgimento de micro-climas em determinados espaços.

- **População urbana e rural:**

Seridó agrega uma população total de 289.239 habitantes. Sendo que 215.234 habitantes encontram-se na zona urbana totalizando 74,41% do percentual. Já na zona rural tem-se 77.005 habitantes totalizando 25,59% do percentual.

- **Quais municípios pertencem ao território:**

O Seridó se refere à circunscrição territorial caracterizada por vinte e cinco municípios, cujos membros são Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Matos, Santana do Seridó, São João do Sabugi, São Fernando, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas.

- **Culturas que produzem:**

No território potiguar, a área colhida com as principais lavouras permanentes declinou de 155.104 hectares, em 1996, para 151.499 hectares em 2006. Neste mesmo período, no Seridó algumas culturas praticamente desapareceram, caso do algodão arbóreo, da banana e do maracujá que apresentaram queda significativa na área plantada, mas na contramão dessas culturas outras despontaram, elevando o tamanho da área cultivada no Território.

Nesse sentido no que se refere às lavouras permanentes, as culturas que mais se destacaram foram a castanha de caju, que passou de 7.462 hectares, em 1996, para 15.223 hectares em 2006; em seguida veio a manga, que no ano de 1996 possuía

307 hectares de áreas plantadas e que em 2006 passou para 358 hectares, e a Goiaba, que no mesmo período possuía 117 hectares de áreas cultivadas, passando nesta última década para 153 hectares. Em relação ao total de áreas cultivadas, percebe-se que quando comparados os censos de 1996 com o de 2006, apesar de algumas culturas terem sido bastante afetadas, houve um crescimento significativo, pois a área plantada passou de 10.922 hectares para 16.151 hectares, havendo um crescimento de 34,05% em relação ao censo de 1996.

AS MULHERES NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO RN: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PERFIL DAS ENTREVISTADAS

Este artigo tem como finalidade apresentar o perfil das mulheres entrevistadas em Territórios da Cidadania do Seridó, Sertão do Apodi, Alto Oeste, Potengi, Assu/Mossoró e Mato Grande, sendo todos estes territórios localizados no Estado do Rio Grande do Norte. As entrevistas foram realizadas pela equipe técnica do projeto "Mulheres rurais nos territórios da cidadania: construindo um novo protagonismo" com intuito de identificar como o Programa Território da Cidadania – PTC atua no RN e como é a participação das mulheres na gestão dos territórios e também fora dele.

O projeto "Mulheres rurais nos territórios da cidadania: construindo um novo protagonismo" é fruto de uma parceria entre o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, hoje Secretaria da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – SEAD e a Universidade Federal do Semiárido – UFERSA que buscou, durante a pesquisa, realizar um estudo nos seis territórios da cidadania do Rio Grande do Norte no que diz respeito, em especial ao protagonismo das mulheres rurais dentro dos territórios e apontar alguns resultados do funcionamento dos territórios do RN.

Vale salientar que as entrevistas foram realizadas somente depois de estudos prévios sobre cada território e sobre a política territorial de modo mais amplo. Os questionários foram elaborados por toda a equipe que compôs o projeto e aplicado, preferencialmente de forma presencial. Gravadas, com a devida permissão, e, depois transcritas, no entanto, optamos aqui, usar nomes fictícios quando for transcrito uma fala literal de alguma das participantes, no intuito de preservar suas identidades.

Analisando os cabeçalhos: Perfil social, econômico e político das entrevistadas

Como já mencionado anteriormente, foi elaborado pela equipe do projeto um questionário aplicado às mulheres que participam dos territórios, antes das perguntas

mais específicas quanto à gestão, participação políticas e acesso a políticas públicas, tinha algumas perguntas pessoais que nos possibilitou identificar, por exemplo, que quase todas as entrevistadas possuem algum nível de escolaridade.

Vejamos o cabeçalho da entrevista:

UNIVERSIDADE FEDERAL
UFERSA
RURAL DO SEMI-ÁRIDO

PROJETO: *"Mulheres rurais nos territórios da cidadania: construindo um novo protagonismo"*

Nome: _____ Idade: _____
Estado civil: _____ Filhos (as): _____ Raça/Etnia: _____
Escolaridade: _____Atividades diárias: _____
Beneficiária de programa social: _____
Organização/Movimento: _____ Comunidade: _____
Município: _____ Território: _____

Figura 1 - cabeçalho da entrevista

A partir destas perguntas iniciais, trazemos alguns dados gerais dos perfis das mulheres entrevistas em cada território.

No Seridó, o perfil das mulheres entrevistadas nos mostra que todas possuem escolaridade acima do ensino fundamental II, das três entrevistadas uma esta no Doutorado e é professora da rede pública do município, outra tem ensino Superior completo e apenas uma só terminou o Ensino Médio. Todas elas já tinham atuação política antes da inserção no PTC, destaca uma delas quando perguntada:

> Sim, principalmente as que estavam na liderança da câmera temática, estava eu que trabalho na Cáritas, [...], algumas outras presidentes dos sindicatos, residentes de associações, tinham pessoas que já estavam nesses espaços, já estavam na liderança desses espaços (Seridó. Entrevista realizada em 2018).

Já no Sertão do Apodi três das quatro mulheres entrevistadas possuem ensino Superior e uma delas não há informação preenchida no cabeçalho, todas trabalham como agricultoras e permanecem morando no campo, assumem espaços de liderança no sindicato, informações pertinentes considerando que, em alguns casos o acesso ao ensino superior é um dos elementos que faz com que as pessoas saiam do campo, ou deixem de exercer a agricultura, tanto pela desvalorização do trabalho no campo, como pelo processo histórico de desqualificação dos camponeses e das camponesas.

É notório nas falas das entrevistadas como as mulheres deste território são engajadas e participativas. Quando questionada sobre a participação das mulheres no território e o que se destaca desta participação, uma das entrevistadas nos fala que "as

mulheres tiveram um papel de destaque no Território Sertão do Apodi, isso devido a já haver um trabalho por parte das entidades e sindicatos na região" (Sertão do Apodi. Entrevista realizada em 2018), ou seja, o perfil das mulheres do território Sertão do Apodi são de mulheres que já estavam auto-organizadas em outros espaços e, no caso das entrevistadas diretamente, todas são lideranças em seus espaços de disputas políticas seja no sindicato, no movimento, na associação.

O perfil de acesso ao ensino superior também é uma realidade no território do Alto Oeste, neste temos, inclusive duas professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e uma delas fez parte da assessoria deste território, contudo, quando perguntada sobre a participação das mulheres no território ela diz que "não havia participação significativa das mulheres. Algumas se destacavam de forma pontual" (Alto Oeste. Entrevista realizada em 2018), diz também que só tentou chamar as mulheres quando os projetos exigiram para aprovação, que dentro do projeto maior houvesse também projeto para as mulheres.

Neste ponto, gostaríamos de destacar que todas as entrevistas foram realizadas com representantes que foram indicadas pelo próprio território, muitas vezes pela gestão do território e outras vezes por algum contato que sabíamos que construíam o PTC nos respectivos territórios, outra maneira de acessar as mulheres se dava durante as articulações, reuniões, momentos que a equipe participou e assim fazia relações para acessar as representantes.

Vale salientar que das entrevistadas, nenhuma é agricultora e não participam de movimentos de mulheres, além de representarem o poder público como é o caso da ex secretária de agricultura e a assessora pela UERN, bem como a professora que também representava a universidade quando participou do território.

No território do Potengi todas as entrevistadas são agricultoras e a participação política já se dava, especialmente, por meio do sindicato rural das localidades. Neste território destaca-se o Coletivo de Mulheres do Potengi em que se organizam as mulheres de 11 municípios em que realizam oficinas de economia solidária e agroecologia, logo, todas as entrevistadas além de se organizarem nos seus movimentos, coletivos ou sindicatos, também estão inseridas no Coletivo de Mulheres do Potengi.

Das mulheres entrevistadas no território Assu/Mossoró apenas uma possuí ensino superior e não trabalha na agricultura, estava no território representado a RESAB – Rede de Educação do Semiárido Brasileiro –, das demais duas são pescadoras e

participam da associação de mulheres da comunidade e a outra já era militante da Marcha Mundial de Mulheres antes mesmo da inserção no comitê de mulheres do território.

Por fim, no território Mato Grande seguimos a mesma configuração de quase todos os outros territórios; todas são agricultoras, mesmo aos que já tiveram acesso ao ensino superior e todas fazem parte de movimento de mulheres ou comitês de mulheres. Este foi o único território em que temos uma entrevistada não alfabetizada.

Algumas conclusões

Ao analisar as entrevistas percebemos que praticamente todas as mulheres são escolarizadas, das 25 entrevistadas ao menos 11 tiveram acesso ao ensino superior, algumas inclusive fazem ou já fizeram pós-graduação, contudo, das 25 mulheres, 17 permanecem no campo e são agricultoras mesmo quando exercem outras atividades como artesanato ou assume alguma outra função em sindicato, por exemplo.

De início, tínhamos a preocupação de que estas mulheres não fossem representações legítimas dos territórios e tivessem sido indicadas apenas porque faziam parte da gestão do território como representantes das suas organizações e, por isso tinham um nível de educação considerável, pois seriam "gestoras" e já habituadas ao trato público. No entanto, nas entrevistas pudemos identificar que, de fato, há algumas com esse perfil, de articuladoras ou que prestavam assistência técnica, mas a maioria das entrevistadas tem como características o que nós, enquanto projeto, almejávamos; mulheres rurais, agricultoras, pescadoras, quilombolas, ou seja, a diversidade do campesinato de nossa região.

Ainda quanto ao nível de escolaridade das entrevistadas, consideramos importante ressaltar que o nível de analfabetismo em nosso país caiu nos últimos anos. Vejamos um senso do IBGE 2015:

Sabemos que o Programa Território da Cidadania foi uma política que visava ampliar os resultados do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), criado ainda primeiro ano do governo Lula, aliado a uma diminuição nos níveis de analfabetismo temos uma maior permanência no campo, já que um dos objetivos do PTC era "promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável" (BRASIL, 2008) isso explica, em alguma medida o porquê que mesmo com acesso a educação as camponesas entrevistadas aqui permanecem nas suas atividades agrícolas, permanecem no campo.

Este dado nos permite aponta também que a maioria das mulheres entrevistadas conhece bem a política territorial, quando perguntadas sobre o que é o PTC temos as seguintes respostas: "O Território da cidadania é um espaço onde une sociedade civil e governo, e juntos discutem as políticas públicas da região" (Potengi. Entrevista realizada em 2018), "Ele é parte de uma estratégia de desenvolvimento realizada pelo governo federal no território da Cidadania" (Alto Oeste. Entrevista realizada em 2018).

Algumas mulheres só conseguiam associar o PTC quando faziam relação com a sua vivencia:

> Pra mim o que é? Na minha opinião, o programa território da cidadania é uma ajuda, é uma organização, né? Em prol de beneficiar mais as mulheres. Porque eu trabalho com artesanato, e agora mesmo hoje eu fui convidada pra participar de uma reunião no SEBRAE, né? Pra mim ir participar da feira (Potengi. Entrevista realizada em 2018)

Entretanto, entendiam que se tratava de um programado Governo Federal que atuava em prol da melhoria da vida delas.

Outro apontamento é que todas as mulheres que estavam nas câmaras e comitês no território eram mulheres que já ocupavam posição de liderança, 18 das 25 já eram organizadas seja em movimento de mulheres, seja no sindicato ou mesmo em grupos da associação, vale ressaltar que das 7 não organizadas, 2 foram articuladoras territoriais pela universidade e 2 prestavam assistência técnica por alguma ONG.

Foi possível perceber que a faixa etária das entrevistadas é bem variante, contudo, prevalecem as de idade igual ou superior a 40 anos, somando 16 entrevistadas entre 40 a 68 anos. Já as jovens até 29 anos só tivemos 3 participantes.

Podemos dizer que o perfil das entrevistadas é de mulheres agricultoras, pescadoras, quilombolas, artesãs, donas de casa, professoras. Todas engajadas na luta

pelo acesso a políticas públicas, lideranças de suas comunidades, que já se forjaram na luta por meio de auto-organização prévia e que conseguiram, na medida do possível, pleitear espaços de participação política dentro do PTC em suas localidades. Notamos também que há pouca participação de mulheres jovens, que a maioria são casadas e que 96% se consideram não brancas.

Estes foram alguns dos elementos que conseguimos sistematizar por meio das entrevistas realizadas com mulheres que estão/estavam inseridas nos Territórios da Cidadania do Estado do Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto de 25 de fevereiro de 2008. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Diário Oficial da União, DF, - 26 de fev. 2008. - Seção 1, p. 1.

BARBOSA, Josefa Salete etal (org). **Participação, território e cidadania**: um olhar sobre apolítica de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: Editora UFPE, 2014.

REFERENCIAR IBGE

SISTEMATIZAR REFERENCIAS SAS ENTREVISTAS.

A PESQUISA, CAMINHOS E RESULTADOS

Larissa Pinheiro[41]
Valeska Santiago[42]
Juliana Maria de M. Silveira[43]
Angélica Lázaro da Cunha[44]

Vivemos em um contexto de reestruturação produtiva do capital via políticas neoliberais, que retiram direitos históricos dos trabalhadores, de recrudescimento do conservadorismo em todo o mundo e de descenso da organização dos (as) trabalhadores (as).

Se essa conjuntura já é adversa para os trabalhadores de forma geral, para as mulheres ela se apresenta de forma ainda mais perversa, pois elas terão esse sistema de exploração/opressão intensificado pelo patriarcado, e para as mulheres negras, também pelo racismo. O patriarcado serve ao capitalismo através da divisão sexual do trabalho que tanto empurra as mulheres para os trabalhos mais precarizados e mal remunerados, quanto às responsabiliza através do trabalho não pago pela reprodução da classe trabalhadora e pelos serviços de cuidados negados pelo Estado.

Nesse contexto, a participação das mulheres nos espaços de decisão sobre suas vidas, seja no âmbito privado ou público se torna ainda mais difícil, pois esse processo de responsabilização das mulheres aprofunda as condições impostas pelo patriarcado e pela divisão sexual do trabalho.

Ao revisarmos a história da humanidade, contada e supostamente feita pelos homens, identificamos que o espaço privado foi reservado às mulheres como local privilegiado de sua ocupação e ação. Esta estreita relação entre as mulheres e o espaço privado foi assumindo historicamente uma "naturalidade", cristalizando-se de forma tal que mesmo depois de rupturas dos limites deste espaço esta concepção permanece viva e forte.

Na base dessa cisão entre espaço público e privado, temos a divisão sexual do trabalho que responsabiliza as mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidados, privando as mulheres de viver em pé de igualdade com os homens a vida pública. Nas palavras de Devreux (2005, p. 567-568), a divisão sexual do trabalho,

---

[41] Assistente Social, mestre em Serviço Social (UERN), militante feminista.
[42] Assistente Social (UERN)
[43] Graduanda em Serviço Social (UERN)
[44] Graduanda em Engenharia Florestal (UFERSA), militante do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC

> [...] é uma divisão social: a organização social do compartilhamento do trabalho (e, portanto, também, do emprego) entre os dois grupos de sexo. Essa divisão sexual do trabalho atravessa toda a sociedade e articula os campos do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo. Não os separa: ela os articula excluindo ou integrando, segundo os momentos e as necessidades dos dominantes, as mulheres à esfera produtiva, devolvendo-as global ou parcialmente à esfera reprodutiva. O trabalho reprodutivo, cujo reconhecimento como trabalho é resultado de longas pesquisas feministas, diz respeito não somente ao trabalho doméstico propriamente dito, mas, também, ao trabalho parental e a todas as tarefas de cuidados e de assumir responsabilidades pelas pessoas.

Na medida em que as mulheres se deslocam do espaço meramente privado, que é percebido como espaço de excelência das mesmas, e se deslocam para o espaço público - sinalizado pela sua crescente inserção no mercado de trabalho, pela sua participação na Literatura, na Ciência, nas artes, pelo seu engajamento na vida política - trazem para ele um conjunto de elementos diferentes: significados, emoções, concepções de mundo, relações sociais, racionalidade.

Segundo Delgado (2000) a entrada das mulheres no espaço público pode se dar de duas maneiras: ou de maneira subordinada a um padrão que as coloca como intrusas e as adéqua às normas dominantes; ou de maneira que rompem com o limite tradicional do "papel tido como feminino". Segundo Zetkin (2010, p.170):

> As forças econômicas eliminaram o sistema econômico natural da família e impediram que a mulher continuasse sendo um trabalhador produtivo apenas no lar. As mesmas forças econômicas, criaram a possibilidade e a necessidade de uma nova atividade econômica para as mulheres fora, na sociedade, no mercado de trabalho.

As complexas relações estabelecidas com o advento do capitalismo industrial, gestaram um campo fértil para que as mulheres se organizassem politicamente, materializando uma sociabilidade que produz novas configurações da esfera pública, assim como reorienta a efetivação e limites dos marcos democráticos.

Vale destacar que a construção de esferas públicas não se constitui mecanicamente na medida em que as mulheres passam a ocupar os espaços públicos.

Isso significa dizer que o deslocamento das mulheres para o espaço público não representa necessariamente uma ruptura com as suas condições de vida e das relações estabelecidas no espaço privado. Essa ruptura se efetiva mediante a capacidade de interação de homens e mulheres a partir de interesses comuns possibilitando a criação e recriação da esfera pública.

Considerando que deslocar significa mudar de lugar, neste caso aqui, também não quer dizer que as mulheres vêm ocupando o espaço público e "abandonando" o espaço privado. Elas vêm transitando nos dois espaços, redefinindo limites e concepções do que é público e do que é privado.

A noção de espaço público e privado não é uma definição natural, mas socialmente construída, identificamos que histórica e culturalmente esse último tem se configurado como espaço de negação da questão política, ao passo que o primeiro é intrinsecamente relacionado a esta. Esta construção promove uma suposta ruptura entre esses pares atribuindo uma independência em relação ao outro que de fato não existe. Sendo assim, o espaço público configura-se como instância privilegiada do exercício de poder que permeia a tomada das grandes decisões; o espaço privado é relacionado aos aspectos da não política, percebido como o espaço das pequenas decisões referentes ao cotidiano.

Ainda segundo Delgado (2000), a construção do espaço público se diferencia dos processos de socialização historicamente destinados às mulheres, pois a identificação dos espaços políticos e de decisões como majoritariamente masculinos, estabelece-se a partir de critérios de socialização pouco comuns à socialização feminina: a fala em público, a agressividade, a segurança das opiniões.

Mesmo quando a mulher entra no mercado de trabalho fora no lócus privado é geralmente atuando em profissões que reproduzem essa função de cuidados que foi destinada histórica e socialmente a ela, e não faz com que ela deixe de cumprir essa função também dentro de suas casas, implicando em jornadas intensivas e extensivas de trabalho a serem cumpridas por elas.

Sendo assim, essa divisão entre público e privado impõe além de um limite, um perfil desejado de comportamento para as relações vivenciadas em cada um dos espaços, onde, de acordo com o que já foi apontado, as mulheres devem construir sua identidade e atuação no espaço privado, o espaço das pequenas decisões. Sem poder exercer uma vida pública relacionada à carreira profissional, à liberdade sexual e/ou à militância e participação política, na qual se processa as disputas de

hegemonia e de construção de novas práticas societárias.

O movimento feminista foi o responsável por politizar a vida privada, contestando essa cisão entre o público e o privado, o pessoal e o político, mostrando que as violações de direitos que ocorrem entre quatro paredes também devem ser questionadas e problematizadas. Sobre isso nos diz Souza- Lobo (2011, p. 214):

> As práticas e os discursos das feministas reforçaram a importância dos temas do cotidiano na configuração de políticas não mais restritas […] questionaram a falsa dicotomia entre geral e específico, questionaram as formas de ação política. A especificidade dos movimentos de mulheres autodefinidos ou não como feministas reside nessa proposta de uma nova articulação entre política e vida cotidiana, entre esfera privada, esfera social e esfera política, na reafirmação da necessária heterogeneidade das experiências a partir da relação de gênero.

Se para as mulheres de uma forma geral essas dificuldades ainda se mostram atuais, para as mulheres do campo temos um atraso e um peso ainda maior sobre elas no que diz respeito ao acesso à direitos, políticas públicas e a participação. No Brasil, o direito das mulheres a terra só entra na agenda pública nos anos 1980, com o processo de redemocratização e pela pressão dos movimentos de mulheres rurais que se formavam nessa época. Porém, ainda assim, os programas que foram implementados nos anos de 1980 e 1990, pouco levaram em consideração a situação da mulher e não as inseriram como sujeitos que teriam direito a essas políticas, além de reforçarem a noção tradicional de família e desconsiderarem o trabalho das mulheres como trabalho produtivo, reforçando a divisão sexual do trabalho.

Um exemplo disso, é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que foi criado em 1996. Nos primeiros cinco anos de funcionamento do programa, apenas 7% dos titulares no acesso ao crédito foram mulheres e mesmo com a mudança no programa ocorrida em 2001, que destinava 30% da verba do programa para mulheres o quadro pouco se modificou. Na safra de 2002, as mulheres só representavam 10,4% dos contratos realizados.

Em relação à titularidade da terra destinada à reforma agrária também é possível constatar a desigualdade em relação ao acesso das mulheres à terra. No censo da reforma agrária de 1996, apenas 12% da titularidade das terras foram para mulheres. Em 2002 essa realidade foi confirmada como uma constante com a

pesquisa realizada pela FAO/Unicamp, que constatou que 87% dos títulos de terra emitidos pelo Incra destinavam-se aos homens.

Após 2002, é possível ver algumas mudanças e avanços no acesso das mulheres a terra, a primeira e mais significativa ação que possibilitou esse avanço foram as campanhas de documentação para as camponesas que de 2004 a 2010 realizou 837 mutirões itinerantes, em 1050 municípios, emitindo mais de 546 mil documentos. (MDA, 2010).

A realidade para as mulheres camponesas foi de negação dos seus direitos por muitos anos, a falta de documentação é um exemplo de como para elas até as poucas políticas de reforma agrária eram negadas e não as beneficiavam. Com isso, elas não tinham acesso nem as políticas de redistribuição de terras, de acesso ao crédito e muito menos aos direitos previdenciários.

Além do acesso à documentação, em 2003 o Incra tornou obrigatório a titulação conjunta da terra para homens e mulheres casados ou em união estável, sendo essa conquista uma pauta levantada pela marcha das margaridas do mesmo ano (CONTAG, 2010). Com acesso a documentação e as mudanças conquistadas dentro do Incra, em 2007 temos 55,8% de mulheres como titulares dos lotes destinados à reforma agrária.

É importante dizer que essas mudanças foram pautas e conquistas dos movimentos de mulheres camponesas que se fortaleceram a partir da década de 1980 e que a auto-organização das mulheres no campo foi essencial para isso. Também é importante dizer que para as mulheres camponesas organizadas a luta das mulheres no campo não está só em ocupar a terra, mas em como ela é ocupada e dos valores que irão se reproduzir nela.

A luta também é por uma divisão justa do trabalho doméstico, pelo reconhecimento desse trabalho como essencial para a produção camponesa; pelo fim da violência contra as mulheres; por autonomia; por soberania alimentar e produção agroecológica.

A dificuldade ainda atual das mulheres camponesas ocuparem o espaço público também apareceu como resultado parcial da nossa pesquisa. No início da nossa investigação as mulheres dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Piauí, Bahia e Sergipe que participaram do Seminário "Não sei que nome tá no projeto" com as quais aplicamos um questionário sobre o Programa Territórios da Cidadania demonstraram desconhecimento e confusão sobre

o programa e a aplicação dos recursos advindos dele. Isso por quê muitas relataram dificuldades para participarem das reuniões dos comitês e colegiados onde aconteciam as tomadas de decisão em torno do programa.

Dos 115 questionários respondidos, 67 afirmaram não participar do PTC, enquanto só 26 participaram. Além da não participação também apareceu como dado o não conhecimento das mulheres sobre o programa e seus resultados, a maioria também não o conheciam ou não tinham conhecimento sobre o seu funcionamento.

Quando perguntamos sobre a participação das mulheres nos colegiados, apenas 4 afirmaram haver ampla participação de mulheres neles. Enquanto 15 afirmaram nenhuma participação, 34 pouca participação, 26 uma participação regular de mulheres nos colegiados dos seus territórios.

Em relação à existência de comitês de mulheres nos seus territórios 48 afirmaram não conhecer ou não saber, 45 afirmaram existir e 20 afirmaram não existir comitês de mulheres nos seus territórios.

Essa dificuldade de participação apareceu de uma forma mais geral, mas ao analisarmos os territórios do Rio Grande do Norte mais de perto e com maior profundidade concluímos que existem resistências e que o processo de auto-organização das mulheres é imprescindível para a construção delas. Trataremos a seguir sobre o Programa Territórios da Cidadania no Rio Grande do Norte a partir das entrevistas realizadas com mulheres que são lideranças dos seus territórios.

DEMANDAS E ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA.

O Programa Territórios da Cidadania é uma estratégia do Governo Federal, que tem a intenção de garantir um desenvolvimento sustentável nas regiões mais frágeis do país, com objetivo de socializar programas básicos de cidadania e políticas públicas que possam ajudar na evolução de cada território. Desenvolve-se baseado em um plano que uni territórios com características econômicas e ambientais que tenham identidade e coesão social, cultural e geográfica parecidos, facilitando o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões.

A intenção desse tópico é estudar as entrevistas realizadas com mulheres do Seridó, Sertão do Apodi, Alto Oeste, Potengi, Assu e Mato Grande, sendo todos estes territórios localizados no Estado do Rio Grande do Norte, e mais especificamente,

analisar as demandas e o acesso as políticas públicas que vieram por meio do Programa Territórios da Cidadania.

Demandas e políticas públicas fruto do Programa Territórios da Cidadania

Iniciamos o estudo dos questionários realizados pela equipe do Projeto Mulheres rurais, começando pelo território do Seridó, onde foram entrevistadas três mulheres das regiões de Caicó, Acari e Currais Novos. As perguntas que se encontram no questionário tem a intenção de saber basicamente, como foi a participação das mulheres no Programa Territórios da Cidadania, o que ele representou para essas mulheres, e o que ele conseguiu trazer de produtivo pra essas regiões.

A mulher entrevistada da região do Acari fez parte da Câmara Temática de Mulheres e foi delegada representando o Sindicato dos trabalhadores rurais. Ela nos colocou que a partir do Programa foram adquiridos para alguns municípios, tanques de resfriamento e a feira da agricultura familiar para as mulheres do município de Caicó. Essa feira também estaria sendo implementada no município de Currais Novos, entretanto depois da mudança de governo e consequentemente, com o corte de recursos o projeto deu uma estagnada.

As chamadas Feiras da Economia Solidária têm o propósito de incentivar as mulheres a trabalharem e venderem seu próprio produto, fomentando e fortalecendo o seus trabalhos, dando a elas uma autonomia financeira e uma possibilidade de auto sustento, na tentativa também de que houvesse uma diminuição de dependência do marido.

A entrevistada de Caicó[45] também relata que essa questão das feiras foi um ponto de discussão dentro da Câmera Temática de Mulheres, onde foi identificado essa vulnerabilidade das mulheres com relação ao acesso a renda a relação do trabalho, principalmente as mulheres da zona rural e a partir disso, organizaram-se vendo a alternativa de um fórum, que tivesse o objetivo de fortalecer e ajudar os empreendimentos de mulheres. E ainda sobre esse ponto ela acrescenta:

---

[45] Trabalha na Cáritas e participou da Câmara Temática de mulheres. A Cáritas é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário.

> Inicialmente a gente fez um diagnóstico, foi orientado e coordenado pela Cáritas, onde via as principais demandas das mulheres, então a gente identificou a questão da violência, uma presença muito forte de uma cultura machista principalmente na zona rural, identificamos essa questão do acesso a renda, a questão de políticas públicas, e priorizamos o trabalho com foco na economia solidaria, então era uma demanda que a gente viu que se a mulher tem acesso a renda, ela conquista sua autonomia financeira, ela também conquista essa liberdade e a condição de fazer suas escolhas, e também a escolha de sair de um relacionamento abusivo, violento. Com certeza é um diferencial, quando a mulher tem a sua autonomia econômica, então essa foi a coisa que a gente priorizou, por entender que a partir dela a gente consegue atingir outras demandas. (Caicó, Seridó)

Foi falado que sentiam falta de políticas públicas direcionadas as mulheres, no que diz respeito ao crédito, que incentivasse o começo de projetos. Apesar da existência do PRONAF Mulher, que é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, houve a reclamação de que esse programa seria burocrático e de difícil acesso.

A mudança de governo foi citada por todas as entrevistadas como algo que gerou um grande retrocesso das verbas e consequentemente nas políticas públicas.

> Com o Território era mais fácil a chegada de política pública, porque a gente deliberava, a gente reivindicava enquanto território e na maioria das vezes era atendido, agora vai ficar mais difícil com certeza, porque vinha o recurso do território, a gente discutia e decidia o que ia fazer com aqueles recurso, mas agora com certeza vai ser mais difícil. (Acari, Seridó).

A falta de informação é também um obstáculo para as mulheres se apropriarem das políticas públicas. A formação e a assistência técnica ainda não são suficientes, fazendo com que as informações não cheguem nas mulheres rurais como deveriam. E como muitas delas não estão dentro das organizações, acabam não conhecendo seus direitos. Sobre isso a terceira entrevistada Do Seridó diz:" As políticas públicas elas existem mas elas não chegam em todo lugar não, do jeito que a gente quer não" (Currais Novos, Seridó).

A demandas que chegaram nesse território foram as cisternas e as capacitações quem vinham em formato de cursos. A autonomia da mulher, ter oportunidade de qualificação, ter oportunidade de ter um emprego, também eram assuntos que sempre estavam presentes nas reuniões dos Territórios, na tentativa de que houvesse melhorias nesse sentido.

No território do Alto Oeste as regiões entrevistadas foram: Areia Branca, São Francisco do Oeste e Pau dos Ferros. A entrevistada de São Francisco do Oeste explica que em sua região sentiam falta de um abatedouro da forma que a ANVISA preconiza, mandaram um projeto pelo Território da Cidadania que foi até assegurado 350 mil, para estruturar alguns municípios, ter um carro próprio para levar as carnes qualificadas que já estivessem abatidas e com qualidade nos locais. Mas que esse recurso não chegou, não sendo concretizada essa demanda. Foram citadas também as demandas mais forte que eram a da casa e renda próprias, e da bovinocultura do leite, que é um projeto piloto financiado pelo banco do Nordeste e outras instituições.

> Aqueles quintais produtivos que as mulheres montavam nos seus espaços, uma areazinha mostrava seus quintais produtivos, vinha com uma cisterna para armazenar água para a produção e aí elas tinham sua autonomia para a geração de renda. E aí a gente trabalha com esse plano e a gente viu a necessidade incluir nas normas do programa sempre vinham a inclusão da mulher nessas políticas públicas então os quintais eram uma alternativa, uma prioridade para que as mulheres tivessem a sua autonomia sua geração de renda, qualidade de vida, melhorias e não dependesse do homem. (São Francisco do Oeste, Alto Oeste)

No Território do Mato Grande foram entrevistados três municípios: João Câmara, Touros e São Miguel do Gostoso. As demandas que foram apresentadas pela entrevistada de João Câmara tem relação com o acesso à educação das populações das comunidades rurais, segurança e saúde, assim como políticas de incentivo ao protagonismo dos jovens e das mulheres do campo e das cidades.

De forma geral, as políticas que chegaram as mulheres rurais são ligadas a Saúde e educação, com os postos de saúde e acesso à escola, mas que as ações chegam de forma muito lenta. A entrevistada de João Câmara também relatou que sentia falta de políticas que incentivem a produção, que reforce a identidade da mulher com o campo e de políticas que incentivem as mulheres construir sua cidadania e autonomia.

O sujeito de São Miguel do Gostoso explica que o Território deveria fazer reuniões menores com as localidades mais próximas, articulando mulheres com a produção e comercialização. Ela acredita que teriam tido mais resultados dessa forma, porque segundo ela, as grandes reuniões que abrangiam todas as localidades

demoravam a acontecer, e consequentemente tinham poucas respostas. Ainda assim, conseguiram realizar 12 conferências municipais do território para os jovens.

As demandas desse território eram voltadas ao acesso as políticas públicas na área rural, as mulheres que participavam com mais frequência eram rurais, de assentamentos e comunidades. As discussões estavam voltadas para o crédito mulher, a documentação, a convivência com o semiárido, e o processo produtivo. O desafio que elas colocaram, eram o de participar da câmara de inclusão produtiva. As mulheres produziam de forma agroecológica e isso era uma potencialidade, entretanto elas tinham dificuldades de ir para as reuniões por causa do horário, e porque existia pouca mobilização entre as mulheres para que elas participassem dessa câmara. Sobre isso, a entrevistada de Mato Grande comenta: "Marcava tipo à tarde, aí de manhã era a hora que vinha o ônibus da escola, que as mulheres não tinham dinheiro e tinham que ir no ônibus da escola, daí tinha que voltar cedo. Então, não tinha essa preocupação." (São Miguel do Gostoso, Mato grande).

Sobre as políticas públicas com relação a educação, acontecia o PRONATEC[46], sobre alimentação o PNAE[47] e o Compra Direta[48]. Houve também o Programa de Desenvolvimento Rural, para facilitar o acesso de trabalhadoras rurais à documentação básica. Aconteceu a elaboração do PROINF, mas a prefeitura não aceitou. A demanda dessa região era organizar as mulheres dos municípios na comercialização, porque elas já estavam produzindo. Entretanto, os projetos que foram apresentados não foram aprovados.

Foi colocado que esse Território tem um alto índice de violência muito, a partir disso foi solicitado uma delegacia regional de apoio e acolhimento das mulheres vítimas de violência. Essa questão foi uma das pautas colocadas na Conferência, porém o sujeito relata que recebeu críticas por isso, e que o próprio delegado disse que não havia necessidade de colocar isso.

No Território de Potengi foram estudadas as regiões do Bom Jesus, Riachuelo e São Pedro. A demanda que esteve mais presente nos relatos foi de educação profissionalizante, e a organização das mulheres na base, fóruns, reuniões, grupo de

---

[46] Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
[47] Programa Nacional de Alimentação Escolar.
[48] Esta modalidade é voltada à aquisição da produção da agricultura familiar, quando os preços de mercado estão baixos ou quando há necessidade de atendimento de demandas por alimentos para populações em condição de insegurança alimentar, ajustando a disponibilidade de produtos às necessidades de consumo.

mulheres que fazem agroecologia. A dependência das mulheres com o marido também foi discutida pela entrevistada de Bom Jesus:

> Pô, se a gente luta por produção, comercialização, se a gente luta por soberania alimentar, economia solidária, se a gente luta por tudo, e a terra? Muitas companheiras aqui que são assentadas tem problemas na RB, porque não é ela que tá a frente, é o esposo, aí eles se separa, não, mas não é a mulher que tá, é ele. Se ela se separa, aí, vai ficar prejudicada. Então, eu acho que tem algumas coisas que a gente deveria tá ponderando nesse sentido, sabe? Tá priorizando e criar algo diferente nesse sentido. Que a mulher não seja tão interligada ao marido nesse sentido de acesso a terra e do crédito também. Tem mulheres que não querem colocar o nome do marido na DAP, porque se separar, ele vai tá levando parte que é importante pra ela. (Bom Jesus, Potengi).

AUTONOMIA E RENDA DAS MULHERES RURAIS: Uma análise a partir das contribuições do Programa Territórios da Cidadania

Este presente artigo foi produzido a partir dos estudos e pesquisa de campo realizados pela equipe do projeto de pesquisa intitulado "Mulheres Rurais nos Territórios da Cidadania: construindo um novo protagonismo" e vem abordar acerca de como o Programa Territórios da Cidadania contribuiu para melhoria da condição financeira das mulheres camponesas e de que forma esta condição influi no desenvolvimento da autonomia dessas mulheres através do acesso à renda, interseccionando com uma breve análise acerca da divisão sexual do trabalho no campo.

No que se refere à autonomia financeira das mulheres rurais, abordaremos acerca do reconhecimento da mulher no trabalho produtivo e sua inclusão no mercado de trabalho por meio de programas de fornecimento de crédito e projetos ligados ao fortalecimento de associações, cooperativas e redes de economia solidária. Buscaremos também apontar alguns limites e desafios, elencados no decorrer da pesquisa, para que fossem garantidos meios para viabilizar a conquista da autonomia e do acesso à renda.

Compreendemos aqui a divisão sexual do trabalho enquanto uma divisão que "segmenta os trabalhos de homens e mulheres e hierarquiza tais trabalhos de forma a subalternizar os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos" (CISNE, 2015), sendo assim uma expressão do

patriarcado[49], que se materializa na sociedade capitalista. Nesse sentido, na divisão sexual do trabalho, o trabalho considerado masculino é aquele relacionado à esfera pública, à produção, ao trabalho gerador de renda para a família, tendo em vista que é melhor remunerado. Já o trabalho considerado feminino está relacionado à esfera privada, à reprodução, ao âmbito doméstico, de cuidado e que gera pouca ou nenhuma renda para a família.

Assim, nota-se que o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres não é considerado pela economia dominante e que, mesmo as mulheres que conseguem se inserir na esfera pública, permanecem enquanto responsáveis pelo trabalho reprodutivo, ocasionando uma dupla jornada de trabalho.

Destarte, um elemento crucial de discussão ao analisarmos o processo de busca pela autonomia das mulheres no campo e a divisão sexual do trabalho, é a invisibilidade do trabalho das mulheres.

> No campo essa divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e no roçado. Dessa forma, historicamente muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão do trabalho doméstico. É importante ressaltar que essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à introdução da noção capitalista de trabalho, que justamente reduz trabalho ao que pode ser trocado no mercado. (FARIA, 2009, p. 19)

Nesse contexto, por ser considerado uma extensão do trabalho doméstico e, assim, ser pouco valorizado, a renda auferida pela mulher através dos quintais produtivos, hortas e criação de animais, apesar de ser essencial para a família, é considerado apenas um complemento na renda familiar.

Dessa forma, a privação da mulher ao âmbito doméstico e a invisibilização do trabalho reprodutivo e produtivo, até mesmo da produção para autoconsumo, faz com que a mulher camponesa não tenha acesso à algum tipo de renda e dependa financeiramente de seu marido.

A partir da implementação do Programa Territórios da Cidadania, os municípios, comunidades e assentamentos passam a ter uma organicidade a partir da dinâmica de funcionamento do Território, se organizando em câmaras temáticas de acordo com suas demandas. Com isso, as demandas e necessidades das mulheres vão

49 "Regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens" (SAFFIOTI, 2015)

conquistando voz e vez nos espaços deliberativos dos Territórios a partir das discussões feitas nos comitês de mulheres.

No Rio Grande do Norte, estado em que sucedeu a pesquisa referida neste trabalho, apenas um território, o Alto Oeste, não conseguiu criar Comitê de Mulheres[50]. Nos outros, a citar: Seridó, Mato Grande, Potengi, Assu-Mossoró e Sertão do Apodi, tiveram como principais demandas dos comitês de mulheres, projetos voltados a inserção da mulher no mercado e o acesso à renda.

O reconhecimento da mulher enquanto produtora, bem como sua inserção na comercialização de produtos permite que a barreira da esfera privada vá sendo rompida e que a mulher passe a não depender totalmente da renda do marido. Nesse sentido, uma demanda dos Territórios, principalmente do Seridó, Mato Grande, Potengi e Assú-Mossoró, foi a criação e participação das mulheres em feiras de economia solidária.

Um elemento que surgiu durante a pesquisa foi a inserção das mulheres na comercialização de produtos não só enquanto uma forma de garantir autonomia financeira às mulheres, mas também, consequentemente, diminuir os índices de violência doméstica que aparecem em altos níveis no campo. Sobre isso, Fabiana, integrante do Comitê de Mulheres no Seridó, coloca:

> "a gente identificou a questão da violência, uma presença muito forte de uma cultura machista principalmente na zona rural. Identificamos essa questão do acesso a renda, a questão de políticas públicas e priorizamos o trabalho com foco na economia solidária, então essa era uma demanda que a gente viu que se a mulher tem acesso a renda, ela conquista sua autonomia financeira, ela também conquista essa liberdade e a condição de fazer sua escolhas, e também a escolha de sair de um relacionamento abusivo, violento, então com certeza é um diferencial, quando a mulher tem a sua autonomia econômica, então essa foi a coisa que a gente priorizou, por entender que a partir dela a gente consegue atingir outras demandas." (FABIANA, 2017)

No Seridó, através do Programa, conseguiram-se duas feiras de economia solidária, uma na cidade de Currais Novos e outra, que ainda se encontra em

---

[50] É importante destacar que, apesar de não haver Comitê de Mulheres no Território Alto Oeste, foi identificado que as mulheres, principalmente as que já estavam mais engajadas, conseguiam, minimamente, se organizar e levar algumas demandas das mulheres.

construção, na cidade de Caicó. Além disso, a partir das discussões do Comitê de Mulheres, foi criado o Fórum de Economia Solidária, que ocorre anualmente a nível territorial, no qual mulheres de várias cidades do Seridó se encontram e trocam experiências, bem como apresentam seus produtos, o que fortalece a organização das mulheres, as cooperativas e associações das comunidades rurais e as feiras de economia solidária, dando visibilidade à produção das mulheres e, consequentemente, viabilizando uma melhor inserção no mercado.

É perceptível os princípios de solidariedade e reciprocidade que permeiam as formas e estratégias das mulheres se organizarem no que se refere à busca pela autonomia. A exemplo disso e enquanto uma das contribuições do Programa Territórios da Cidadania, foi a demanda e financiamento, através dos Comitês de Mulheres, de intercâmbios realizados intra e inter-estaduais. Este foi um dos elementos identificados principalmente nos territórios do Mato Grande, Sertão do Apodi e Seridó.

O intercâmbio proporcionou às mulheres produtoras a troca de experiência com mulheres de outros territórios, tanto em relação à produção, quanto em relação à comercialização. Além disso, permitia que as mulheres pudessem estar saindo da esfera privada para adquirir novos conhecimentos e repassar os seus à outras mulheres, de forma que o intercâmbio viabilizou a autonomia das mulheres tanto no que se refere à possibilidade de divulgar seu trabalho e vender seus produtos para outra mulheres, quanto em relação à formação e rompimento da ideia do lugar da mulher no âmbito doméstico. Sobre isso, de acordo com Gildete, do Mato Grande: “a autonomia delas crescem quando elas realmente têm o financeiro delas, quando elas começam a produzir, quando elas começam a ver um mundo diferente daquele mundinho ali que existe ao redor dela”.

Em relação ao acesso à renda, Márcia, do território do Potengi, relatou que

> Muita gente quando passou a tirar ali do seu trabalho, do seu artesanato, da sua produção, melhorou muito. Elas passaram assim, você vê que se veste melhor, que sorri melhor, que aparece melhor assim nos locais, o diálogo com as outras pessoas é melhor, você vê facilmente uma mulher que teve uma formação, que teve acesso a alguma coisa, a diferença dela pra aquela outra que não teve nada.

Outro ponto que apareceu enquanto contribuição do Programa para a autonomia das mulheres no Mato Grande e no Seridó, para além de viabilizar sua inclusão na comercialização, foram as formações e capacitações realizadas através da organização de mulheres, dos comitês e de atividades como o intercâmbio, que fizeram com que as mulheres pudessem se apropriar daquilo que produziam para o comércio. Segundo Gildete:

> E, no caso, as palestras, a questão da formação, que também não adianta você pegar uma mulher e jogar um monte de máquinas, o material, matéria-prima, sem poder formar aquela mulher pra o mercado, né? Pra a comercialização de verdade. Que muitas vezes é isso, a mulher, ela vai produz, produz, não sabe nem quanto tá gastando, quanto tá ganhando porque, muitas vezes, são os maridos mesmos que comercializam… Eu acho que nessa parte aí de produzir e comercializar, né?

Identificou-se também que o Programa contribuiu para a autonomia das mulheres a partir da própria organicidade, fomentando sua participação nos espaços deliberativos. De acordo com Simone, do Alto Oeste:

> Eu já vi vários depoimentos de mulheres que diz assim: a partir do momento que eu comecei a participar do processo de organização e eu mudei a minha forma de ver o meu casamento, o poder, a forma de ver a minha vida, porque não é só ele que tem que vim para as reuniões, eu também tenho que que vir.

Sobre os limites encontrados, unanimemente, nos Territórios pesquisados, houve também uma grande demanda por linhas de crédito específico para mulheres, especialmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF Mulher, que concede crédito às mulheres para que estas invistam na compra de animais, instalações na propriedade rural, manutenção dos quintais produtivos, etc. No entanto, foi relatada a dificuldade e burocracia para o acesso ao crédito, que, ligado à falta de informação e acompanhamento[51], muitas vezes fazia com que a mulher desistisse ou não conseguisse acessar plenamente, de forma que, apesar de ser um programa que tem a potencialidade de incentivar as mulheres à busca pela sua autonomia financeira e facilitar o acesso à renda, poucas puderam, de fato, acessar.

---

[51] Relatou-se que algumas mulheres deixavam de buscar o crédito por medo de ficarem endividadas. Sobre a falta de acompanhamento, foi exposto que quando as mulheres conseguiam acessar, acabavam utilizando o crédito para interesses do marido.

Além disso, outra demanda que apareceu em todos os territórios enquanto demanda para o acesso à renda e autonomia financeira das mulheres foi uma Assistência Técnica que apoiasse e fortalecesse a auto-organização das trabalhadoras rurais, facilitando a produção e tornando viável a comercialização dos produtos. A partir da pesquisa, percebeu-se que, embora entrasse enquanto demanda das mulheres em alguns territórios como o Mato Grande e Potengi, a Assistência Técnica específica para mulheres era praticamente escassa.

Ademais, a partir das informações obtidas com base na pesquisa de campo, pode-se perceber que, apesar do limites e desafios apontados pelas mulheres rurais nos Territórios, o Programa contribuiu diretamente para busca das mulheres por autonomia financeira, facilitando o acesso à renda a partir do financiamento de projetos específicos de beneficiamento de frutas, pescado, fabricação de doces e derivados de leite, artesanato, etc, tanto nas cooperativas, associações e feiras, incentivando a troca de experiências e fazendo com que as mulheres passassem a sair da esfera privada, ocupando espaços que eram tido como masculinos, como o mercado/comércio e os espaços políticos.

Na atual conjuntura, com a extinção do Programa Territórios da Cidadania, a maioria das mulheres relatou que boa parte do que havia avançado foi perdido, no entanto, alguns Comitês de Mulheres continuam se reunindo a fim de buscar estratégias para dar continuidade aos projetos.

CONTRIBUIÇÃO DA POLÍTICA DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

O Estado brasileiro por muito tempo negou a existência do meio rural, reduzindo a um conjunto de atraso e deficiências que não permitiriam o avanço de setores produtivos economicamente, demonstrando, inclusive, que a educação oferecida à esta parcela da população, historicamente foi negada do ponto de vista do acesso, da continuidade e da qualidade do ensino. É também nesse contexto que as mulheres rurais são invisibilizadas e reduzidas ao trabalho doméstico, reafirmando e estruturando o patriarcado, perdendo o direito de agente econômico, sua relevância na renda das famílias e a contribuição para o desenvolvimento das comunidades de

diversas formas. Essas mulheres sofrem, historicamente, com a estrutura desigual das relações sociais de gênero, além da invisibilização do seu papel como trabalhadora e intelectual.

Embora nos últimos anos esse panorama tenha mudado e avanços significativos tenham sido conquistados, sendo no reconhecimento da contribuição do trabalho da mulher para o desenvolvimento da sociedade e na luta pela autonomia, ainda assim, existem muitos desafios a serem superados. O Programa Territórios da Cidadania (PTC) com o intuito de delinear a formação dos territórios de acordo com as características econômicas e ambientais de cada região, tinha como uma de suas estratégias o diagnóstico da efetivação da política pública, a situação das mulheres rurais e suas barreiras quanto ao acesso à essas políticas.

Diante do contexto de território da cidadania, este trouxe elementos fundamentais na construção de relações e articulações das mulheres, sendo, a princípio, o elemento motriz de organização e desafios na superação de diversos processos diários que limitam suas vivências. É através dessa articulação e entendimento da política territorial que se abrem as possibilidades de reconfiguração de papéis, sejam na família como na política.

Este artigo tem como finalidade apresentar análise acerca da contribuição da Política do Território da Cidadania para a organização e participação política das mulheres entrevistadas nos Territórios da Cidadania do Alto Oeste, Assu/Mossoró, Mato Grande, Potengi, Seridó e Sertão do Apodi, sendo todos localizados no Estado do Rio Grande do Norte.

Análise das entrevistas

O Território do Potengi, criado trazendo aspectos característicos do meio rural, se configura com forte articulação sindical e significativa participação de mulheres nas tomadas de decisões, cujos espaços historicamente são ocupados por homens, retratando a luta contínua por direitos e maior visibilidade da discrepância estrutural nas relações de trabalho. A criação e desenvolvimento do PTC contribuíram com definições e transformações da discussão territorial em espaços de debate acerca de pautas constantes da luta das mulheres e resistência, contribuindo para mobilização, articulação e criação de coletivos, núcleos, associações e setores de sindicatos voltados para o levantamento de demandas especificamente para mulheres rurais. Além da visibilidade de lideranças femininas, o reconhecimento da formação

conquistada e vivências em outras realidades são nitidamente fortalecidos com o acúmulo de debates e empoderamento delas.

Destaca-se, todavia, que é inegável o entendimento e sensibilidade em essência da política de território por parte das mulheres, tendo seus objetivos bem delineados e traçadas as metas de desenvolvimento do coletivo de mulheres e expandindo para o território.

> "Ele [PTC] é um espaço que a gente consegue inclusive debater a questão das mulheres. Ele veio para fortalecer também a organização das mulheres, que, até então, era dispersa e depois do território da cidadania a gente conseguiu se articular, e o coletivo, ele surgiu já nessa dinâmica do território da cidadania." (OLIVEIRA, M. C. F. de.; São Paulo do Potengi, 2018)

> "A principal demanda hoje é tá organizando as mulheres na base, fóruns, reuniões, grupo de mulheres focadas em agroecologia." (OLIVEIRA, M. C. F. de.; São Paulo do Potengi, 2018)

Um território organizado com a sociedade civil, no Seridó é bastante presente a busca de demandas de questões rurais, como energia, feiras, artesanatos e etc., que repercutiu com a organicidade de mulheres desde a participação nos espaços de debates e deliberações, como na mobilização e construção de grupos, coletivos, núcleos, associações e cooperativas de mulheres do Território da Cidadania. É por meio dessa articulação oriunda da discussão territorial que surgem novos caminhos e relações de oportunidades que transformam a vida de muitas mulheres pela conquista do espaço de fala, ainda que de forma limitada e pouco representatividade. É possível destacar a expressão e significado dessa transformação com base nas falas de algumas mulheres entrevistas, como:

> "[O Programa Territórios da Cidadania] deixou a resistência, do povo que luta, do povo que quer." (ARAÚJO, F. L. de.; Seridó, 2018)

A avaliação que se faz das mulheres do Seridó é que a cada dificuldade superada, mais nítida e forte permaneciam suas pautas e demandas em busca da organização, autonomia financeira e formação profissional, sendo legados da política territorial no âmbito de proporcionar maior integração entre municípios, associações e sindicatos juntamente com o poder público. Não é por acaso e também não é sem luta que as

reivindicações, motivações e mobilizações ganharam maior visibilidade à medida que o movimento conquistava mais espaço de fala e decisão no território.

> "O território proporcionou que a gente se articulasse melhor, que a gente se encontrasse, que essas forças que estavam fragmentadas tivessem a oportunidade de se encontrar, tivemos mais contato com as mulheres do Seridó, algumas associações, então isso fez com que a gente se fortalecesse e desse continuidade." (SILVA, F. F. da.; Seridó, 2018)

> "A gente tem mulheres hoje se organizando, buscando, se articulando. A gente também tem esse desafio dessa cultura [machista]. Embora a gente tenha alcançado um nível de empoderamento, até pelo acesso às oportunidades que a gente tem, a gente também lida constantemente com isso, com essa realidade do machismo nos nossos relacionamentos, no cotidiano, onde nós estamos. Até pra gente conquistar esse espaço de estar lá, não foi fácil, é toda uma articulação que precisa ser feita. Não há um espaço que é cedido pra gente não, é um espaço que é conquistado, que a gente teve que lutar por ele, a gente sabe que essa organização das mulheres nesse espaço ainda não é bem vista, ainda não é algo que seja valorizado, ainda há muito preconceito." (SILVA, F. F. da.; Seridó, 2018)

Mesmo com a criação de um Comitê de mulheres surgindo da necessidade da discussão pautada nas demandas que as mulheres apresentavam nos espaços de deliberações do território, o Mato Grande não se sobressai com significância em relação a essas pautas, principalmente para políticas de combate à violência contra a mulher e acesso a financiamentos de créditos específicos para mulheres, interferindo de forma a secundarizar essas demandas e desmobilizar a organização de mulheres, como reconhece uma das mulheres entrevistadas:

> "Por mais que a gente tenha um grupo organizado de mulheres e tudo, mas, assim, os homens que ainda estão nessa visibilidade do território. Então, mulheres que estão, você pode dizer que são duas ou três. Pela facilidade que os homens têm de sair de casa, pela facilidade de transporte que tem, por ter uma renda a mais que as mulheres." (SILVA, M. K. B. da.; Mato Grande, 2018)

Embora com todas as dificuldades de articulação e reconhecimento dentro do contexto de território da cidadania, as mulheres ressaltam a importância da política do território no impulsionamento da organização de grupos e comitês, reforçando a luta pelo espaço e ainda se reconhecendo enquanto trabalhadora e capaz de vivenciar seus

próprios processos, visualizando com maior nitidez a carga de opressão e desigualdade estruturada na sociedade.

> "Eu vejo muito mais a forma organizativa mesmo, sabe? Possibilitar a organização de mulheres e elas permanecerem organizadas em busca das políticas públicas, porque a gente teve pouco acesso no território à políticas específicas para mulheres." (SILVA, M. K. B. da.; Mato Grande, 2018)

Contudo, percebe-se que nem todos os territórios da cidadania do Estado do Rio Grande do Norte apresentam boa articulação de mulheres com a política do território, demonstrando as várias faces e desafios que cada um carrega na organização e mobilização da sociedade civil. Como, por exemplo, na região do Assu/Mossoró, a dificuldade de mobilização é relatada como um equívoco na estruturação do território, visto que existem diferenças culturais e econômicas distintas, vindo a contribuir com a discussão de como ferramenta adotada pelo Governo Federal quanto a delimitação dos territórios sem a prévia participação dos municípios veio a interferir no sucesso da gestão dos territórios da cidadania, distorcendo a concepção de desenvolvimento rural no sentido da superação da pobreza e inclusão social e política do programa territorial. Portanto, configura-se como um dos maiores desafios enfrentados pelo território durante as articulações, tem sido o diálogo e a capacidade de chegar a um consenso que reconheça e respeite as diferenças, tentando minimamente contemplar todos os municípios do território, como relatado nas entrevistas:

> "Isso a gente já tinha essa perda de identidade, né? Porque a gente tem essa perda dessa identidade desse território, porque a gente entende que a região de Assu tem uma particularidade e nós temos outra particularidade. E aí, a gente perde isso, mas a gente vem engatinhando nesse negócio de não ter como, mas, tentando se reunir." (LIMA, F. E. de.; Assu/Mossoró, 2018)

Demandas e políticas públicas fruto do Programa Territórios da Cidadania

Iniciamos o estudo dos questionários realizados pela equipe do Projeto Mulheres rurais, começando pelo território do Seridó, onde foram entrevistadas três mulheres das regiões de Caicó, Acari e Currais Novos. As perguntas que se

encontram no questionário tem a intenção de saber basicamente, como foi a participação das mulheres no Programa Territórios da Cidadania, o que ele representou para essas mulheres, e o que ele conseguiu trazer de produtivo pra essas regiões.

A mulher entrevistada da região do Acari fez parte da Câmara Temática de Mulheres e foi delegada representando o Sindicato dos trabalhadores rurais. Ela nos colocou que a partir do Programa foram adquiridos para alguns municípios, tanques de resfriamento e a feira da agricultura familiar para as mulheres do município de Caicó. Essa feira também estaria sendo implementada no município de Currais Novos, entretanto depois da mudança de governo e consequentemente, com o corte de recursos o projeto deu uma estagnada.

As chamadas Feiras da Economia Solidária têm o propósito de incentivar as mulheres a trabalharem e venderem seu próprio produto, fomentando e fortalecendo o seus trabalhos, dando a elas uma autonomia financeira e uma possibilidade de auto sustento, na tentativa também de que houvesse uma diminuição de dependência do marido.

A entrevistada de Caicó[52] também relata que essa questão das feiras foi um ponto de discussão dentro da Câmera Temática de Mulheres, onde foi identificado essa vulnerabilidade das mulheres com relação ao acesso a renda a relação do trabalho, principalmente as mulheres da zona rural e a partir disso, organizaram-se vendo a alternativa de um fórum, que tivesse o objetivo de fortalecer e ajudar os empreendimentos de mulheres. E ainda sobre esse ponto ela acrescenta:

> Inicialmente a gente fez um diagnóstico, foi orientado e coordenado pela Cáritas, onde via as principais demandas das mulheres, então a gente identificou a questão da violência, uma presença muito forte de uma cultura machista principalmente na zona rural, identificamos essa questão do acesso a renda, a questão de políticas públicas, e priorizamos o trabalho com foco na economia solidaria, então era uma demanda que a gente viu que se a mulher tem acesso a renda, ela conquista sua autonomia financeira, ela também conquista essa liberdade e a condição de fazer suas escolhas, e também a escolha de sair de um relacionamento abusivo, violento. Com certeza é um diferencial, quando a mulher tem a sua autonomia econômica, então essa foi a coisa que a gente

[52] Trabalha na Cáritas e participou da Câmara Temática de mulheres. A Cáritas é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário.

> priorizou, por entender que a partir dela a gente consegue atingir outras demandas. (Caicó, Seridó)

Foi falado que sentiam falta de políticas públicas direcionadas as mulheres, no que diz respeito ao crédito, que incentivasse o começo de projetos. Apesar da existência do PRONAF Mulher, que é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, houve a reclamação de que esse programa seria burocrático e de difícil acesso.

A mudança de governo foi citada por todas as entrevistadas como algo que gerou um grande retrocesso das verbas e consequentemente nas políticas públicas.

> Com o Território era mais fácil a chegada de política pública, porque a gente deliberava, a gente reivindicava enquanto território e na maioria das vezes era atendido, agora vai ficar mais difícil com certeza, porque vinha o recurso do território, a gente discutia e decidia o que ia fazer com aqueles recurso, mas agora com certeza vai ser mais difícil. (Acari, Seridó).

A falta de informação é também um obstáculo para as mulheres se apropriarem das políticas públicas. A formação e a assistência técnica ainda não são suficientes, fazendo com que as informações não cheguem nas mulheres rurais como deveriam. E como muitas delas não estão dentro das organizações, acabam não conhecendo seus direitos. Sobre isso a terceira entrevistada Do Seridó diz:" As políticas públicas elas existem mas elas não chegam em todo lugar não, do jeito que a gente quer não" (Currais Novos, Seridó).

A demandas que chegaram nesse território foram as cisternas e as capacitações quem vinham em formato de cursos. A autonomia da mulher, ter oportunidade de qualificação, ter oportunidade de ter um emprego, também eram assuntos que sempre estavam presentes nas reuniões dos Territórios, na tentativa de que houvesse melhorias nesse sentido.

No território do Alto Oeste as regiões entrevistadas foram: Areia Branca, São Francisco do Oeste e Pau dos Ferros. A entrevistada de São Francisco do Oeste explica que em sua região sentiam falta de um abatedouro da forma que a ANVISA preconiza, mandaram um projeto pelo Território da Cidadania que foi até assegurado 350 mil, para estruturar alguns municípios, ter um carro próprio para levar as carnes qualificadas que já estivessem abatidas e com qualidade nos locais. Mas que esse recurso não chegou, não sendo concretizada essa demanda. Foram citadas também as

demandas mais forte que eram a da casa e renda próprias, e da bovinocultura do leite, que é um projeto piloto financiado pelo banco do Nordeste e outras instituições.

> Aqueles quintais produtivos que as mulheres montavam nos seus espaços, uma areazinha mostrava seus quintais produtivos, vinha com uma cisterna para armazenar água para a produção e aí elas tinham sua autonomia para a geração de renda. E aí a gente trabalha com esse plano e a gente viu a necessidade incluir nas normas do programa sempre vinham a inclusão da mulher nessas políticas públicas então os quintais eram uma alternativa, uma prioridade para que as mulheres tivessem a sua autonomia sua geração de renda, qualidade de vida, melhorias e não dependesse do homem. (São Francisco do Oeste, Alto Oeste)

No Território do Mato Grande foram entrevistados três municípios: João Câmara, Touros e São Miguel do Gostoso. As demandas que foram apresentadas pela entrevistada de João Câmara tem relação com o acesso à educação das populações das comunidades rurais, segurança e saúde, assim como políticas de incentivo ao protagonismo dos jovens e das mulheres do campo e das cidades.

De forma geral, as políticas que chegaram as mulheres rurais são ligadas a Saúde e educação, com os postos de saúde e acesso à escola, mas que as ações chegam de forma muito lenta. A entrevistada de João Câmara também relatou que sentia falta de políticas que incentivem a produção, que reforce a identidade da mulher com o campo e de políticas que incentivem as mulheres construir sua cidadania e autonomia.

O sujeito de São Miguel do Gostoso explica que o Território deveria fazer reuniões menores com as localidades mais próximas, articulando mulheres com a produção e comercialização. Ela acredita que teriam tido mais resultados dessa forma, porque segundo ela, as grandes reuniões que abrangiam todas as localidades demoravam a acontecer, e consequentemente tinham poucas respostas. Ainda assim, conseguiram realizar 12 conferências municipais do território para os jovens.

As demandas desse território eram voltadas ao acesso as políticas públicas na área rural, as mulheres que participavam com mais frequência eram rurais, de assentamentos e comunidades. As discussões estavam voltadas para o crédito mulher, a documentação, a convivência com o semiárido, e o processo produtivo. O desafio que elas colocaram, eram o de participar da câmara de inclusão produtiva. As mulheres produziam de forma agroecológica e isso era uma potencialidade, entretanto

elas tinham dificuldades de ir para as reuniões por causa do horário, e porque existia pouca mobilização entre as mulheres para que elas participassem dessa câmara. Sobre isso, a entrevistada de Mato Grande comenta: "Marcava tipo à tarde, aí de manhã era a hora que vinha o ônibus da escola, que as mulheres não tinham dinheiro e tinham que ir no ônibus da escola, daí tinha que voltar cedo. Então, não tinha essa preocupação." (São Miguel do Gostoso, Mato grande).

Sobre as políticas públicas com relação a educação, acontecia o PRONATEC[53], sobre alimentação o PNAE[54] e o Compra Direta[55]. Houve também o Programa de Desenvolvimento Rural, para facilitar o acesso de trabalhadoras rurais à documentação básica. Aconteceu a elaboração do PROINF, mas a prefeitura não aceitou. A demanda dessa região era organizar as mulheres dos municípios na comercialização, porque elas já estavam produzindo. Entretanto, os projetos que foram apresentados não foram aprovados.

Foi colocado que esse Território tem um alto índice de violência muito, a partir disso foi solicitado uma delegacia regional de apoio e acolhimento das mulheres vítimas de violência. Essa questão foi uma das pautas colocadas na Conferência, porém o sujeito relata que recebeu críticas por isso, e que o próprio delegado disse que não havia necessidade de colocar isso.

No Território de Potengi foram estudadas as regiões do Bom Jesus, Riachuelo e São Pedro. A demanda que esteve mais presente nos relatos foi de educação profissionalizante, e a organização das mulheres na base, fóruns, reuniões, grupo de mulheres que fazem agroecologia. A dependência das mulheres com o marido também foi discutida pela entrevistada de Bom Jesus:

> Pô, se a gente luta por produção, comercialização, se a gente luta por soberania alimentar, economia solidária, se a gente luta por tudo, e a terra? Muitas companheiras aqui que são assentadas tem problemas na RB, porque não é ela que tá a frente, é o esposo, aí eles se separa, não, mas não é a mulher que tá, é ele. Se ela se separa, aí, vai ficar prejudicada. Então, eu acho que tem algumas coisas que a gente deveria tá ponderando nesse sentido, sabe? Tá priorizando e criar algo diferente nesse sentido. Que a mulher não seja tão interligada ao marido nesse sentido de acesso a terra e do crédito também. Tem mulheres que não querem colocar o nome do marido na DAP, porque se separar, ele vai tá levando parte que é importante pra ela. (Bom Jesus, Potengi).

---

[53] Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
[54] Programa Nacional de Alimentação Escolar.
[55] Esta modalidade é voltada à aquisição da produção da agricultura familiar, quando os preços de mercado estão baixos ou quando há necessidade de atendimento de demandas por alimentos para populações em condição de insegurança alimentar, ajustando a disponibilidade de produtos às necessidades de consumo.

AUTONOMIA E RENDA DAS MULHERES RURAIS: Uma análise a partir das contribuições do Programa Territórios da Cidadania

Este presente artigo foi produzido a partir dos estudos e pesquisa de campo realizados pela equipe do projeto de pesquisa intitulado "Mulheres Rurais nos Territórios da Cidadania: construindo um novo protagonismo" e vem abordar acerca de como o Programa Territórios da Cidadania contribuiu para melhoria da condição financeira das mulheres camponesas e de que forma esta condição influi no desenvolvimento da autonomia dessas mulheres através do acesso à renda, interseccionando com uma breve análise acerca da divisão sexual do trabalho no campo.

No que se refere à autonomia financeira das mulheres rurais, abordaremos acerca do reconhecimento da mulher no trabalho produtivo e sua inclusão no mercado de trabalho por meio de programas de fornecimento de crédito e projetos ligados ao fortalecimento de associações, cooperativas e redes de economia solidária. Buscaremos também apontar alguns limites e desafios, elencados no decorrer da pesquisa, para que fossem garantidos meios para viabilizar a conquista da autonomia e do acesso à renda.

Compreendemos aqui a divisão sexual do trabalho enquanto uma divisão que "segmenta os trabalhos de homens e mulheres e hierarquiza tais trabalhos de forma a subalternizar os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados naturalmente masculinos" (CISNE, 2015), sendo assim uma expressão do *patriarcado*[56], que se materializa na sociedade capitalista. Nesse sentido, na divisão sexual do trabalho, o trabalho considerado masculino é aquele relacionado à esfera pública, à produção, ao trabalho gerador de renda para a família, tendo em vista que é melhor remunerado. Já o trabalho considerado feminino está relacionado à esfera privada, à reprodução, ao âmbito doméstico, de cuidado e que gera pouca ou nenhuma renda para a família.

Assim, nota-se que o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres não é considerado pela economia dominante e que, mesmo as mulheres que conseguem se

56 "Regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens" (SAFFIOTI, 2015)

inserir na esfera pública, permanecem enquanto responsáveis pelo trabalho reprodutivo, ocasionando uma dupla jornada de trabalho.

Destarte, um elemento crucial de discussão ao analisarmos o processo de busca pela autonomia das mulheres no campo e a divisão sexual do trabalho, é a invisibilidade do trabalho das mulheres.

> No campo essa divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e no roçado. Dessa forma, historicamente muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas uma extensão do trabalho doméstico. É importante ressaltar que essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à introdução da noção capitalista de trabalho, que justamente reduz trabalho ao que pode ser trocado no mercado. (FARIA, 2009, p. 19)

Nesse contexto, por ser considerado uma extensão do trabalho doméstico e, assim, ser pouco valorizado, a renda auferida pela mulher através dos quintais produtivos, hortas e criação de animais, apesar de ser essencial para a família, é considerado apenas um complemento na renda familiar.

Dessa forma, a privação da mulher ao âmbito doméstico e a invisibilização do trabalho reprodutivo e produtivo, até mesmo da produção para autoconsumo, faz com que a mulher camponesa não tenha acesso à algum tipo de renda e dependa financeiramente de seu marido.

A partir da implementação do Programa Territórios da Cidadania, os municípios, comunidades e assentamentos passam a ter uma organicidade a partir da dinâmica de funcionamento do Território, se organizando em câmaras temáticas de acordo com suas demandas. Com isso, as demandas e necessidades das mulheres vão conquistando voz e vez nos espaços deliberativos dos Territórios a partir das discussões feitas nos comitês de mulheres.

No Rio Grande do Norte, estado em que sucedeu a pesquisa referida neste trabalho, apenas um território, o Alto Oeste, não conseguiu criar Comitê de Mulheres[57]. Nos outros, a citar: Seridó, Mato Grande, Potengi, Assu-Mossoró e Sertão do Apodi, tiveram como principais demandas dos comitês de mulheres, projetos voltados a inserção da mulher no mercado e o acesso à renda.

[57] É importante destacar que, apesar de não haver Comitê de Mulheres no Território Alto Oeste, foi identificado que as mulheres, principalmente as que já estavam mais engajadas, conseguiam, minimamente, se organizar e levar algumas demandas das mulheres.

O reconhecimento da mulher enquanto produtora, bem como sua inserção na comercialização de produtos permite que a barreira da esfera privada vá sendo rompida e que a mulher passe a não depender totalmente da renda do marido. Nesse sentido, uma demanda dos Territórios, principalmente do Seridó, Mato Grande, Potengi e Assú-Mossoró, foi a criação e participação das mulheres em feiras de economia solidária.

Um elemento que surgiu durante a pesquisa foi a inserção das mulheres na comercialização de produtos não só enquanto uma forma de garantir autonomia financeira às mulheres, mas também, consequentemente, diminuir os índices de violência doméstica que aparecem em altos níveis no campo. Sobre isso, Fabiana, integrante do Comitê de Mulheres no Seridó, coloca:

> "a gente identificou a questão da violência, uma presença muito forte de uma cultura machista principalmente na zona rural. Identificamos essa questão do acesso a renda, a questão de políticas públicas e priorizamos o trabalho com foco na economia solidária, então essa era uma demanda que a gente viu que se a mulher tem acesso a renda, ela conquista sua autonomia financeira, ela também conquista essa liberdade e a condição de fazer sua escolhas, e também a escolha de sair de um relacionamento abusivo, violento, então com certeza é um diferencial, quando a mulher tem a sua autonomia econômica, então essa foi a coisa que a gente priorizou, por entender que a partir dela a gente consegue atingir outras demandas." (FABIANA, 2017)

No Seridó, através do Programa, conseguiram-se duas feiras de economia solidária, uma na cidade de Currais Novos e outra, que ainda se encontra em construção, na cidade de Caicó. Além disso, a partir das discussões do Comitê de Mulheres, foi criado o Fórum de Economia Solidária, que ocorre anualmente a nível territorial, no qual mulheres de várias cidades do Seridó se encontram e trocam experiências, bem como apresentam seus produtos, o que fortalece a organização das mulheres, as cooperativas e associações das comunidades rurais e as feiras de economia solidária, dando visibilidade à produção das mulheres e, consequentemente, viabilizando uma melhor inserção no mercado.

É perceptível os princípios de solidariedade e reciprocidade que permeiam as formas e estratégias das mulheres se organizarem no que se refere à busca pela autonomia. A exemplo disso e enquanto uma das contribuições do Programa

Territórios da Cidadania, foi a demanda e financiamento, através dos Comitês de Mulheres, de intercâmbios realizados intra e inter-estaduais. Este foi um dos elementos identificados principalmente nos territórios do Mato Grande, Sertão do Apodi e Seridó.

O intercâmbio proporcionou às mulheres produtoras a troca de experiência com mulheres de outros territórios, tanto em relação à produção, quanto em relação à comercialização. Além disso, permitia que as mulheres pudessem estar saindo da esfera privada para adquirir novos conhecimentos e repassar os seus à outras mulheres, de forma que o intercâmbio viabilizou a autonomia das mulheres tanto no que se refere à possibilidade de divulgar seu trabalho e vender seus produtos para outra mulheres, quanto em relação à formação e rompimento da ideia do lugar da mulher no âmbito doméstico. Sobre isso, de acordo com Gildete, do Mato Grande: "a autonomia delas crescem quando elas realmente têm o financeiro delas, quando elas começam a produzir, quando elas começam a ver um mundo diferente daquele mundinho ali que existe ao redor dela".

Em relação ao acesso à renda, Márcia, do território do Potengi, relatou que

> Muita gente quando passou a tirar ali do seu trabalho, do seu artesanato, da sua produção, melhorou muito. Elas passaram assim, você vê que se veste melhor, que sorri melhor, que aparece melhor assim nos locais, o diálogo com as outras pessoas é melhor, você vê facilmente uma mulher que teve uma formação, que teve acesso a alguma coisa, a diferença dela pra aquela outra que não teve nada.

Outro ponto que apareceu enquanto contribuição do Programa para a autonomia das mulheres no Mato Grande e no Seridó, para além de viabilizar sua inclusão na comercialização, foram as formações e capacitações realizadas através da organização de mulheres, dos comitês e de atividades como o intercâmbio, que fizeram com que as mulheres pudessem se apropriar daquilo que produziam para o comércio. Segundo Gildete:

> E, no caso, as palestras, a questão da formação, que também não adianta você pegar uma mulher e jogar um monte de máquinas, o material, matéria-prima, sem poder formar aquela mulher pra o mercado, né? Pra a comercialização de verdade. Que muitas vezes é isso, a mulher, ela vai produz, produz, não sabe nem quanto tá gastando, quanto tá ganhando porque, muitas vezes, são os maridos mesmos que comercializam… Eu acho que nessa parte aí de produzir e comercializar, né?

Identificou-se também que o Programa contribuiu para a autonomia das mulheres a partir da própria organicidade, fomentando sua participação nos espaços deliberativos. De acordo com Simone, do Alto Oeste:

> Eu já vi vários depoimentos de mulheres que diz assim: a partir do momento que eu comecei a participar do processo de organização e eu mudei a minha forma de ver o meu casamento, o poder, a forma de ver a minha vida, porque não é só ele que tem que vim para as reuniões, eu também tenho que que vir.

Sobre os limites encontrados, unanimemente, nos Territórios pesquisados, houve também uma grande demanda por linhas de crédito específico para mulheres, especialmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF Mulher, que concede crédito às mulheres para que estas invistam na compra de animais, instalações na propriedade rural, manutenção dos quintais produtivos, etc. No entanto, foi relatada a dificuldade e burocracia para o acesso ao crédito, que, ligado à falta de informação e acompanhamento[58], muitas vezes fazia com que a mulher desistisse ou não conseguisse acessar plenamente, de forma que, apesar de ser um programa que tem a potencialidade de incentivar as mulheres à busca pela sua autonomia financeira e facilitar o acesso à renda, poucas puderam, de fato, acessar.

Além disso, outra demanda que apareceu em todos os territórios enquanto demanda para o acesso à renda e autonomia financeira das mulheres foi uma Assistência Técnica que apoiasse e fortalecesse a auto-organização das trabalhadoras rurais, facilitando a produção e tornando viável a comercialização dos produtos. A partir da pesquisa, percebeu-se que, embora entrasse enquanto demanda das mulheres em alguns territórios como o Mato Grande e Potengi, a Assistência Técnica específica para mulheres era praticamente escassa.

Ademais, a partir das informações obtidas com base na pesquisa de campo, pode-se perceber que, apesar do limites e desafios apontados pelas mulheres rurais nos Territórios, o Programa contribuiu diretamente para busca das mulheres por

---

[58] Relatou-se que algumas mulheres deixavam de buscar o crédito por medo de ficarem endividadas. Sobre a falta de acompanhamento, foi exposto que quando as mulheres conseguiam acessar, acabavam utilizando o crédito para interesses do marido.

autonomia financeira, facilitando o acesso à renda a partir do financiamento de projetos específicos de beneficiamento de frutas, pescado, fabricação de doces e derivados de leite, artesanato, etc, tanto nas cooperativas, associações e feiras, incentivando a troca de experiências e fazendo com que as mulheres passassem a sair da esfera privada, ocupando espaços que eram tido como masculinos, como o mercado/comércio e os espaços políticos.

Na atual conjuntura, com a extinção do Programa Territórios da Cidadania, a maioria das mulheres relatou que boa parte do que havia avançado foi perdido, no entanto, alguns Comitês de Mulheres continuam se reunindo a fim de buscar estratégias para dar continuidade aos projetos.

O patriarcado e a construção do feminismo camponês e popular

Partimos do entendimento que a sociedade em que vivemos é uma sociedade **capitalista** (onde os donos dos meios de produção exploram o trabalho de quem só tem a força de trabalho para vender), **patriarcal** (onde a dominação exercida pelos homens sobre a vida das mulheres e sobre o seu trabalho é caraterísticas fundante da forma de organizar essa sociedade) e **racista** (que deprecia as pessoas por sua cor/etnia para poder explorá-la mais). Como nos explicou Saffioti, o capitalismo, o patriarcado e o racismo estão enovelados, ou seja, enroscados como fios em um novelo de lã, e assim conformam um sistema de exploração/dominação que vivenciamos hoje, saibamos disso ou não.

Para nós, camponesas entender o patriarcado e sua forma de se efetivar na nossa vida - a divisão sexual do trabalho - é parte importante da nossa libertação e construção de autonomia, pois assim podemos compreender porque trabalhamos tanto e nosso trabalho não é visto.

O patriarcado[59] pode ser definido como "a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens"[60]. ou como "patriarcado é uma

[59] Indicações de leituras para aprofundar a categoria patriarcado: SAFFIOTI, H. B. Gênero, Patriarcado e Violência. Perseu Abramo, São Paulo 2004; PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual.** Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1993;

[60] PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual.** Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1993

forma social em que os homens detêm o poder" [61], essas definições nos ajudam a identificar se o patriarcado existe ou não na realidade.

Na nossa casa, na nossa comunidade e nos nossos municípios conhecemos casos de homens que mandam em outras pessoas (geralmente mulheres) só pelo fato de serem homens?

Existem pessoas que questionam a validade do conceito de patriarcado, dizendo que ele não dá conta a realidade moderna, pois o pai, hoje não tem mais direito de vida e morte sobre seus filhos e filhas, mas para nós a questão não está no direito formal, mas no que acontece no cotidiano das família, quantas mulheres (filhas, esposas, namoradas) são assassinadas por homens? O ponto fundamental é a ideia de direito que os homens (pai ou não) pensam ter sobre a vida das mulheres, onde se encontra a justificativa para o poder do marido sobre a esposa? Fazer uma discussão do patriarcado como mero poder paterno, oculta o direito conjugal e sexual exercido pelos homens sobre as mulheres.

O patriarcado não apenas ainda mantém características visíveis na sociedade moderna, como de forma invisível regula as relações sociais entre homens e mulheres, não apenas no âmbito privado ou da família, mas na sociedade como um todo.

Saffioti (2004) nos explica que o patriarcado "***Não se trata de uma relação privada, mas civil***", e que ainda "***Configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade***" ou seja ele age além das relações pessoais, mesmo quando estamos na rua, na escola ou no trabalho, os homens se sentem superiores as mulheres. Outra caraterística discutida pela autora é que o patriarcado "***Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição***", disso resulta diversas violências dentro e fora do casamento. Para Saffioti o patriarcado "***Tem uma base material e corporifica-se***", isso significa que tem uma forma concreta de se manifestar na realidade, uma dessas formas é a divisão sexual do trabalho – que separa e hierarquiza trabalhos de homens e de mulheres -, dessa forma podemos dizer que "***Representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência***". (SAFFIOTI, 2004, p. 58).

Para denunciar essa realidade outras palavras já foram e continuam sendo usadas como: "Dominação masculina"; "opressão das mulheres"; "gênero", "relações sociais de sexo"; "falocracia"; "androcentrismo"; "relações de gênero", etc. Para nós,

---

[61] DELPHY. Christine. **Verbete PATRIARCADO (teoria do)**. In: HIRATA [et al], **Dicionário Critico do Feminismo.** UNESP. São Paulo. 2009

esses termos têm sua importância teórica e política, já que todos têm o objetivo evidente de questionamento da sujeição da mulher, pois elas não se referem só a atitudes individuais, mas a um sistema. Para Delphy (2009, p. 178), "eles se completam e opõem a termos como "sexismo" e "machismo", que denotam mais o nível das atividades e/ou relações interindividuais". Ou seja, quando falamos de machismo estamos nos referindo a atitude de uma pessoa, mas quando falamos de patriarcado nos referimos a uma forma de agir da sociedade.

Mas é importante falar que nós mulheres não estamos paradas vendo tudo isso acontecer, as mulheres ao longo da história vem lutando e construindo outras relações.

A luta das mulheres para superar as desigualdades entre homens e mulheres, por acesso a direitos, por respeito e pela construção de uma nova sociedade tem sido conhecida como luta feminista. Uma definição para feminismo, que acreditamos ser abrangente e nos permite perceber seu leque de ações, é a proposta por Buarque (2006):

> Feminismo é a **ação política das mulheres** em favor da **transformação das relações de poder entre homens e mulheres,** que incide na transformação da sociedade, através do combate às desigualdades, discriminações, opressões e explorações de sexo, com contribuições, teóricas e práticas, nos campos da organização política, das leis, dos hábitos e costumes, dos saberes e dos governos. (BUARQUE, 2006 p, 8)

No movimento feminista também existe um lema que diz: "***Feminismo é a ideia radical de que mulher é gente***". Isso não só resume a bandeira de luta das feministas, como nos permite enxergar os desafios que estão colocados para essa luta. Já que na contemporaneidade essa ideia ganha campo no marco legal, mas não se concretiza na vida das mulheres em geral, principalmente se fizermos um recorte de classe e etnia.

No campo, nós camponesas quando iniciamos as lutas não já nos reconhecendo como feminista de imediato, começamos a luta por ter direitos, pela valorização da nossa produção, pela preservação da vida das mulheres e do planeta, e foi na luta cotidiana que nos descobrimos como feministas, que entendemos que quando queremos igualdade e a construção de relações justas entre homens e mulheres, somos feministas. O feminismo é a construção da igualdade que respeita as diferenças.

Mas nesse momento temos buscado entender melhor nosso feminismo, não só como ele nasce, para como ele se expressa na nossa vida, quais a condições concretas que atuam na nossa vida que nos faz construir a luta feminista. É nessa perspectiva que temos buscado coletivamente construir o feminismo camponês e popular.

Ainda estamos construindo o que entendemos sobre feminismo camponês e popular, mas já partimos de alguns acúmulos coletivos: Nosso feminismo parte do entendimento que vivemos em uma sociedade que está dividida em classes sociais e nosso feminismo se coloca na luta de classes junto a classe trabalhadora; O feminismo camponês e popular tem na valorização do projeto de agricultura camponesa e agroecológica um elemento central, pois é na construção de uma agricultura baseada na agroecologia que o trabalho e a vida das mulheres são valorizadas; Ele é fruto da diversidade de sujeitos que compõe o campesinato e assim é necessariamente uma construção coletiva e uma construção de diversas culturas; o Feminismo Camponês e popular é luta e organização das camponesas; Tem organização na base, O nosso feminismo camponês e popular é composto pela luta pela produção dos alimentos saudáveis; pelo debate das plantas medicinais, pela agroecologia, pela luta pelo fim da violência contra as mulheres e por uma sociedade onde a igualdade de direitos e deveres sejam uma realidade.

Organização produtiva das camponesas – Como a divisão sexual do trabalho invisibiliza nosso trabalho

Pensar a organização produtiva das camponesas nos leva a pensar o nosso dia a dia. É preciso iniciar esse debate pensando como está distribuído o tempo das camponesas ao longo do dia, a que atividades dedicamos nosso tempo? Outro elemento importante nesse tema é como podemos saber a importância econômica, social e agroecológica do que produzimos.

O caráter da produção camponesa é familiar, o que nos possibilita uma participação mais expressiva na produção, mas também nos traz desafios que precisamos enfrentá-los com sabedoria e muita organização coletiva. Na família podemos ter nossas principais alegrias, mas nela também se encontra muitos desafios, pois é a partir de como organizamos nossa produção na família que podemos ver o trabalho das camponesas ter seu valor reconhecido ou não.

É importante que saibamos que as realidades de opressão/exploração não são realidades isoladas, vivenciadas apenas em uma ou outra família, mas que vivemos em uma sociedade baseada em um sistema de exploração/opressão Capitalista, Patriarcal e Racista, e a família é dos principais meios de manutenção desse sistema. Na família existem estruturas de poder que favorecem, na maioria dos casos, os homens, deixando mulheres e jovens em situação de vulnerabilidade. A lógica da família como uma unidade homogênea no qual os interesses são sempre comuns e representados por uma só pessoa não é real, pois mulheres e jovens tem interesses que muitas vezes são distintos do interesse do pai.

Essa realidade no rural tem trazido dificuldades históricas para o reconhecimento das camponesas como trabalhadoras. Mesmo as camponesas sendo responsáveis sozinha (ou com as crianças e jovens) pela produção realizada no quintal, produção essa que melhora a alimentação da família, possibilitando diversidade de produtos, mesmo elas passando parte significativa do seu tempo no trabalho com os animais[62] e com o trabalho na roça, seu trabalho é enxergado como apenas uma ajuda.

Várias ações das camponesas tentaram superar essa forma de tratar o trabalho das camponesas e as próprias, a luta pela previdência realizada pelas camponesas nos anos 80 é fruto dessa compreensão, que como camponesas somos trabalhadoras e que na família camponesas a produção é realizada por todos e todas. A luta dessas mulheres camponesas possibilitou muitos avanços.

As camponesas passaram a ser entendidas na lei como trabalhadoras rurais e assim passaram a ter direitos previdenciários e trabalhistas garantidos. A partir de 2003 essa luta passou também a contar com uma estrutura do Estado brasileiro que propunha políticas públicas para a diversidade de mulheres que compõe o campesinato brasileiro[63].

Nos últimos anos tendo sido realizado estudos sobre a produção realizada pelas mulheres camponesas, sobre o valor econômico, social e agroecológico dessa produção, mas ainda verificamos que a ideia de ajuda é muito forte e é preciso superá-la para avançamos na organização produtiva das mulheres.

---

[62] Cada região brasileira tem uma realidade, é preciso pensar a partir dela, no sul o trabalho com a produção de leite é tido como atividade de mulher, já no nordeste o trabalho com animais é mais comum com pequenos animais, como galinhas, caprinos, ovinos.

[63] A extinção da Diretoria de Políticas para as Mulheres e quilombolas do MDA em 2016 representa um retrocesso nas conquistas das camponesas.

Diante dessa realidade é importante discutirmos entre nós sobre o termo "*ajuda*". Nós camponesas fazemos o que da hora que acordamos até a hora de dormir e os homens? É possível perceber que o termo "*ajuda*", não tem o mesmo sentido quando nos referimos à ajuda realizada pelo homem e a ajuda realizada pela mulher.

Quanto ligado ao trabalho das mulheres a ajuda carrega o sentido de trabalho pouco importante, como se desnecessário fosse, mas mesmo assim é uma obrigação, sendo as mulheres muitas vezes repreendidas (ou mesmo agredidas) quando se atrasam, quando não conseguem chegar ao local de trabalho. Em SANTOS (2012)[64] uma das camponesas entrevistadas demonstra essa situação: "*ao contar que, quando se atrasava para ir ao roçado, devido às muitas tarefas domésticas que tinha, pois com nove filhos sempre tinha muita roupa para lavar, o marido reclamava e perguntava: "O que você tava fazendo, que chegou uma hora dessa?*".(SANTOS, 2012 pp 160)

Em pesquisa realizada por SANTOS, 2012 uma camponesa paraibana fala sobre como ajuda o marido no roçado:

> O mais pesado é com o homem, né? Tem muitos serviço aqui na agricultura que num adianta a mulher dizer que faz, porque o pesado mesmo ficou pra homem. Mas a gente tá lá. Tamos quando planta, ajuda na colheita, na roça do mato, na cavagem de terra, o trabalho com animal, esse aí também é comigo, né? Estrumo a terra. A gente tá sempre nessa divisão. (IPÊ-ROXO)

Nessa primeira situação a palavra ajuda é uma forma de não permitir que as mulheres possam se reconhecer como sujeitos, como importantes ao processo produtivo, pois no momento em que elas perceberem que sem seu trabalho a produção seria menor, talvez essas buscassem participar também das decisões sobre o processo produtivo, decisões que de fato, em muitos lugares ainda é exclusiva dos homens, mas não é só as decisões que precisam ser de homens e mulheres, mas também a renda advinda do trabalho.

Existe uma mudança muito grande de significado quando o termo ajuda se refere ao trabalho realizado pelos homens. Quando uma mulher (camponesa ou não)

---

[64]SANTOS, Michela K A C. dos. Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre a Agroecologia e e as questões de gênero. Dissertação apresentada para obtenção do titulo de mestre em Serviço social. UFPE. Recife. 2012

diz que o homem ajuda em casa, esse é um trabalho que nem sempre tem regularidade, que aparece como um favor, uma benesse realidade por alguém benevolente.

Sobre o termo ajuda atribuído ao trabalho realizado pelos homens em locais que são socialmente considerados trabalho de mulher. As entrevistadas trouxeram falas no seguinte sentido: "Ah, quando ele não ta fazendo nada, ele ajuda, coloca água" ou "se eu não estiver em casa, ele ajuda, faz o arroz".

Superar os dois significados da palavra ajuda é um desafio posto para avançamos na organização produtiva das mulheres, sendo um desafio para o feminismo camponês e popular.

Dessa forma, dividir, de fato, todas as atividades produtivas/reprodutivas é construir as relações sociais de forma justa, sem que uma pessoa – homem ou mulher – explore outra, sem que exista sobrecarga de trabalho para nenhum membro da família, muito menos que essa sobrecarga ocorra sobre uma única pessoa, apenas como consequência do sexo desta.

A partir do entendimento que a presença das camponesas na economia rural é marcada por essa forte divisão sexual do trabalho e que isso trouxe a elas prejuízos organizativos, trazendo dificuldades para que elas acessassem políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômica das famílias camponesas.

O que é essa divisão sexual do trabalho?

Ela se caracteriza por dividir os trabalhos em trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, colocando como trabalho de homem tudo que é considerado produtivo e de mulher tudo que é considerado reprodutivo (ou de cuidados), mas não faz apenas a separação, como também diz que um é mais importante que o outro, ou seja o trabalho realizados pelos homens tem forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.), enquanto o das mulheres são considerados dons da natureza e não necessita de formação ou estudos. (KERGOAT, 2009 p. 67 e HIRATA E KERGOAT, 2007 p, 599)

Para nós, a realidade rural, que deveria desmistificar essa situação tendo em vista que sempre trabalhamos e nosso trabalho é produtivo, pois estamos diretamente trabalhando com produção de alimentos e gerando renda monetária e não monetária, mas como o patriarcado atua como um sistema, ele dificulta entendemos a essência dessa exploração, diminuindo a importância do nosso trabalho.

É necessário que as mulheres se organizem e pensem coletivamente quais as saídas possíveis para avançar no reconhecimento do trabalho das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTTO, A.; FARIA, N.; HORA, K.; DANTAS, C.; NOBRE, M. (Orgs). **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.

CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B.; NIEDERLE, P. A. (Orgs). **Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife : Editora UFPE, 2014. 437 p. : il

SANTOS, N. S.; IWAMOTO, H. M.; CANÇADO, A. C.; BARBOSA, G. F.; RODRIGUES, W. Mulheres e Desenvolvimento: o papel das mulheres no desenvolvimento do Território da Cidadania do Jalapão - TO. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 130 - 147, ago. / dez. 2016.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA COMPLETA 9 ANOS. 2017. Disponível em: <http://lula.com.br/territorios-da-cidadania-completa-9-anos>. Acesso em 27 de março de 2018.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 2ª Ed.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 20015. 2ª Ed.

Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia.

Estatísticas rurais e a economia feminista

O feminismo Camponês e popular, um dialogo entre feminismo, agroecologia e a realidade camponesa

Michela Calaça[65]

INTRODUÇÃO

Essa artigo busca apresentar uma discussão sintética sobre o feminimo camponês e popular, como uma construção das camponesas que ao se descobrirem feministas buscam qualificar e descrever seu feminismo. Tendo em vista a complexidade do debate sobre o feminismo camponês e popular, escolhemos dois elementos para discutir nesse artigo. Um será a categoria camponês pensada no contexto brasileiro, como também a agroecologia, elemento que segundo as camponesas é parte fundante do seu feminismo. A escolha dessas duas categorias entre inúmeras outras que perpassam a construção do feminismo camponês e popular, acontece pois elas nos permite o dialogo com os temas e autores apresentados na disciplina de Sociologia rural, já que esse artigo foi feito para ser parte do processo de avaliação desta disciplina.

O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR - UMA APROXIMAÇÃO

O feminismo Camponês e Popular tem sido uma construção da *Coordinación Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (Cloc), Essa é uma articulação de movimentos sociais ligados à pauta rural, cuja a principal luta unitária é a construção da soberania alimentar dos povos por meio da agroecologia. A Cloc nasceu em contraposição às comemorações dos 500 anos de invasão da América Latina, por volta do final dos anos 90 do século passado. É composta atualmente por 84 organizações de 21 países da América Latina e Caribe. (CLOC, 2016). A Cloc é a principal e maior organização de camponeses da América Latina e Caribe, e faz parte de *La Via Campesina Internacional*[66]. No Brasil, os movimentos sociais que

---

[65] Doutoranda em Ciências Sociais pela UFCG. Email: michela.calaca@gmail.com

[66] *La Via Campesina* é um movimento internacional que reúne organizações locais e nacionais em 73 países da África, Ásia, Europa e nas Américas. Sendo movimento articulado, autônomo, pluralista e multicultural, independentemente de qualquer vinculação política, econômica ou de outro tipo (LA VIA CAMPESINA, 2016).

compõem *La Via Campesina Brasil*[67] estão também organizados em nível de América Latina nessa coordenação.

A Cloc está dividida em cinco regiões. A primeira é chamada de *Cone Sul*, da qual fazem parte os movimentos dos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. A segunda é a *Andina*, com Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. A terceira é *Centro América*, com Belice, Costa Rica, El Savador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá. Depois, o *Caribe*, com Cuba, Haiti e República Dominicana, e, por último, *Norte América*, com México. (CLOC, 2016)

Por muito tempo, as mulheres rurais, mesmo as organizadas em movimentos sociais e movimentos auto-organizados, se negaram feministas. Acreditamos que isso se deva a preconceitos criados no imaginário da população em relação às feministas e suas lutas, mas também ao forte viés urbano no desenvolvimento do feminismo, como também um forte combate conservador que levou a criar estereótipos do que seria o feminismo. Mas ao nos debruçamos sobre o cotidiano das lutas travadas pelas mulheres da Cloc, encontramos no dia a dia dessas camponesas, inúmeras atitudes e reivindicações feministas, mas que não se autodenominavam como tal ou que mesmo faziam questão de se negarem feministas, sendo que a prática feminista podia ser nitidamente percebida nas suas ações.

Buscamos elementos desse debate na pesquisa de Santos (2012), na qual se analisou se a agroecologia, via o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), contribuía para a autonomia das camponesas. A pesquisa encontrou formas bastante diferenciadas de organização delas. Houveram casos em que as mulheres se organizaram a partir de coletivos de produção para fabricar doces, queijos, biscoitos e outros produtos com o objetivo de comercialização. Em outros lugares, o trabalho com as camponesas é realizado a partir dos intercâmbios, que retiram as mulheres da sua propriedade para visitar outras comunidades, como também valorizam seu trabalho, levando outros camponeses e camponesas a conhecê-lo, essa estratégia contribui para romper um isolamento histórico vivido pelas camponesas. Outra forma de organização de mulheres, encontrada na pesquisa de Santos, tem início no trabalho

---

[67]*La Via Campesina Brasil* é composta pelos seguintes movimentos: Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores rurais sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Conselho indigenista missionário (CIMI), Articulação dos povos indígenas (APIB), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), Associação de assalariados rurais (ADERE), Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM).

de incentivo à participação das mulheres na comissão de saúde e alimentação da ASA estadual, na discussão sobre plantas medicinais.

Todas essas formas de trabalho com as mulheres, em um primeiro olhar, parecem reforçar o lugar da mulher como cuidadora e responsável pelo conjunto de atividades domésticas. Em uma análise mais apurada, concluiu-se que ocorre o contrário: as camponesas se organizam a partir do seu cotidiano, e o ressignificam quando passam a ser responsáveis pela gestão do dinheiro gerado pelo seu trabalho, ou mesmo ao se tornarem referências no que fazem, ao passarem a sair de casa para falar sobre seu trabalho, ou ao receberem visitas através de intercâmbios. O sair de casa gerado por essas razões, muitas vezes, muda a vida dessas mulheres, como conclui Santos (2012, p.162 -166).

A maioria das mulheres estudadas por Santos (2012) não são camponesas organizadas na Via Campesina[68], mas suas realidades são muito similares, o que nos permite fazer a associação.

Mas não eram apenas as camponesas que não se entendiam como feministas, muitas lutas das mulheres camponesas não eram entendidas como lutas feministas. Uma velha divisão entre luta geral e luta especifica que não ajuda a compreender e transformar uma realidade tão complexa como a atual, pois os impactos da luta de classes (muitas vezes considerada como a geral) e do racismo atingem com maior força a vida das mulheres e no campo essa realidade só se amplia. Dizer isso é reforçar que as lutas travadas pelas trabalhadoras rurais, por direitos, na Constituição de 88, pela regulamentação dos direitos conquistados durante os anos 90, pela conquistas de novos direitos trabalhistas, na campanha Nenhuma Trabalhadora Sem Documentos, pela agroecologia como modo de vida e movimento, pelo projeto de agricultura camponesa, na produção de alimentos saudáveis como pauta contra o capital e o agronegócio, pela construção do socialismo e libertação das mulheres, são necessariamente lutas feministas.

O feminismo camponês e popular é fruto da diversidade de sujeitos que compõem o campesinato, e assim é necessariamente uma construção coletiva. Nesse sentido, a discussão sobre o que entendemos quando discutimos a categoria camponês nos ajudará a tirar essa categoria apenas do campo da política, mas coloca-lo no seu

---

[68] Algumas das camponesas entrevistadas por Santos (2012) eram da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização que compõe a Via Campesina.

devido lugar que é como fruto de uma leitura da realidade concreta das mulheres do campo, das florestas e das águas.

A CATEGORIA CAMPONÊS EM SI

Teodor Shanin (2005) propõe, no seu texto sobre a definição de camponês, iniciar o debate pelos motivos que nos levariam a deixar de usar a categoria analisada. Nosso caminho é justamente o contrário, pois partimos do porquê entendemos ser importante utilizar a categoria camponês. Mas, como o próprio autor propõe no texto, consideramos o contexto e a maneira que a categoria pode ser operada em cada contexto, e chegamos à mesma conclusão que SHANIN:

> Em última instância, os conceitos devem servir não a "uma questão de reconciliação dialética de conceitos", mas à "compreensão das relações reais".[46] Devemos acrescentar, aqui, o compromisso, dentro da tradição socialista, de definir as dimensões da opressão do homem pelo homem e os caminhos da luta para combatê-las. Excetuando sua mistificação e sua utilização ideológica, o conceito de campesinato cumpriu, muitas vezes, todos esses serviços. Esta capacidade ainda não se esgotou. (2005, p. 20)

A Cloc tem como elemento de leitura da realidade a necessidade de uma transformação radical do sistema que vivemos atualmente. Nesse sentido, um diálogo entre a construção do feminismo camponês e popular e o pensamento teórico passa necessariamente por uma aproximação com o Marxismo.

Quando analisamos a forma como a categoria camponês é usada por Marx, em O Capital ou por outros clássicos do marxismo como Lênin, em o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, ou no Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América, percebemos que a categoria camponês é utilizada indistintamente em relação à posição de classe, chegando Lênin (2018) a mencionar Camponês rico como aquele que apenas detém a propriedade da terra e camponês pobre o que a explora para sua sobrevivência, sendo esses parte do que seria o povo, mas não necessariamente parte da classe trabalhadora. No Brasil, porém, mesmo os movimentos que reinvidicam a categoria campesinato sendo fortemente marcados pelo Marxismo, percebe-se que usam do termo camponês ou campesinato com um recorte claro de classe.

Entendemos que, no Brasil, a existência das ligas camponesas trouxe um elemento de luta e resistência à categoria camponês. Mesmo que uma parte significativa da esquerda brasileira apenas lembre do termo camponês a partir das ideias que Marx (2011) apresenta sobre o campesinato francês no 18 Brumário de

Luís Bonaparte, é importante destacar que em outras obras de Marx e de Lênin, eles demonstram que o campesinato se mobiliza quando suas condições de existência estão ameaçadas, não existindo nenhuma predisposição em ser passivo ou revolucionário, mas pessoas que se movem a partir das condições postas na realidade.

No entanto, no Brasil, mesmo existindo um elemento histórico importante conhecido como ligas camponesas, o termo camponês é uma categoria que se constrói historicamente diante de muitas polêmicas: acadêmicas e políticas, que na nossa avaliação tinham entre si uma relação direta.

Para discutir o que estamos chamando de camponês, partimos da descrição feita por Eric Wolf (1976), no intuito não de fechar conceitos e parâmetros para definir alguém como camponês, mas de buscar elementos de uma realidade camponesa estudada:

> Já falamos dos camponeses como cultivadores rurais; ou seja, eles cultivam e criam gado no campo e não em estufas construídas no centro da cidade ou em canteiros de lírios em peitoris de janelas. Mas ao mesmo tempo não poderemos chamá-los de fazendeiros ou empresários agrícolas, (...) O camponês entretanto não realiza um empreendimento no sentido econômico, ele sustenta uma família e não uma empresa. (WOLF, 1976, p 13)

Mesmo correndo o risco de sermos muito superficiais na nossa analise sobre o que é ser camponês, insistimos em descrevê-los como fez WOLF (1976), para fugirmos de análises idílicas que colocam o camponês como um sujeito que não muda e apegado às tradições, ou de outras análises em que cabem todos os tipos de atividades rurais no termo camponês. Não queremos aqui trabalhar com dogmas que vão prender o camponês em uma situação de pobreza e escassez, mas é necessário deixar evidente que o empresário rural, aquele que tem no seu negócio rural apenas uma forma de valorização do seu capital, não é camponês, pelo menos não na forma como os movimentos sociais brasileiros que reivindicam o uso dessa categoria a entendem, perspectiva também presente nos teóricos que estudam esses movimentos.

Dizer isso é demarcar de início que entendemos que o campesinato no Brasil é uma fração (POULANTZAS, 1977) da classe[69] trabalhadora, que outras categorias são (e devem ser) aplicadas a outros sujeitos que existem no campo, categorias que

[69] As classes sociais para Marx são uma divisão na sociedade que se caracteriza prioritariamente pelo elemento econômico e a posse ou não dos meios de produção, mas não só por eles. Marx e Lênin vão lembrar que as questões políticas e ideológicas também são importantes na constituição de uma posição de classe (POULANTZAS, 2018). Esse para nós é um elemento importante para pensar o campesinato no Brasil.

também demarcam classe social, como é o caso de empresário rural, ou mesmo categorias profissionais que sejam indistintamente usadas no que se refere à classe, como é o caso de agricultor familiar, produtor rural, entre outras. O campo brasileiro é múltiplo, e, assim, precisam ser analisados os sujeitos que o compõem.

Entretanto, o termo camponês (como ocorre com outros termos) precisa ser mediado pela história, sempre atualizado, na medida que a sociedade muda. Nosso entendimento do camponês situa-o enquanto uma fração da classe trabalhadora, e o colocamos fora das especificidades do feudalismo, pois o camponês existiu não apenas no feudalismo, mas também em outros modos de produção. A atividade camponesa se constitui como uma atividade de produção mercantil simples, não se constituindo num modo de produção específico, e, como tal, pode estar presente e desenvolver-se sob diferentes modos de produção (MARX, 2008). Dessa forma, é possível explicar o que nitidamente se percebe na contemporaneidade: camponeses que, guardadas as diferenças de tempo e espaço, se constituem numa unidade econômica doméstica, baseada no trabalho e na necessidade da família, como discutem Chayanov (1974) e Wolf (1976).

Dizer que o campesinato tem como objetivo atender as necessidades de sua família não significa dizer que não existem necessidades atendidas a partir da venda e do comércio. Pelo contrário, como dissemos no parágrafo acima, o camponês tem como característica ser parte de um sistema mercantil simples. Em uma sociedade como a atual, na qual as necessidades são criadas pelo próprio sistema capitalista, os camponeses não têm como estar fora dessa realidade, o que muitas vezes tem se colocado como desafio dessas famílias e motivação para buscarem a modernização da produção e maiores inserções no mercado. Ou seja, o que buscamos deixar evidente é que a relação com o mercado em uma sociedade como a que se vive hoje é inevitável, mas mesmo antes da generalização dos mercados os camponeses já realizavam trocas mercantis. Entendemos que buscar colocar o campesinato como algo fora do sistema capitalista não condiz com uma analise concreta da realidade.

Muito do debate realizado sobre a existência do camponês no Brasil é fortemente marcado por um debate economicista dos autores marxistas, que buscavam analisar a realidade brasileira a partir dos elementos econômicos, e deixavam de lado o que Marx chamou de superestrutura, na qual a ideologia e a política também determinam parte da realidade.

Nesse caminho, a relação entre proletário rural e camponês faz parte dessa longa polêmica sobre a existência do camponês no Brasil. Esse tema foi enfrentado por Caio Prado Júnior (1966) e por Otávio Velho (2009), no que se refere à proletarização do rural. Velho (2009: 94) faz um debate que distingue o proletário rural do camponês, colocando-os como extremidades de um *continuum*[70], mas se faz necessário buscar, na história brasileira, alguns elementos que possibilitem analisar essa lógica usada por Velho (2009).

Para essa análise nos referenciamos em Palmeira (2009) e Garcia (1990). Palmeira (2009, 203), traz uma brilhante descrição dos camponeses da região açucareira do nordeste sobre seu modo de vida. No texto, é possível perceber que o camponês, quando não consegue naquele ano garantir o atendimento de suas necessidades e a da família até o ano seguinte, vende a sua força de trabalho (termo usado por nós e não por Palmeira) para garantir a permanência no campo, tema também amplamente trabalhado por Garcia (1990) no seu estudo sobre a migração camponesa na Paraíba. Outra importante contribuição nesse debate é o trabalho de Antônio Candido (2003), que vê as mudanças acontecendo na realidade camponesa do estado de São Paulo.

No nosso entendimento, essa realidade se mostra não como propõe Velho (2009), *um continuum*, mas sim como tratou Chayanov (1975) e Garcia (1990) quando colocam o atendimento às necessidades da família camponesa como a razão do seu trabalho, seja ele dentro ou fora de sua propriedade. Dessa forma, fica evidente na nossa analise que o proletário rural pode ser parte constitutiva desse campesinato brasileiro, que, devido às situações climáticas, políticas, econômicas e/ou sociais, precisam vender sua força de trabalho, na busca de suprir as necessidades de sua família, podendo essa situação tornar-se definitiva ou apenas ser emergencial, pois o vinculo com o campo se mantém.

Em uma realidade de um país colonizado e que tem sua história marcada por violência no campo, queremos discutir como o campesinato brasileiro se formou, e para isso trazemos Cardoso (2009), no seu estudo sobre o camponês na época da escravidão. Cardoso (2009: p. 98) apresenta uma tipologia que ajuda na nossa reflexão sobre a constituição do campesinato Brasileiro. Ele tipifica o campesinato brasileiro: **Camponês não proprietário**, onde inclui desertores, escravos fugitivos,

---

[70] Grifo do autor.

arrendatários e lavradores independentes; **Camponês proprietário**, no qual ele traz como exemplos os brasileiros e os colonos do sul, assim como outros exemplos de famílias que eram contratadas para época de colheita e no final do contrato recebiam uma pequena quantidade de terras para praticar agricultura dita de subsistência; traz ainda as **atividades camponesas dos quilombos** e o que chama de **protocampesinato escravo**, realidade em que alguns escravos tinham o direito de plantar para sua alimentação nas terras dos senhores, situação que barateava ainda mais o custo de produção para o senhor de escravos.

Pensando de forma mais contemporânea, buscamos nos referenciar nos debates feitos pelos movimentos sociais organizados na Via Campesina, onde o campesinato é bastante diverso e composto por escravos fugidos (quilomobolas) ou "libertos", colonos estrangeiros que vieram para o Brasil para trabalhar nas lavouras, indígenas, trabalhadores que foram levados para colonizar áreas longínquas (em referência à forma como eram vistos aos estados da região norte), povos extrativistas, quebradeiras de coco babaçu, assentados de reforma agrária, sem-terras que muitas vezes têm origens rurais tão remotas que nem mesmo chegaram a conhecê-las, moradores de fundo de pasto da Bahia, entre outros sujeitos que formam uma diversidade do ser camponês no Brasil. A busca da unidade na categoria camponês nos parece que é a construção da unidade na diversidade, não uma tentativa de homogeneizar o que é diverso.

Ou seja, nos parece a questão agrária brasileira nos desafia a pensar um campesinato amplo, formado por camponeses que nasceram e sempre viveram do trabalho rural nas suas terras ou de outros, assim como pelos que, tendo ou não suas terras, precisaram vender sua força de trabalho para garantir a sobrevivência de suas famílias, e por camponeses que a muito estavam na cidade e estão voltando ao campo via reforma agrária.

Mesmo nossa opção sendo por caracterizar e apresentar o debate sobre a categoria camponês, acreditamos que, na atualidade, existe um novo termo para definir essas famílias que chamamos aqui de camponesas, e não podemos deixar de apresentar nossa visão sobre esse termo, que é agricultura familiar.

Agricultura familiar tornou-se, nos últimos 20 anos, uma categoria chave para entender o campesinato na atualidade. Sua origem data dos anos 90, quando após diversas lutas travadas pelos camponeses no sul, norte e nordeste principalmente, por terra, por políticas públicas e contra a violência no campo, o Estado passa a atender

parte das demandas desses camponeses, momento em que surgem mais assentamentos de reforma agrária, uma política de crédito voltada para esse público, e se massifica a lógica da modernização conservadora no rural brasileiro (GRAZIANO, 1982).

A população camponesa descrita nesse artigo sempre foi tratada com termos de subordinação ou subjugação: como pequeno produtor, agricultura de subsistência, agricultor baixa renda. Sendo alvo apenas de políticas emergenciais e não de políticas públicas comprometidas com seu desenvolvimento econômico e social, muito menos voltadas a atender suas necessidades ou especificidades. Faltavam política de extensão rural, crédito e comercialização adequadas.

Após anos de luta, o Estado cria em 1995/96 o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BIANCHINI, 2015), programa esse voltado a "*modernizar*" a propriedade familiar, e implementado na lógica da revolução verde, no qual pacotes tecnológicos eram destinados ao estabelecimento de uma cultura[71] e não na lógica de fortalecimento dos diversos subsistemas existentes em uma propriedade camponesa, mas mesmo assim começava o reconhecimento da existência de uma agricultura que sempre foi invisível ao Estado. Essa categoria aparece no cenário brasileiro influenciada pelas novas formas de organização do campesinato europeu, e irá representar uma disputa de narrativa sobre o campo brasileiro.

Em 2006, o Estado cria uma lei para definir o que é agricultura familiar. Nesse momento, as forças em disputa que se encontram nos espaços representativos do Estado brasileiro definem a Agricultura Familiar de forma genérica e aberta, o que passa a gerar mais controvérsias no debate acadêmico. A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, diz que:

> Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que *4 (quatro) módulos fiscais*; II - utilize *predominantemente* mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (Grifo nosso).

[71] Cultura aqui entendida como um termo agronômico, que pode ser a cultura do inhame, da mandioca, da banana, etc.

Nessa definição, é possível incluir muito mais que camponeses no sentido de classe que usamos nesse artigo. É uma lei na qual podem ser encaixadas empresas agrícolas familiares, grandes ou pequenas. Nossa atenção com o termo está apoiada numa ideia que apresentamos no início desse artigo, de que o mundo é dividido em classes e que o camponês pertence à classe que ainda é dominada e explorada pelo capital. Essa lei deixa escondida essa contradição, colocando em uma mesma categoria quem explora e quem é explorado, fazendo com que o Estado apresente propostas para um único grupo como se apresentasse para todos.

Mas a realidade é muito mais complexa do que algumas vezes conseguimos demonstrar, e o termo que foi criado, na nossa avaliação, em resposta à luta dos camponeses, torna-se uma mistificação, mas essa mistificação ocorre no e para o Estado. Quando voltamos o olhar para as famílias em si, concordamos com Wanderley (2009), que traz que agricultura familiar e campesinato guardam certa equivalência.

> Que fique claro, desde já, que entre agricultores familiares e camponeses não existe nenhuma mutação radical que aponte para a emergência de uma nova classe social ou um novo segmento de agricultores, gerados pelo Estado ou pelo mercado, em substituição aos camponeses, arraigados às suas tradições. (WANDERLEY, 2009, p. 40)

No nosso entendimento, isso significa que a categoria agricultura familiar volta a ter a complexidade que a categoria camponês tinha para Marx e Lênin, ou seja, pode ser permeada pelas duas classes fundamentais do capitalismo, mas que majoritariamente é composta por camponeses, pelos que, com pouca terra, têm na força de trabalho familiar a base da sua economia.

Diante disso, temos a análise de que a categoria camponês no Brasil não só representa uma análise concreta da realidade como também desempenha um papel importante de dar unidade à diversidade de sujeitos que compõe esse campesinato, que, para além das diversas identidades já menciondas nesse artigo, precisamos lembrar que é composto por aproximadamente 50% de mulheres, o que também lhes impõe ampliar sua forma de intervenção social, pois o campesinato tem cada vez mais sido pautado pelas camponesas para construir novas relações entre homens e mulheres.

Outro elemento importante para a discussão sobre o feminismo camponês e popular é a agroecologia como parte do modo de vida camponês, modo de construção da soberania alimentar que é a pauta central da Cloc. No Brasil, a agroecologia e a categoria camponês têm andado juntas, pouco no debate acadêmico, mas muito nas organizações não governamentais e movimentos sociais do campo que têm a agroecologia como referência para um novo modelo de desenvolvimento.

O PARADIGMA AGROECOLÓGICO: BASES EPISTEMOLÓGICAS E CONCEITOS

Em entrevista a Siliprandi, como parte da tese de doutorado da autora, Sevilla Guzmán diz que as três principais fontes que contribuíram para a construção dessa corrente de pensamento foram: uma vertente agronômica, representada principalmente pelos trabalhos de Altieri e Gliessman; uma vertente sociológica, representada pelos estudos desenvolvidos pelo próprio Sevilla Guzmán e outros pesquisadores, a partir do trabalho com cooperativas de trabalhadores rurais na Andaluzia; e a vertente indígena/camponesa, vinculada aos movimentos sociais, principalmente do México, e representada por Victor Toledo e Enrique Leff, entre outros. (SILIPRANDI, 2009. p.103).

Cada autor citado possibilita maior visibilidade no conceito de agroecologia, a partir do tema que mais se aproxima de sua prática. Fica evidente, todavia, a complementaridade das definições e conceitos.

Para Caporal e Costabeber (2004. p. 7), a agroecologia é a "Ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável". É a partir desse entendimento que se pode compreender como seus princípios podem ser utilizados de várias formas, de acordo com as condições específicas encontradas em cada lugar.

Mas a agroecologia como ciência é uma aproximação da academia com as práticas desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais na construção do diálogo de conhecimentos, na busca de como construir coletivamente conhecimentos com e para os povos. Mas essa aproximação não se dá sem tensões, e parte dessas

tensões deve-se à dificuldade de reconhecer a importância das camponesas na preservação dos costumes, das espécies e dos modos de viver que são mais adequados na construção de uma relação harmônica com a natureza.

É importante frisar que esse papel de preservar a natureza, de se manter na resistência aos pacotes tecnológicos que a Revolução Verde impôs à agricultura via conhecimento acadêmico e assistência técnica, não ocorre por uma predisposição natural das mulheres à preservação, nem por um dom atribuído somente as mulheres, mas acontece em parte porque o conhecimento considerado científico na maioria das vezes não enxergou as mulheres, porque a assistência técnica só dialogava (o que infelizmente ainda acontece hoje) com o considerado "chefe" da família, impondo às camponesas um modelo do qual não faziam parte.

A base da Agroecologia é a análise da evolução conjunta dos sistemas biológicos e sociais, e o reconhecimento de que essa evolução teria sido captada pelos/as camponeses/as tradicionais – agricultores/as, indígenas, quilombolas, extrativistas... –, através de suas experiências no manejo da produção, em um processo de tentativas e erros, cujos aprendizados foram transmitidos pelo modo de produção e pela cultura (SILIPRANDI, 2009; CAPORAL, 1998; CAPORAL e COSTABEBER, 2004; ALTIERI, 2009), assim reconhecendo que a agroecologia é experiência cotidiana de trabalho que permite via ciência ser sistematizada, analisada e ampliada.

Por isso é que, do ponto de vista da construção do conhecimento agroecológico, o papel das populações rurais tradicionais, de resgatar seus saberes, é fundamental para o conjunto da proposta agroecológica.

Para Altieri (2009) a agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho:

> Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. (ALTIERI, 2009, p. 23)

Ou seja, ela se propõe a ser uma ciência não positivista, mas que possibilita o diálogo entre as diversas ciências, ou melhor, entre os diversos ramos da ciência. Assim diz Sevilla Guzman (2007):

> La Agroecología crítica al pensamiento científico: por un lado, desvelando el etnocentrismo sociocultural de las Ciencias Sociales como construcción histórica europea que centra su pesquisa en una única propuesta civilizatoria que excluye de su acervo conceptual a las demás. Y, por otro lado, pretendiendo modificarlo, probando además la necesidad de complementar los hallazgos científicos agropecuarios y forestales con aquellas "prácticas campesinas e indígenas" que han mostrado su sustentabilidad histórica. (SEVILLA GUZMÁN, 2007, p. 1)

Essa definição ainda mais ampla possibilita uma compreensão do potencial transformador que a agroecologia traz à ciência.

Segundo Hecht (1993):

> Definida grosso modo, a agroecologia geralmente incorpora ideias sobre um enfoque da agricultura mais ligado ao meio ambiente e mais sensível socialmente; Centrada não só na produção como também na sustentabilidade ecológica do sistema de produção. A isso se poderia chamar de uso "normativo" ou "perspectivo" do termo agroecologia, porque implica um número de características sobre a sociedade e a produção que vão muito além dos limites da propriedade. (HECHT, 1993, p. 7)

A autora faz uma leitura do tema como uma forma de produção, mas deixa clara a necessidade de alterações além dos limites da propriedade rural. Muitas organizações que trabalham com o meio rural entendem a Agroecologia dessa forma e têm buscado construir, junto com as famílias camponesas, estratégias de produção que vão além das técnicas agronômicas. A partir desse entendimento, busca potencializar os trabalhos das mulheres e dos jovens, o que não apenas contribui para uma produção mais adequada ambientalmente, mas possibilita (ou pode possibilitar) uma redefinição de papéis na família.

Hecht ainda afirma que a ciência e a prática da agricultura, desde os seus primórdios, foram "agroecológicas", pois eram resultado de adaptações contínuas dos seres humanos aos ecossistemas e às variações ambientais, por meio das quais foram acumulando conhecimentos e aperfeiçoando seus métodos. A Agroecologia apenas recuperou uma herança agrícola destruída pela agricultura moderna e, particularmente, pelas ciências agronômicas, que imbuídas, em muitos casos, de preconceitos de classe, etnia, cultura e gênero, haviam desprezado esse conjunto de conhecimentos e as

pessoas que os produziam e repassavam (HECHT, 1993, p. 4; HECHT, 2002, p. 26 apud SILIPRANDI, 2009).

Nossa análise parte do entendimento de que as ciências, revestidas do manto da neutralidade e objetividade, sempre se colocaram a favor de uma classe, de uma raça e de um sexo, mas sempre dos dominantes, nunca dos subalternos.

AGROECOLOGIA E O FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR

O Movimento de Mulheres Camponesas tem, desde 2010, discutido qual é o seu feminismo, e o que o feminismo significa para as camponesas. É a partir desses debates que as camponesas se reconhecem como uma unidade com diversas identidades: Como mulheres indígenas, agricultoras, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, extrativistas, entre outras identidades. Se reconhecem, a partir da organização em movimento, como lutadoras do povo, que constroem a soberania alimentar baseada na agroecologia como modo de vida, e apontam esses elementos como parte do seu feminismo.

Na CLOC existem histórias comuns de organização das mulheres. São mulheres que começam a se organizar no período de redemocratização na América Latina, a partir de pautas ligadas ao acesso à terra, ao respeito aos povos do campo, das florestas e das águas, por soberania alimentar, no enfrentamento ao agronegócio, por valorização da vida das mulheres e da natureza. Para alguns, essas pautas não eram pautas feministas. Por algum tempo, nem elas mesmas se reconheciam assim, afinal, o feminismo, por vezes, paceceu algo distante. Discutia-se, nos movimentos da CLOC, e assim também foi no MMC a princípio, as interrelações entre Gênero e Classe, sendo que as camponesas organizadas no MMC em 2004, quando assumem o desafio da nacionalização de movimentos que eram apenas estaduais e locais, já se identificavam como feministas. Para elas ficava cada vez mais evidente que o debate de gênero não dava mais conta de enfrentar os desafios que encontravam. Elas percebem que a construção cotidiana da agroecologia, da organização popular, da relação com outras organizações de mulheres, e até mesmo as próprias lutas travadas por elas, só faziam sentido dentro do feminismo, e assim também foi acontecendo com outros movimentos de mulheres da CLOC, e é nessa construção que em 2010 as mulheres da CLOC começam a cunhar o termo Feminismo Camponês e Popular.

As mulheres da Cloc têm buscado construir coletivamente o que entendem e o que querem dizer com o Feminismo Camponês e Popular. Ainda estão dando os

primeiros passos, nessa que deve ser uma construção de tempo e fôlego, pois precisa contemplar todas as organizações camponesas da Cloc, ou seja, a diversidade camponesa da América Latina.

Mas elas já partem de pontos comuns: Esse feminismo parte do entendimento que a sociedade que está dividida em classes sociais e o feminismo camponês e popular se coloca na luta de classes junto à classe trabalhadora; Esse feminismo tem como antagonistas o capitalismo, o patriarcado e o racismo, cuja expressão no campo é o agro e hidronegócio; Luta-se contra o patriarcado que violenta e invizibiliza o trabalho das camponesas; O Feminismo Camponês e Popular tem, na valorização do projeto de agricultura camponesa e agroecológica um elemento central; Ele é fruto da diversidade de sujeitos que compõe o campesinato e assim é necessariamente uma construção coletiva; É luta e organização das camponesas; Tem organização na base, se constrói e se pauta pela vida das mulheres; Tem na luta pela produção dos alimentos saudáveis um elemento central; Se alimenta dos debates das plantas medicinais, da preservação da semente como forma de construir a soberania alimentar, como elemento da soberania dos povos. Todas essas lutas são lutas que possibilitam melhorar a vida das mulheres, mas não só: Melhora a vida do planeta.

Ou seja, o que parece que se quer dizer com isso é que Feminismo Camponês e Popular é antes de tudo dar nome à luta que as mulheres do campo, das florestas e das águas fazem há muito tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminismo camponês e popular tem sido uma síntese das ações e concepções das lutas das mulheres camponesas e pode contribuir para trazer uma nova perspectiva no que se refere às lutas camponesas e à agroecologia, contribuindo com a mudança na realidade do campo e com os debates acadêmicos.

No Brasil, apesar do termo camponês ter sido alvo de muitos questionamentos, é evidente sua importância na construção social do país. O termo tem um conteúdo claramente político, o que reforça sua importância teórica, mesmo que permaneça sendo questionado por correntes da academia e da sociedade em geral. Na nossa compreensão, contudo, é uma categoria que tem força social e histórica no Brasil, o que a coloca como uma realidade concreta, quando além dos elementos históricos se

apresentam na atualidade grupos que reivindicam a utilização dessa categoria como um legado a preservar.

Os camponeses no Brasil estão na produção de alimentos que compõem a cesta básica do país, na luta por terra, na luta por uma agricultura sustentável, na resistência ao modelo degradador implementado pela revolução verde, nas lutas pelo babaçual livre, na luta conta as barragens, e em muitas outras lutas que questionam a reprodução do capital no campo, tendo na agroecologia uma base de construção do rural que se quer.

O desafio posto é o reconhecimento do Estado da importância dessas categorias (camponês e agroecologia) para o desenvolvimento do país de forma sustentável, demarcando o entendimento de que não é possível conciliar o agronegócio - destrutivo e degradador - com os camponeses, como é possível perceber quando nos voltamos ao debate sobre apropriação da terra e expansão agrícola no texto de Sauer e Leite (2012).

BIBLIOGRAFIA

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agroepecuária, 2002.

_____. Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5ed. Porto Alegre. UFRGS. 2009.

BIANCHINI, Valter.Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015 : avanços e desafios. Brasília : SAF/MDA, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei n.° 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm Acesso em: 30 de março de 2018

CANDIDO, Antonio. Os Parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Editora 34, 2003

CAPORAL, Francisco Roberto. La extensión agraria del sector público Ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de rio grande do sul, brasil. Una aproximación histórico-crítica a la evolución y enfoques teóricos del extensionismo rural y contribuciones para el paso del paradigma dominante. Universidad de Córdoba. España. 1998.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia alguns conceitos e princípios. Brasília. MDA/SAF/DATER-IICA. 2004.

_____. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

CARDOSO, Ciro F. S. **A brecha camponesa no sistema escravista.** In Camponeses brasileiros: leitura e interpretações clássicas, v.1/ Clifford Andrew Welch [ET. al.] (org). São Paulo: UNESP. Brasília: NEAD, 2009.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad econômica campesina.** Buenos Aires: Nueva Vision, 1974 (versão digitalizada).

CLOC, **¿Quiénes somos?** Disponível em:.http://www.cloc-viacampesina.net/Acessoem: 08 de agosto de 2016

CLOC, **regiones.** Disponível em:.http://www.cloc-viacampesina.net/Acessoem: 08 de agosto de 2016

GARCIA, A. **O sul: caminho do roçado**; estratégias de reprodução transformação social. Ed. Marco Zero. 1990

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro, Zahar, 1982

HECTH, Susanna B. A evolução do pensamento agroecológico. In. Agroecologia e desenvolvimento. CLADES. Edição brasileira Rio de Janeiro. ASPTA. Ano I; Número I, agosto de 1993.

LENIN, V. La alianza de la clase obrera y el campesinato. Buenos Aires, 1960.
_____. Obras completas. Tomo III. El desarrollo del capitalismo en Rusia. AKAL editor. Disponível em: https://yadi.sk/i/gf2f6tqxsZFH6. acessado em: 23 de fevereiro de 2018

MARX, K. **O capital**. Livro III. Volume VI. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008.

_____. **18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo. Boitempo. 2011

MARTINS, Horácio. **Na sombra da imaginação (1)**. Maio de 2001. Disponível em 10 de fevereiro de 2001 no www.fct.unesp.br/nera.

PALMEIRA, Moacir. **Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional.** In Camponeses brasileiros: leitura e interpretações clássicas, v.1/ Clifford Andrew Welch [ET. al.] (org). São Paulo: UNESP. Brasília: NEAD, 2009.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes Sociais**. tradução de Francisco Silva; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

_____. **As classes sociais.** Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/200320170050_texto8As_classes_sociaispoulantzas.pdf Acessado: 23 de fevereiro de 2018

PRADO JR, Caio. **A revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1966.

SANTOS, Michela K. Calaça A. dos. **Rompendo a cerca do isolamento: as relações entre a Agroecologia e as questões de gênero.** Recife: UFPE. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Sobre los Orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertário. Intervneción no Seminario Agroecología y marxismo. Faculdad Bolivariana de Agroecología. Venezuela. 2007.

SHANIN, T. A definição de camponês: Conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista NERA – ano 8, n. 7 – julho/dezembro de 2005 – issn 1806-6755

SILIPRANDI, Emma. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Paulo Petersen (org) – Rio de Janeiro. AS-PTA, 2009.

_____. Mulheres e agroecologia : a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar / Emma Siliprandi; orientadora Laura Duarte ; co-orientadora Alicia Puleo. – UNB. Brasilia. 2009.

_____. Agroecologia, Agricultura Familiar e Mulheres Rurais. Rev. Bras. Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007

SAUER, S. e LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.50 no.3 Brasília July/Sept. 2012.

VELHO, Otávio G. A. C. **O conceito de camponês e sua aplicação à analise do meio rural brasileiro**. In Camponeses brasileiros: leitura e interpretações clássicas, v.1/ Clifford Andrew Welch [ET. al.] (org). São Paulo: UNESP. Brasília: NEAD, 2009.

VIA CAMPESINA, **¿Quiénsomos?**Disponível em: https://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44/iquisomos-mainmenu-45 . Acesso em: 23 de agosto de 2016.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 21, 2004, p. 42-61.

_____. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In.: PETERSEN, Paulo. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro. AS-PTA. 2009.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas.** 2ed. Rio de Janeiro, ZAHAR. 1976.

ANEXOS

Contra capa